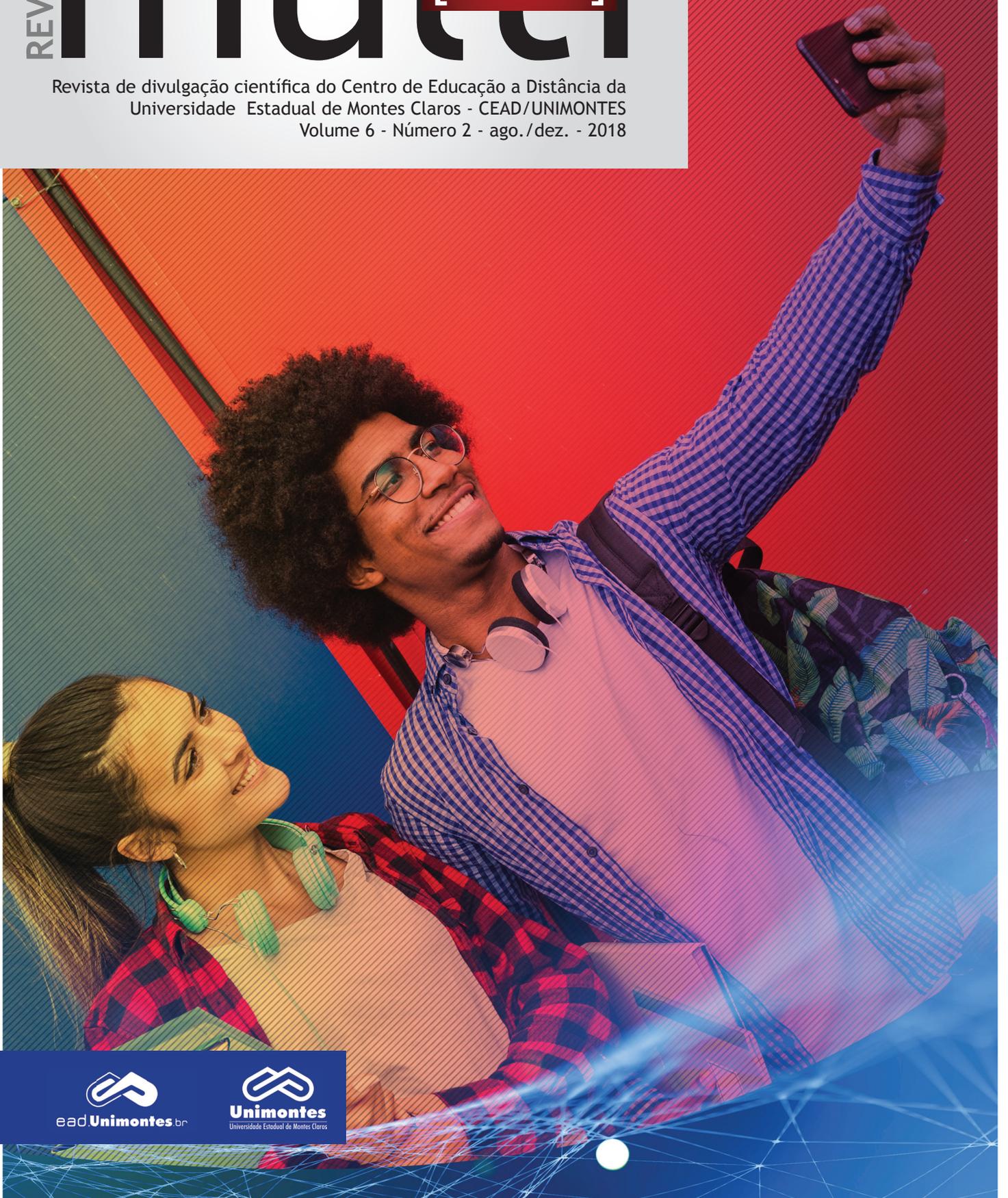


REVISTA **multi** [texto]

Revista de divulgação científica do Centro de Educação a Distância da
Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/UNIMONTES
Volume 6 - Número 2 - ago./dez. - 2018



ead **Unimontes.br**



Unimontes
Universidade Estadual de Montes Claros

REVISTA **multi** [texto]

Revista de divulgação científica do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes

V.6, n.2, ago./dez. 2018



Montes Claros/MG - 2018

Corpo Editorial

Conselho Editorial Executivo

Fernando Guilherme Veloso Queiroz
Maria Ângela Lopes Dumont Macedo
Betânia Maria Araújo Passos
Maria Aparecida Pereira Queiroz

Editores Científicos

Ronilson Ferreira Freitas
Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis
Alenice Aliane Fonseca

Conselho Editorial Científico

Andrea Nogueira do Amaral Ferreira
Betânia Maria Araújo Passos
Gustavo Souza Santos
Josiane Santos Brant Rocha
Maria Aparecida Pereira Queiroz
Patrícia Takaki Neves
Ronilson Ferreira Freitas
Rosângela Ramos Veloso
Vinicius Dias Rodrigues
Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis

Assistentes Editoriais

Revisão Textual:
Pesquisa CEAD/Unimontes

Revisão de Referências:
Pesquisa CEAD/Unimontes

Assessoria técnico-científica:
Pesquisa CEAD/Unimontes

Projeto Gráfico:
Jésus Ricardo de Faria Almeida

Diagramação:
Sanzio Mendonça Henriques

Contato

Endereço postal

Campus Darcy Ribeiro - Unimontes
Av. Rui Braga s/n, Vila Mauricéia,
Prédio 7, 2º piso, sala 10
CEP: 39.401-089 - Montes Claros/MG

Contato Principal

Ronilson Ferreira Freitas
Telefone: (38) 3229-8303
E-mail: revistamultitexto@ead.unimontes.br
www.ead.unimontes.br/multitexto

Contato de Suporte

TI EAD/Unimontes
E-mail: gerenciati@ead.unimontes.br

www.ead.unimontes.br

Volume 6 - Número 2 - Ano VII - ago./dez. 2018
Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

ISSN 2316-4484

[sumário]

7 Apresentação

8 Carta aos leitores

ARTIGOS ORIGINAIS

11 Avaliação físico-química de iogurte saborizado utilizando polpa de coco macaúba (*Acrocomia aculeata*)

Ateniza Aparecida Gonçalves, Suely Rodrigues Pereira e Ronilson Ferreira Freitas

17 Análise da influência do treinamento resistido nas variáveis morfológicas e bioquímicas em um indivíduo com diabetes do tipo 1: um estudo de caso

Priscila Taciana Barbosa Dutra e Vinicius Dias Rodrigues

29 Reflexão acerca de aspectos da motivação em escolares do ensino médio na prática desportiva

Michele Nunes de Sá e Leonardo Rodrigues Souza

37 Sentidos da imagem corporal em acadêmicos do curso de educação física

Liliane Santos de Oliveira, Daniel de Moraes Pimentel, Eric Hudson Evangelista e Souza, Mariana Rocha Alves e Vinicius Dias Rodrigues

45 Avaliação do estado nutricional de idosas praticantes de atividade física

Ronilson Ferreira Freitas, Fabricia Pereira Cardoso dos Santos, Patrik Emanuel Soares Matos, Angelina do Carmo Lessa, Marcelo Eustáquio de Siqueira e Rocha, João Pedro Brant Rocha, Ariadna Janice Drumond Moraes

52 Panorama da pesquisa sobre franquia e microfranquia no Brasil: uma análise da produção em periódicos nacionais no período de jul./2000 a jul./2017

Viviane Santos Fonseca, Fernando Alves da Silva, Janzen Luiz Paiva Almeida, Lázaro Mendes, Anthony Pereira Ruas, Simone Rosa da Silva

63 Ferida operatória: foco na assistência de enfermagem

Fabiano Fernandes Oliveira, Vanessa Ferreira Caiana

ARTIGOS DE REVISÃO

73 O papel do supervisor educacional nos desafios da educação contemporânea

Maria Antônia Santa Rosa, Elza Soares Santos

77 Preconceito vocabular, padrões e desafios

Andreia Ferreira Lima

82 Análise constitucional acerca da judicialização da saúde em montes claros-mg e o impacto sobre o orçamento do primeiro semestre do ano de 2017

Dyhego Fernandes Vieira, Carlos César Pereira Almeida Filho

96 História local no ensino de história

Sandro Miranda Luz, e Carlos César Pereira Almeida Filho

104 O cotidiano da escola segundo as concepções de heidegger

Brunna D'Luise Turato Lotti Alves

108 Aprendizagem autônoma e diferentes mídias na educação a distância

Lilliam Freitas Souza

116 Diretrizes para submissões

Apresentação

O Centro de Educação a Distância - CEAD/Unimontes foi inaugurado em 2011 em histórico de ricas experiências vivenciadas pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes ao longo de 15 anos. Uma jornada de esforços conjuntos e uma estima apaixonada pela educação e pelo conhecimento científico carecia, em seu núcleo, de uma plataforma que reunisse todas as perspectivas constitutivas de sua história e finalidade. Um anseio crescente da instituição que se desdobra e desdobrará em produtos e iniciativas de fomento em pesquisa. Em 2012, como fruto gerado diretamente do âmago dessas necessidades unidas ao cenário nacional de valorização crescente da pesquisa científica, surge a Revista Multitexto.

A Revista Multitexto nasce como um periódico em movimento. São contribuições de abordagens múltiplas num ensejo genuíno e único de progressão científica em pesquisa. Um marco para os estudos na área de ensino a distância numa oferta interdisciplinar. Unidade na diversidade: a grande proposta da revista. Espaço aberto para pesquisadores e entusiastas. Multipliquem-se os multitextos em contribuições múltiplas.

Sobre a Revista Multitexto

Publicação semestral do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes, que contribui na área de conhecimento produzida pelas fenomenologias e áreas correlatas em Educação a Distância, com foco interdisciplinar.

Aberta em 2012, a Revista Multitexto recebe colaborações de pesquisadores em ensino a distância e demais áreas. É meta referencial da revista abordar questões conceituais e metodológicas, bem como, os desenvolvimentos da pesquisa, aplicada ou teórica, na área de educação à distância (EAD); difundir a produção científica de pesquisadores da área de educação à distância (EAD), inseridos em Institutos de pesquisa e de educação superior no Brasil; propiciar um espaço para o debate teórico acerca de áreas de enfoques específicos, e, possibilitar um esforço interdisciplinar em pesquisa.

[CARTA AOS LEITORES]

Caros leitores,

Em uma nova edição, os múltiplos textos se constituem em uma plataforma de diálogo multidisciplinar, fruto de pesquisas de estudantes, professores e pesquisadores de regiões e áreas de atuação diversas. Novos 12 trabalhos são apresentados entre relatos de experiência, artigos de revisão e artigos originais, abrindo o quarto volume da revista.

Nesta edição, abrimos espaço a contribuições diversas que portam o ensejo de produzir ciência e aprimorar o conhecimento. Gradualmente, a Revista Multitexto consolida sua meta, a de oferecer textos múltiplos em diálogos variados no intercâmbio científico. Celebramos ainda as indexações da revista nas bases de dados DOAJ, Latindex, EZB e Diadorim e nos aproximamos da qualificação.

Aprecie as colaborações desta edição e prepare-se para contribuir em nossos próximos volumes e edições. Desejamos promover elos, pontos de conexão, pontes e estradas onde o conhecimento integrado e diversificado seja um importante baluarte.

Com estima e gratidão,

Equipe Editorial

Artigos Originais

AVALIAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DE IOGURTE SABORIZADO UTILIZANDO POLPA DE COCO MACAÚBA (*ACROCOMIA ACULEATA*)

PHYSICAL-CHEMICAL EVALUATION OF THE YOGURT THOROUGHNESS USING MACAÚBA COCONUT POWDER (*ACROCOMIA ACULEATA*)

Ateniza Aparecida Gonçalves¹; Suely Rodrigues Pereira²; Ronilson Ferreira Freitas³

¹Graduanda em Engenharia de Alimentos, Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte, Montes Claros - Minas Gerais, Brasil.

²Especialista em Vigilância em Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Docente do Curso de Engenharia de Alimentos, Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte, Montes Claros, Brasil.

³Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Docente do Curso de Engenharia de Alimentos, Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte, Montes Claros, Brasil.

RESUMO

O cerrado brasileiro é um bioma rico em sua flora, possui muitas espécies nativas com características próprias, sabores, formas variadas e cores chamativas, além do seu grande potencial econômico. Dentre as espécies do cerrado, com grande potencial de uso é a *Acrocomia aculeata*, conhecido vulgarmente como coco macaúba, por possuir grande valor nutricional e aplicabilidade em diversas áreas da indústria de alimentos. Sendo assim, este estudo teve como objetivo avaliar as características físico-químicas do iogurte saborizado utilizando a polpa de coco macaúba (*Acrocomia aculeata*). O estudo apresenta caráter analítico, exploratório e experimental. As amostras de coco macaúba para a produção do iogurte foram coletadas no norte de Minas Gerais, os testes físico-químicos como determinação de umidade, cinzas, proteínas, lipídios e acidez titulável foram. Os resultados obtidos na físico-química o iogurte saborizado com polpa de macaúba foram superiores para acidez titulável e cinzas e inferiores para lipídeos, proteínas e umidade quando comparado a outros estudos de iogurte já publicados. Através dos resultados obtidos pela as análises físico-químicas conclui-se que o desenvolvimento do iogurte foi alcançado, porém ainda necessita-se de alguns ajustes e de estudos que contemplem a análise sensorial, tempo de prateleira, além da caracterização física do iogurte.

Palavras-chave: *Acrocomia aculeata*; Fruto do Cerrado; Saborização; iogurte.

ABSTRACT

The Brazilian cerrado is a biome rich in its flora, has many native species with its own characteristics, flavors, varied forms and bright colors, besides its great economic potential. Among the species of the cerrado, with great potential of use is *Acrocomia aculeata*, commonly known as coconut macaúba, because it has great nutritional value and applicability in several areas of the food industry. Therefore, this study aimed to evaluate the physical-chemical characteristics of flavored yogurt using the macaúba coconut pulp (*Acrocomia aculeata*). The study is analytical, exploratory and experimental. Samples of coconut macaúba for the production of yogurt were collected in northern Minas Gerais, physical-chemical tests such as determination of moisture, ash, protein, lipids and titratable acidity were. The results obtained in the physico-chemical yogurt flavored with macaúba pulp were superior for titratable acidity and ashes and lower for lipids, proteins and moisture when compared to other studies of yogurt already published. Through the results obtained by the physico-chemical analysis it is concluded that the development of yogurt has been achieved, but still some adjustments and studies are required that contemplate the sensorial analysis, shelf life, besides the physical characterization of the yogurt.

Keywords: *Acrocomia aculeata*; Fruit of the Cerrado; Saborização. Yogurt.

INTRODUÇÃO

As palmeiras constituem a família *Arecaeae* e encontram-se amplamente em regiões tropicais, podendo ocorrer de forma reservada no subtropical ou em áreas de clima temperado (LORENZI *et al.*, 2010). O gênero *Acrocomia* representa sete espécies, dentre as quais seis estão presentes no território brasileiro. Dentre as espécies nativas dessa família a que vêm se destacando é a *Acrocomia aculeata*, popularmente conhecida como macaúba (LORENZI *et al.*, 2010).

O fruto macaúba é rico em potássio e cálcio e a farinha feita da polpa é muito valorizada no mercado econômico. A polpa fresca ou endocarpo é consumida *in natura* ou usada em doces, vitaminas, geleias, creme, fabricação de sorvetes, pães e bolos, a amêndoa pode ser consumida *in natura* ou na forma de paçocas, óleos de forma ornamental, medicinal e industrial (NARDELE; CONDE, 2014).

Assim, devido à demanda mundial por novos produtos, os frutos do cerrado têm se tornando alvo de estudos para serem utilizados neste processo. A perspectiva em longo prazo indica um aumento dos preços dos produtos fabricados utilizando frutos do cerrado, devido à alta demanda de consumo dos mesmos. Dentre as opções de uso do mesocarpo da macaúba, esta poder ser útil na saborização de produtos, como por exemplo, as bebidas lácteas, uma vez que a utilização de frutos do cerrado para saborização do iogurte constitui alternativa alimentar que pode contribuir para maior consumo de frutas e leite (ANDRADE *et al.*, 2010).

Neste sentido, embora a polpa da macaúba seja utilizada para a produção de farinhas e óleos, ainda é pouco utilizada para outros fins, como por exemplo, o consumo humano. Deste fruto, umas das partes que é muito utilizada, é a amêndoa, sendo as outras partes descartadas. Assim, o aproveitamento desse mesocarpo para produção de polpa é uma opção valiosa para as regiões rurais que dependem da sua existência. No Brasil esta atividade tem sido responsável por transformações fundamentais na vida de algumas comunidades que vivem da colheita de frutos nativos do cerrado (MARIANO *et al.*, 2009).

O iogurte é um produto resultante da fermentação láctica do leite integral ou desnatado, concentrado ou não, pelo emprego da cultura láctica selecionada de *Lactobacillus bulgaricus* e *Streptococcus thermophilus* em culturas asso-

ciadas. O leite fermentado que deu origem ao iogurte da atualidade teve origem no Oriente Médio. A origem do iogurte ainda não é totalmente conhecida, porém existem alguns fatos que podem ter sido base para a criação deste alimento, mas não há nada que prove a sua origem verdadeira (AVERBACH, 2007).

Lins *et al.*, (2015) descreve que dentre os fatores que colaboram para aceitação do iogurte, além da acidez, a aromatização, que pode ser produzida com adição de frutas *in natura*, polpas, caldas ou suco de frutas na preparação do iogurte, e isso tem melhorado a sua qualidade sensorial deixando o produto acabado de fácil aceitação pelos consumidores. Neste sentido, uma das alternativas de frutos do cerrado para confecção de iogurtes é o coco macaúba (*Acrocomia aculeata*), fruto nativo do cerrado e pode ser encontrado facilmente em vegetações nativas.

Sendo assim, este estudo teve como objetivo avaliar as características físico-químicas do iogurte saborizado utilizando a polpa de coco macaúba (*Acrocomia aculeata*).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração do iogurte, o leite integral utilizado na formulação, bem como as amostras de coco macaúba coletadas, foram adquiridos na comunidade rural de Lontra-MG, sendo transportados para o Laboratório de Gastronomia das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE, onde se obteve a polpa e foi realizado o desenvolvimento e saborização do iogurte.

Preparo da polpa de Macaúba

Seguiu-se a metodologia adaptada de Braga *et al.*, (2012) e inicialmente, os frutos foram selecionados e higienizados com água corrente e detergente neutro para retirar as sujeiras da superfície e reduzir a carga microbiana inicial, após a lavagem passou pelo o processo de sanitização, os coco macaúba foram imersos, por 10 minutos, em água clorada, contendo, aproximadamente, 200 mg L⁻¹ de cloro residual livre por litro de água (aproximadamente 10 mL de água sanitária para 1 L de água), foram enxaguados em água corrente e em seguida foram descascados e despulpados manualmente. Em seguida, a polpa do coco macaúba foi levada ao forno a gás (marca Fritomaq modelo de 3 câmeras in-

dividuais) para desidratação, pré-aquecido por 10 minutos, forneadas durante 60 minutos a 160 °C. O processo de obtenção da polpa do coco macaúba usada na elaboração do iogurte está descrito na Figura 1.



Figura 1 - Obtenção da polpa de macaúba utilizada no preparo dos iogurtes.
Fonte: Adaptado Braga et al., (2012).

Preparo do iogurte e saborização

O produto foi elaborado utilizando a metodologia adaptada de Figueiredo; Porto, (2002). A quantidade de cada ingrediente utilizado para a elaboração da formulação foi adaptada de Fernandez (2013), conforme pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1 - Formulação utilizada na elaboração de iogurte

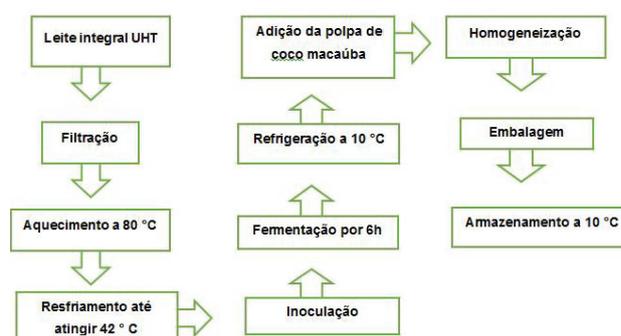
Ingredientes	Proporção Adicionada
Açúcar refinado	1600 gramas
Polpa de coco macaúba	800 gramas
Leite Integral	5 Litros
Fermento lácteo	1 envelope

Fonte: Adaptado de Fernandez (2013)

O processamento do iogurte foi realizado com a utilização de 5 litros de leite integral que posteriormente foi filtrado e adicionado em uma panela inox, acrescentou-se 1600 gra-

mas de açúcar e foi aquecido em fogão industrial (tipo 4 bocas) até atingir a temperatura de 80° C, conferiu-se a temperatura com o auxílio de um termômetro. Ao atingir a temperatura, a chama foi desligada e a panela mantida com tampa por 10 minutos, após esse tempo foi iniciado o resfriamento do leite até atingir a temperatura de 42°C. Alcançado a temperatura, adicionou-se um envelope de fermento lácteo (*Lactobacillus bulgaricus* e *Streptococcus thermophilus*) agitando-se a mistura por alguns segundos. Tampou-se a panela para inicialização do processo de fermentação durante 6 horas. Ao término do período de incubação, a base (iogurte) foi mantida em refrigeração a 10°C para decorrente quebra da coalhada. Em seguida, adicionou-se 800g de polpa do coco macaúba ao iogurte integral seguido da homogeneização. A amostra foi embalada em recipiente de plástico com tampa e armazenada sob refrigeração a 10 °C até o momento da realização dos testes físico-químicos, como está descritos na figura 2 (FIGUEIREDO; PORTO, 2002).

Figura 2- Fluxograma da produção do iogurte saborizado com polpa de como macaúba.



Fonte: Adaptada Figueiredo; Porto, (2002)

Avaliações físicas - químicas

As análises físico-químicas do iogurte foram realizadas em triplicata no Laboratório de Bromatologia das Faculdades Integradas Norte de Minas - FUNORTE.

Analisou-se o teor de umidade das amostras pelo método gravimétrico com emprego de calor, em estufa a 105 ° C. O teor de lipídeos foi determinado por extração com éter de petróleo e o auxílio do aparelho extrator do tipo Soxhlet em refluxo por 6 horas. Para o teor de proteína analisou-se por meio do teor de nitrogênio total na amostra, mediante destilação em aparelho de Kjeldahl, utilizando-se o fator 6,25 para o cálculo do teor de proteína. A fração de

cinza foi determinada por método gravimétrico, avaliando-se a perda de peso da amostra submetido ao aquecimento em mufla a 550 °C. A acidez titulável foi dada pela titulação com hidróxido de sódio de uma solução contendo a amostra diluída com a adição de indicador de pH (CECCHI, 2003).

RESULTADOS

Os resultados encontrados na avaliação dos testes físico-químicos para umidade, proteína, lipídios, cinzas e acidez titulável do iogurte saborizado com coco macaúba foram dispostos na tabela 2.

Tabela 2 - Parâmetros físico-químicos do iogurte saborizado com coco macaúba.

Parâmetro	iogurte*
Umidade	17,54±3,16
Lipídios	0,29±0,23
Proteína	2,48±0,04
Cinzas	5,68±5,38
Acidez total titulável (ATT)	1,07±0,12

*Média ± desvio padrão.

A acidez total titulável encontrada neste estudo foi de 1,07 %, resultado superior quando comparado ao estudo de Rocha et al., (2008) que analisou a elaboração de iogurte com sabores de diferentes frutos do cerrado e encontrou para esse atributo valores entre 0,57 a 0,85% o que pode ser explicado devido ao desenvolvimento das bactérias lácticas da cultura adicionada, que mesmo em baixas temperaturas não têm seu crescimento totalmente inibido (LOURENS-HATTINGH e VILJOEN, 2001).

Os valores 0,29±0,23 para a fração de lipídeos (tabela 2) foram inferiores aos resultados obtidos por Rodas et al., (2001) com variação entre 1,60 a 2,73% em diferentes iogurtes de frutas, assim como em Caldeira et al., (2010) com valores entre 7,2 e 10,1% na elaboração de uma bebida láctea com diferentes níveis de iogurte e soro lácteo e Pacheco et al., (2015) que avaliou diferentes amostras de iogurte tradicionais e iogurtes líquidos onde o teor de lipídios variou entre 1,88 a 6,25 g/100 g.

O valor protéico 2,48±0,04 avaliado neste estudo alcançou resultado inferior ao encontrado por Medeiros et al., (2011) com 4,83 e 4,97% que elaborou um iogurte de jaca, Rodas et al., (2001) com percentuais entre 2,51 a 3,40% em diferentes marcas de iogurtes com frutas e

em Fuchs et al., (2005) foi de 3,54% em iogurte de soja suplementado com oligofrutose e inulina. Considerando a legislação brasileira o iogurte elaborado por este estudo está em desacordo com o valor mínimo de proteínas em iogurtes que é determinado por lei de 2,90% (BRASIL, 2000).

O índice de umidade foi 17,54% valor inferior se comparado a outros estudos como o de Santos et al., (2014) que encontrou 77,22 e 77,21% em iogurte adicionado de inulina, Castro et al., (2006) obteve variação entre 76,36 a 76,54% em iogurte de araçá-boi e Machado et al., (2011) que encontrou 73,28 a 83,53 % para este atributo em iogurte batido com preparado de caju.

Para o teor de cinzas encontrou-se 5,68% (tabela 3) valor superior ao encontrado por Borges et al., (2009) de 0,25 e 0,71% em iogurte de leite de búfala sabor cajá, Miguel et al., (2010) com variação entre 2,63 a 4,01% em iogurte de soja sabor morango com extrato de soja desengordurado enriquecido com cálcio, Marinho et al., (2012) obteve valores entre 0,42 a 0,64% em iogurte de leite de cabra com diferentes percentuais de polpa de umbu e Mesquita et al., (2012) com valor igual a 0,73 para esse parâmetro em iogurte com adição do tamarindo “doce”. O que pode ser explicado por que o coco macaúba é um fruto rico em minerais e principalmente ao alto teor de cálcio presente na composição do leite usado na elaboração do iogurte, que foi adquirido em uma comunidade rural.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos na análise físico-química do iogurte saborizado com polpa de macaúba (*Acrocomia aculeata*) foram superiores para acidez titulável e cinzas e inferiores para lipídeos, proteínas e umidade quando comparado a outros estudos de iogurte já publicados.

Conclui-se que a polpa de macaúba (*Acrocomia aculeata*) apresenta potencial para a saborização do iogurte, porém ainda necessita-se de alguns ajustes e de estudos que contemplem os custos para produção, análise sensorial, embalagem e tempo de prateleira, além da caracterização física do iogurte.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, H. C. M.; VIEIRA, S. A.; AGUIAR, H. F.; CHAVES, F. N. J.; NEVES, M. P. S. R.; MIRAN-

DA, L. S. ; SALUM, A. Óleo do fruto da palmeira macaúba - parte I: uma aplicação potencial para indústrias de alimentos, fármacos e cosméticos. In: I SEMINÁRIO SOBRE TECNOLOGIA NA INDÚSTRIA QUÍMICA/II ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE TECNOLOGIA NA INDÚSTRIA QUÍMICA/ 7° SEMINÁRIO DE PRODUTORES DE OLEFINAS E AROMÁTICOS. *Anais...* Amapá: 2010. Disponível em: < <http://entabanbrasil.com.br/downloads/oleo-Macauba-II.PDF>>. Acesso: 06 de março 2017.

AVERBACH, C.; SOUZA, D. de; NASCIMENTO, I. M. do; VERÍSSIMO, J. *Análise do perfil de compra do consumidor de iogurte light*. 2007. Disponível em: <http://www.rij.eng.uerj.br/research/2008/rm082-01.pdf>. Acesso em: 11 de março 2017.

BORGES, K. C.; MEDEIROS, A. C. L. D. ; CORREIA, R. T. P. Iogurte de leite de búfala sabor cajá (*spondiaslutea* l.): caracterização físico-química e aceitação sensorial entre indivíduos de 11 a 16 anos. *Alim. Nutr.*, Araraquara. v. 20, n. 2, p. 295-300, 2009.

BRAGA, A. C. C.; ASSIS NETO, E. F. D.; VILHENA, M. D. J. V. Elaboração e caracterização de iogurtes adicionados de polpa e de xarope de mangostão (*garcinia mangostana* l.). *Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais*, Campina Grande, v.14, n.1, p.77-84, 2012.

BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Resolução n. 05 de 13 de Novembro de 2000. Oficializa os padrões de identidade e qualidade (PIQ) de leites fermentados. Disponível em: < http://www.engetecno.com.br/port/legislacao/leite_piq_leite_fermentado.htm>. Acesso em: 14 de novembro de 2018.

CALDEIRA, L. A.; FERRÃO, S. P. B.; FERNANDES, S. A. D. A.; MAGNAVITA, A. P. A.; SANTOS, T. D. R. Desenvolvimento de bebida láctea sabor morango utilizando diferentes níveis de iogurte e soro lácteo obtidos com leite de búfala. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.40, n.10, p.2193-2198, 2010.

CASTRO, M. S.; PANTOJA, L.; MAEDA, R. N. Elaboração, caracterização e aceitabilidade de iogurte de araçá-boi (*eugenia stipitata* mcvaugh). In: XV Jornada de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq/FAPEAMIINPA. *Anais...* Manaus, 2006.

CECCHI, H. M. *Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos*. 2.ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. 207p.

FERNANDEZ, R. M.; **Desenvolvimento de iogurte sabor cappuccino**. 2013. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Alimentos) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2446/1/MD_COALM_2013_2_01.pdf. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

FIGUEIREDO, G. M.; PORTO, E. Avaliação do impacto da qualidade da matéria-prima no processamento industrial do iogurte natural. *Caderno fazer melhor*, São Paulo: set/out, 2002.

FUCHS, R. H. B.; BORSATO, D.; BONA, E.; HAULY, M. C. de O. "Iogurte" de soja suplementado com oligofrutose e inulina. *Ciênc. Tecnol. Aliment.* v. 25, n. 1, 175-181, 2005.

LORENZI, H.; NOBLICK, L.; KAHN, F.; FERREIRA, E. Flora brasileira Lorenzi: Arecaceae (palmeiras). *Instituto Plantarum de Estudos da Flora*. Nova Odessa, 2010. 368p.

LINS, A. D. F.; LIMA, A. L. R.; COSTA, M. L.; FEITOSA, R. M.; MORAES, M. S.. QUIRINO, D. J. G.; SAMPAIO, A. C. F. Impacto sob a aceitação sensorial de iogurtes enriquecidos com polpa de maracujá adoçados com açúcar e com mel. *Agropecuária Técnica*. v. 36, n. 1, 2015.

LOURENS-HATTINGH, A.; VILJOEN, B.C. Yogurt as probiotic. *Int. Dairy Journal*, v. 11, n. 1-2, p. 1-17, 2001.

MACHADO, A. P.; MALTA, H. L.; SANTOS, E. A. dos; LISBOA, E. C. **Desenvolvimento e caracterização de iogurte batido com preparado de caju**. Curso de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Feira de Santana. 2011. Disponível em: < <http://www.xvsemic.esy.es/upload/2011/2011XV-005AND291-170.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

MARIANO, R. G. B., COURI, S., FREITAS, S. P. Enzymatic technology to improve oil extraction from Caryocar brasiliense camb. (Pequi) Pulp. *Revista Brasileira de Fruticultura*. v. 31, p. 637-643, 2009

MARINHO, M. V. M.; FIGUEIRÊDO, R. M. F. D.; QUEIROZ, A. J. D. M.; SANTIAGO, V. M. S.; GOMES, J. P. Análise físico-química e sensorial de iogurte de leite de cabra. *Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais*, Campina Grande. v.14, n. Especial, p.497-510, 2012

MEDEIROS, T. C.; MOURA, A. S.; ARAÚJO, K. B. de; AQUINO, L. C. L. de. Elaboração de iogurte de jaca: Avaliação físico-química, microbiológica e sensorial. **Scientia Plena**. v. 7, n. 9, p. 1-4, 2011.

MESQUITA, R. V. D. S. C.; FIGUEIREDO NETO, A.; TEIXEIRA, T.; SILVA, V. O. D. Elaboração, análise físico-química e aceitação do iogurte com adição do tamarindo “doce” (*Tamarindus indica* L.). **Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais**, Campina Grande, v.14, n. 4, p.381-387, 2012.

MIGUEL, P. R.; MARMITT, T.; SCHLABITZ, C.; HAUSCHILD, F. A. D. SOUZA, C. F. V. D. Desenvolvimento e caracterização de “iogurte” de soja sabor morango produzido com extrato de soja desengordurado enriquecido com cálcio. **Alim. Nutr.**, Araraquara. v. 21, n. 1, 2010.

NARDELE, M.; CONDE, I. **Apostila Sistemas Agroflorestais**. Disponível em: < <https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/apostila-agroflorest.pdf> >. Acesso em: 27 de março de 2018.

PACHECO, H. F. B.; SÍGOLO, L. M. N.; RIBEIRO, A. P. B.; OLIVEIRA, J. M. Composição centesimal de iogurtes tradicionais e iogurtes líquidos: incompatibilidade com as descrições da rotulagem. **Rev Inst Adolfo Lutz**. São Paulo. v. 74, n. 4, p. 380-9, 2015.

ROCHA, C.; COBUCCI, R. M. A.; MAITAN, V. R.; SILVA, O. C. Elaboração e avaliação de iogurte sabor frutos do cerrado. **B.CEPPA**, Curitiba. v. 26, n. 2, p. 255-266, jul./dez. 2008;

RODAS, M. A. d. B.; RODRIGUES, R. M. M. S.; SAKUMA, H.; TAVARES, L. Z.; SGARBI, C. R.; LOPES, W. C. C. Caracterização físico-química, histológica e viabilidade de bactérias lácticas em iogurtes com frutas. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas. v. 21, n. 3, p. 304-309, 2001.

SANTOS, K. A.; SANTOS, E. F. dos; MANHANI, M. R.; SANCHES, F. L.F. Z.; BALLARD, C. R. NOVELLO, D. Avaliação das características sensoriais e físico-químicas de iogurte adicionado de inulina. **Revista Uniabeu**, Belford Roxo. v. 7, n. 15, 2014.

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO RESISTIDO NAS VARIÁVEIS MORFOLÓGICAS E BIOQUÍMICAS EM UM INDIVÍDUO COM DIABETES DO TIPO 1: UM ESTUDO DE CASO

Priscila Taciana Barbosa Dutra¹; Vinicius Dias Rodrigues²

¹Bacharela em Educação Física pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

²Doutor e Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes e Professor do Departamento de Educação Física e do Desporto da Unimontes. Professor das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

RESUMO

Trata-se de um estudo de caso quantitativo que teve como objetivo verificar a influência do treinamento resistido nas variáveis morfológicas e bioquímicas em um indivíduo com diabetes do tipo 1. Foi estudado um voluntário do sexo feminino, portadora de diabetes tipo 1, praticante de atividade física sistematizada em uma academia da cidade de Montes Claros/MG e teve duração de 8 semanas. Além do treinamento físico foi realizada a avaliação morfológica e bioquímica da participante da pesquisa. Para análise antropométrica foram investigadas as variáveis peso, altura, índice de massa corporal (IMC) e relação cintura-quadril (RCQ). A coleta da composição corporal foi realizada após os exames laboratoriais. Quanto aos instrumentos e procedimentos para coleta dos dados bioquímicos, foi feita a coleta de sangue pela manhã para realizar análise das variáveis, colesterol total, colesterol HDL, Colesterol LDL, triglicérides e glicemia de jejum. Os resultados indicaram que o treinamento resistido de caráter anaeróbico, realizado cinco vezes por semana durante oito semanas, não foi suficiente para promover alterações mais relevantes nas variáveis morfológicas e bioquímicas na voluntária portadora de Diabetes Mellitus tipo 1.

Palavras-chave: Diabetes. Treinamento resistido. Atividade física.

ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF RESISTANT TRAINING IN MORPHOLOGICAL AND BIOCHEMICAL VARIABLES IN AN INDIVIDUAL WITH TYPE 1 DIABETES: A CASE STUDY

ABSTRACT

This is a quantitative case study whose objective was to verify the influence of resistance training on the morphological and biochemical variables in an individual with type 1 diabetes. A female volunteer with type 1 diabetes was studied, practicing activity Physics systematized in an academy of the city of Montes Claros / MG and lasted 8 weeks. Besides the physical training, the morphological and biochemical evaluation of the research participant was performed. For anthropometric analysis, the variables weight, height, body mass index (BMI) and waist-hip ratio (WHR) were investigated. Body composition was collected after laboratory tests. As for the instruments and procedures for the collection of biochemical data, blood samples were collected in the morning to analyze the variables, total cholesterol, HDL cholesterol, LDL cholesterol, triglycerides and fasting glycemia. The results indicated that anaerobic resistance training, performed five times a week for eight weeks, was not enough to promote more relevant alterations in the morphological and biochemical variables in volunteers with Type 1 Diabetes Mellitus.

Keywords: Diabetes. Resistance training. Physical activity.

INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus é uma doença crônica que exige uma vida inteira de comportamentos especiais de autotratamento para manter um bom controle metabólico ao longo da vida, aspecto que vai interferir no sucesso do tratamento e controle da patologia. É uma doença cuja adesão ao tratamento tem sido uma questão relevante, principalmente em pacientes que tem dificuldades em seguir prescrições médicas, uma vez que com a falta de cuidados medicamentosos, ausência de uma dieta alimentar adequada e da prática de exercícios físicos tem um impacto muito grande, podendo promover estragos gigantescos na qualidade de vida do diabético.

A atividade física sistematizada já foi comprovada como importante para o controle do diabetes, porém os diversos estudos ainda deixam lacunas sobre o efeito do treino resistido no diabético. Portanto, estes fatores justificam o desenvolvimento deste estudo de caso de natureza quantitativa que teve como objetivo verificar a influência do treinamento resistido nas variáveis morfológicas e bioquímicas em um indivíduo com diabetes do tipo 1 e que, propositalmente, buscou resposta para a seguinte questão norteadora: qual a influência do treinamento resistido nas variáveis morfológicas hormonais e bioquímicas em um indivíduo com diabetes tipo 1?

Diabetes mellitus

O diabetes Mellitus (DM) é conceituado por Ferreira et al (2011) como um distúrbio do metabolismo dos carboidratos devido a insuficiência de insulina, absoluta ou relativa, caracterizada pela presença de hiperglicemia crônica, polidipsia e poliúria.

A Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD, 2014) qualifica o DM como um importante, sério e crescente problema de saúde pública que, frequentemente está associado a complicações que comprometem a produtividade, qualidade de vida e sobrevida dos indivíduos, além de envolver altos custos no seu tratamento e nas suas complicações.

Para Pedroso, Oliveira (2007, p. 518), o DM é uma síndrome metabólica complexa em que ocorre uma deficiência relativa ou absoluta de insulina afetando o metabolismo dos carboidratos; lipídios e proteínas, que acomete “cerca de 10 milhões de brasileiros em proporção similar

entre homens e mulheres com prevalência crescente com o envelhecimento”.

O DM pode se apresentar em várias formas. O DM tipo 1, ocorre devido a destruição das células β -pancreáticas, podendo induzir a total ausência de insulina e ocorre habitualmente entre crianças e adolescentes (SALES-PERES, 2016), enquanto o tipo 2, ocorre através do distúrbio progressivo na secreção de insulina (MEDEIROS et al, 2014).

O diabetes tipo 1 que resulta de uma disfunção pancreática de produção de insulina, aparece de forma abrupta em crianças e jovens. Por isso requer o uso de insulina no tratamento. O diabetes tipo 2, que está associada a sensibilidade celular diminuída de insulina, aparece em adultos, geralmente após os 35 anos de idade, com poucos, ou total ausência de sinais e sintomas, o que permite a evolução da doença por muitos anos sem diagnóstico (VAISBERG, LUNA, ZANELLA, 2010).

Existe ainda o diabetes classificado como gestacional, que, em geral, é um estágio pré-clínico de diabetes, detectado no rastreamento pré-natal. A SBD (2014) cita ainda o Diabetes Associado à Desnutrição e Fibrocalculoso como um outro tipo de diabetes que ocorre devido a um dano no pâncreas devido a ingestão de alimentos com cianetos, essa situação é comum em jovens de países tropicais com baixa ingestão protéica. Outros tipos específicos de diabetes são causadas por defeitos genéticos na função da célula beta ou na atuação da insulina, doenças do pâncreas exócrino ou uso de drogas ocorrendo indução medicamentosa.

Epidemiologia do Diabetes

O DM é considerado um dos mais graves problemas de saúde pública mundial, que possui etiologia multifatorial e atinge os diversos extratos da população, atingindo atualmente 382 milhões de pessoas e todo o mundo e com prevenção de atingir 471 milhões de indivíduos no ano de 2035. Aproximadamente 80% da população que desenvolver o DM será composta por grupos etários mais jovens e residentes em países em desenvolvimento. Estima-se que no Brasil 7,6% da população urbana entre 30 e 69 anos apresente DM, sendo que 46% dos casos não se sabem portadores de DM (SBD, 2014).

A Pesquisa Nacional de Saúde, realizada pelo Ministério da Saúde - MS em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -

IBGE, mostrou que o diabetes atingiu 9 milhões de brasileiros no ano de 2015, índice que corresponde a 6,2% da população adulta na época. As mulheres (7%) apresentaram maior proporção da doença do que os homens (5,4%), o que equivalia a 5,4 milhões de mulheres contra 3,6 milhões de homens. Os percentuais de prevalência da doença por faixa etária foram de 0,6% entre 18 a 29 anos; 5% de 30 a 59 anos; 14,5% entre 60 e 64 anos e 19,9% entre 65 e 74 anos. Para aqueles que tinham 75 anos ou mais de idade, o percentual foi de 19,6% (IBGE, 2015).

Moretto et al (2016) ao realizar estudo visando dentre outros objetivos verificar a incidência do diabetes mellitus em homens e mulheres de acordo com a cor/raça, encontrou que nos indivíduos do sexo masculino, a frequência de diabetes não variou de acordo com a cor/raça, enquanto nas mulheres, a referência a essa enfermidade foi mais relevante entre as pretas e pardas, em comparação às brancas. Resultado que, segundo os autores do estudo pode estar associada as condições desfavoráveis de vida que historicamente são oferecidas ao grupo de pessoas da cor/raça negra.

O diabetes mellitus apresenta forte representatividade no índice de mortalidade mundial e, segundo Iser et al (2015) originou 4,9 milhões de mortes no ano de 2014 em todo o mundo, sendo responsável por 11% do consumo total, com a saúde de adultos no Brasil, valor equivalente a aproximadamente 612 milhões de dólares. Ainda segundo Iser et al (2015), o DM, foi responsável por 5,3% de mortes acontecidas em 2011 no Brasil, com taxa de mortalidade de 33,7 óbitos entre cada 100 mil habitantes; índice que registrou diminuição de 1,7% ao ano entre 2000 e 2011.

Com relação à incidência do diabetes de acordo com o tipo 1 ou 2, dados divulgados pelas Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2013-2014 indicaram que aproximadamente 85 a 90% dos pacientes portadores desta doença possuem o chamado DM tipo 2, previamente denominado DM não dependente de insulina e que o tipo 1 estava presente em 5 a 10% dos casos dessa doença (BRASIL, 2015).

Fisiopatologia do Diabetes Mellitus

As transformações no estilo de vida urbano, assim como o rápido envelhecimento populacional, são os principais fatores relacionados a incidência do diabetes, assim como de um ou

tro grande conjunto de doenças crônicas, não transmissíveis, em todo o mundo (SBD, 2009).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006), cerca de 50% da população com diabetes não sabe que é portadora da doença, algumas vezes permanecendo não diagnosticados até que se manifestem sinais de complicações. Por isso, os testes de rastreamento são bastante valorizados, principalmente para indivíduos assintomáticos que apresentem maior risco da doença, apesar de não haver ensaios clínicos que documentem o benefício resultante e a relação custo-efetividade ser questionável. Fatores indicativos de maior risco são listados pelo Ministério da Saúde como sendo, dentre outros, a idade superior a 45 anos, sobrepeso, antecedente familiar, hipertensão arterial, colesterol HDL < 35 mg/dL e/ou triglicérides >150 mg/dL (BRASIL, 2006).

É uma patologia que se instala silenciosamente e provoca muitas complicações para o organismo, ocasionando no início sintomas bem comuns, como: fome exagerada, muita sede, boca seca, urina em grande quantidade e perda de peso. O diagnóstico do DM, se baseia no indivíduo que apresenta sintomas clássicos como poliúria, polidipsia, polifagia e perda involuntária de peso. Outros sintomas que levantam a suspeita da doença são: fadiga, fraqueza, alterações visuais súbitas, formigamento ou dormência nas mãos ou pés, pele seca, lesões cutâneas ou feridas que exibem cicatrização lenta, além de infecção recorrente. O início do diabetes do tipo 1 também pode estar associado à perda de peso súbita ou náuseas, vômitos ou dores abdominais (SBD, 2009).

Indivíduos de alto risco requerem investigação diagnóstica laboratorial com glicemia de jejum e/ou teste de tolerância à glicose. Os critérios laboratoriais para o diagnóstico de diabetes, segundo Brasil (2006) são: glicemia casual na presença de sintomas de hiperglicemia, podendo ser realizado em qualquer horário do dia e independente do horário da última refeição; glicemia jejum realizado quando não houve nenhuma ingestão calórica por um período mínimo de 8 horas ou o controle de glicemia realizado 2 horas após a ingestão de 75g de glicose anidra ou equivalente.

O diabético está sujeito às complicações crônicas da doença que são aquelas que acontecem após muitos anos de doença, muitas delas relacionadas com valores de glicemia acima de 200 mg/dl durante longos anos e que, estão

quase sempre associadas a falta de adesão do paciente ao tratamento. A SBD (2015) ressalta a importância da adesão do diabético ao tratamento para o controle da glicemia e informa que este pode ser não-medicamentoso e medicamentoso. O tratamento não medicamentoso é composto pela terapia nutricional e educação alimentar, exercícios físicos e monitorização.

Fisiopatologia do Diabetes Mellitus tipo 1

O diabetes tipo 1, segundo Sartorelli; Franco (2003), caracteriza-se por deficiência absoluta de produção de insulina no pâncreas o que causa dificuldades ao fígado de compor e manter os depósitos de glicogênio que é vital para o organismo, ocasionando alto nível de glicose no sangue. Assim a eficiência das células fica reduzida para absorver aminoácidos e outros nutrientes necessários, necessitando do uso exógeno do hormônio de forma definitiva.

No diabetes tipo 1, pode observar-se mais comumente o início abrupto da doença e conforme descrição de Grossi; Cianciarullo; Manna (2003), os portadores deste tipo de diabetes são geralmente magros, apresentando dificuldade no controle metabólico da doença, podendo ocorrer quadros de cetoacidose diabética devido a deficiência acentuada de insulina associada a aumento absoluto ou relativos do glucagon. A deficiência de insulina causa degradação excessiva das reservas adiposas, resultando em aumento dos níveis de ácidos graxos livres.

No DM tipo 1 há uma incapacidade em produzir insulina porque as células beta pancreáticas foram destruídas por um processo auto-imune. Neste caso, as células do pâncreas que normalmente produzem insulina são destruídas e, quando pouca ou nenhuma insulina vem do pâncreas, o corpo não consegue absorver a glicose do sangue e as células ficam sem insulina. Sem a insulina a glicose não entra nas células e então começam a aparecer os sintomas, dentre os quais a sede que ocorre devido à perda de líquido por excesso de micção. Outro sintoma está relacionado a modificação do apetite, uma vez que o paciente com diabetes tipo 1 sente mais fome (SALES-PERES *et al*, 2016).

Negri (2005) descreve que devido a hipoglicemia, ou baixo nível de glicose no sangue que ocorre quando a glicemia está abaixo de 60 mg%, apresentam como sintomas: sensação de fome aguda, dificuldade de raciocinar, sensa-

ção de fraqueza com um cansaço muito grande, sudorese exagerada, tremores, bocejamento, sonolência, visão dupla, confusão que pode caminhar para a perda total da consciência, ou seja, coma.

O tratamento do DM tipo 1 ocorre basicamente a partir da reposição diária da insulina e controle glicêmico que pode ser obtido mediante a mudança de estilo de vida com alimentação saudável e atividade física regular. O tratamento inclui o controle glicêmico com a prevenção das complicações agudas e a prevenção das complicações crônicas (NEGRI, 2005).

Fisiopatologia do Diabetes Mellitus tipo 2

O DM tipo 2 é uma doença causada pelo alto índice de glicose no sangue e conforme explicação de Negri (2005), quando este índice é superior a 160 a 180 mg/dl, a glicose passa para a urina. Quando a concentração aumenta ainda mais, os rins excretam uma maior quantidade de água para diluir a grande quantidade de glicose perdida. Devido a isso o paciente diabético apresenta como sintomas poliúria, o que acarreta sede anormal. Em decorrência da perda excessiva de calorías pela urina o portador de diabetes tipo 2 apresenta ainda fome excessiva.

De acordo com Bazotte (2010), além de outras complicações clínicas, o diabetes tipo 2 pode resultar em retinopatia, problemas cardíacos, danos renais (nefropatias), alterações metabólicas, problemas de pele, incluindo infecções bacterianas e fungicas, lesões e infecções nos pés e dificuldades de cicatrização. Complicações que estão relacionadas a diversos fatores comportamentais, mas tem a hiperglicemia crônica como causa principal.

Quanto às causas do diabetes, esta doença pode estar relacionada a fatores genéticos ou hábitos de estilo de vida. Bazotte (2010) descreve como quatro as causas do diabetes tipo 2: a mutação que ocorre no gene que produz a proteína IRS (Substrato Receptor de Insulina), a mutação no receptor de insulina ENPP-1 (*Ecto-Nucleotide Pyrophosphatase/Phosphodiesterase 1*), a mutação no receptor de glicose Glut-4 assim como no excesso de gordura.

Com relação ao excesso de gordura, explica que sua decomposição pelo CAPN-10 (Calpaina10) não é suficiente, o que faz com que seu acúmulo obstrua os canais de proteínas ENPP-1 e GLUT4 (Transportador de Glicose

tipo 4), causando aumento excessivo gordura, glicose e insulina extracelular e na corrente sanguínea. Quanto a mutação no gene que produz a proteína IRS, devido a sua formação defeituosa, este não conseguirá fosforilar - adição de fosfato - a insulina, o que resultará no acúmulo de glicose extracelular e, por consequência, acúmulo de açúcar na corrente sanguínea.

No que diz respeito a mutação no receptor de insulina ENPP-1, ocorre que a proteína ENPP-1 defeituosa não se abre para receber a insulina, o que resulta no excesso de glicose e insulina do lado de fora da célula e na corrente sanguínea, enquanto a mutação no receptor de glicose GLUT4, impede que a glicose passe pela membrana celular e alcance o seu interior, causando acúmulo de glicose e insulina na corrente sanguínea.

Sobre o tratamento do diabetes tipo 2, este procura reduzir os níveis de glicose e gordura no sangue através das seguintes medidas: alimentação balanceada, prática de atividades físicas, acompanhamento médico regular. O tratamento farmacológico também poderá ser adotado para os pacientes com DM tipo 2 que não conseguiram obter o controle glicêmico apenas com as mudanças de estilo de vida (SBD, 2015).

Treino de força para indivíduo acometido por Diabetes

A atividade física sistematizada é de fundamental importância e deve estar integrada na vida do paciente diabético devido aos benefícios do exercício à ação da insulina. Ela contribui para a redução da glicemia e da necessidade de insulina e medicamentos, pois melhora a captação de glicose pelas células. A prática regular da atividade física também reduz os riscos de Acidente Vascular Cerebral - AVC e infarto do miocárdio, apresentando forte relação com a qualidade de vida dos diabéticos (MACEDO *et al.*, 2012).

Sobre a indicação do exercício físico para os diabéticos, Colberg (2003) esclarece que normalmente, quando comparados com indivíduos não diabéticos, estes apresentam baixa capacidade aeróbia, o que pode ser explicado pelo fato de quando criança terem sido poupados da prática de atividade física, ou ainda como uma consequência da doença que causa a danificação da síntese proteica dos portadores da síndrome, em consequência da ausência total ou parcial da insulina. Assim, as atividades físicas

são recomendadas para os diabéticos para melhorar sua capacidade aeróbia.

Mesmo recomendando a prática de atividade física com uma frequência de 5 a 7 dias semanais para os diabéticos a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD, 2014) destaca que além da predominância do tipo aeróbio, pacientes com concentração sérica de glicose entre 200-400 mg% (mg/dl) exigem supervisão médica durante o exercício, já que a atividade física não é recomendada para pessoas com concentrações séricas de glicose, em jejum, superior a 400 mg%.

Em decisão conjunta a American College of Sports Medicine e American Diabetes Association (2000), definiram que os portadores de diabetes do tipo 1 e 2 podem desenvolver atividades físicas normalmente, mas com o acompanhamento necessário para evitar qualquer complicação em decorrência da doença.

O treinamento de força, que segundo Fleck e Kraemer (2007, p. 19), “também é conhecido como treinamento com pesos ou treinamento com cargas, tornou-se uma das formas mais conhecidas de exercício, tanto para condicionamento de atletas como para melhorar a forma física de não atletas”, inclusive para os portadores de diabetes tipo 1 e 2.

O treinamento de força segundo Zabaglia e Assumpção (2009) é indicado para os portadores de diabetes mellitus por trazer benefícios como ganho da massa muscular, aumento da massa magra, controle de peso e melhora na absorção de glicose. Entretanto, os autores recomendam que para minimizar possíveis riscos, esse tipo de atividade física deve ser monitorada por uma equipe multiprofissional. Cuidados devem ser tomados visando a dosagem da glicemia capilar antes, durante e após a atividade física afim de evitar complicações como: hipoglicemia e cetoacidose diabética.

Trabalhos experimentais têm resultado na recomendação da prática dos exercícios aeróbios pelos diabéticos sem complicações e com um bom controle glicêmico, demonstrando ainda que quanto mais intenso for este tipo de atividade física, melhor será o controle glicêmico e a sensibilidade à insulina. No entanto, diante das poucas informações existentes em relação aos efeitos do treinamento de força para os diabéticos tipo 1, torna-se necessária a execução de novos estudos para se chegar a um consenso sobre as respostas agudas e crônicas provocadas por protocolos de exercícios resistidos nestes pacientes.

METODOLOGIA

O trabalho em questão é um estudo de caso quantitativo. Foi estudado um voluntário do sexo feminino, portadora de diabetes tipo 1, praticante de atividade física sistematizada em uma academia da cidade de Montes Claros/MG. Idade 42 anos, casada, 3º grau completo. Medicamentos utilizados: insulina glargina - 20 unidades pela manhã + 3 unidades de insulina de ação rápida (Novorapid). 3 unidades de Novorapid no almoço; 2 unidades de novorapid a noite + 1 comprimido de maleato de enalapril de 20 mg pela manhã e outro a noite (total 40 mg por dia).

O estudo teve duração de 8 semanas, onde ocorreu uma primeira coleta de dados, posteriormente o treino resistido de 8 semanas (5 sessões por semana) e segunda coleta de dados. A coleta de dados ocorreu com 48 horas de repouso total para realizar e fazer a avaliação.

Para análise antropométrica foram investigadas as variáveis peso, altura, índice de massa corporal (IMC) e relação cintura-quadril (RCQ). A coleta da composição corporal será realizada após os exames laboratoriais.

Para coleta da massa corporal considerou-se necessário que o indivíduo estivesse usando o mínimo de roupas possível e que ficasse de pé no centro da balança digital (micheletth MIC 220 PPA com estadiometro) com o peso distribuído sobre os dois pés. Para verificar a estatura o indivíduo permaneceu em cima da balança, de costas para o estadiometro mantendo os pés juntos. Para fazer a medida, o avaliador, com as mãos colocadas próximas aos processos dos mastoídes, fez pressão para cima, enquanto o avaliado fazia uma inspiração profunda e sustentada. Através da massa corporal e estatura foi calculado o índice de massa corporal (IMC) obtido pelo quociente massa corporal/estatura², sendo o valor expresso em kg/m².

A relação cintura/quadril (RCQ) indicou a distribuição da gordura corporal (gordura abdominal e periférica) do indivíduo. A RCQ foi calculada pelo quociente circunferência do quadril / circunferência da cintura. A medida antropométrica da cintura foi feita no ponto mais estreito entre a última costela e a crista ilíaca com uma fita antropométrica SANNY inelástica (com precisão de 0,1cm). A aluna realizou uma abdução dos braços, para o ajuste da trena e retorna os braços à posição relaxada para que fosse feita a medida ao final de uma expiração normal. Quando não se identificou um ponto mais estreito,

a medida foi feita na metade da distância entre a decima costela e a crista ilíaca. Durante a medida do quadril o indivíduo manteve os pés unidos e os glúteos relaxados. Seguindo o recomendado por Lima e Damasceno (2006), a medida foi feita na maior protuberância posterior das nádegas.

Para realizar análise das variáveis, colesterol total, colesterol HDL (Lipoproteínas de Alta Densidade) o bom colesterol, Colesterol LDL (Lipoproteínas de Baixa Densidade) também conhecido como mau colesterol, triglicérides e glicemia de jejum, a coleta de sangue foi feita pela manhã. O exame foi o primeiro procedimento realizado no dia da coleta de dados para não haver alterações nos resultados.

Para a obtenção das amostras via flebotomia venosa periférica, foram utilizados os seguintes instrumentos: agulha múltipla 25 x 8 mm BD Vacutainer®, tubo de 4 ml EDTA K2 BD Vacutainer®, tubo de 8,5 ml BD SST® II Advance®, tubo de 4,5 ml Citrato de Sódio BD Vacutainer®, tubo de 2,5 ml PAXgeneBD Vacutainer®, adaptadores e torniquetes. Para as análises no soro foram utilizados dois tubos a vácuo sem anticoagulante BD SST® II Advance® de 8,5ml e um tubo de 2,5 ml PAXgeneBD Vacutainer® para análise colesterol total, colesterol HDL, Colesterol LDL e triglicérides (GEORGE-GAY, et al, 2003 e CHENG, et al, 2003).

As determinações das concentrações no soro de glicose foram realizadas em equipamento automatizado de química clínica LabMax 240 da Labtest Diagnóstica, Brasil. A glicemia de jejum foi determinada por método enzimático colorimétrico com a enzima glicose oxidase Labtest®.

O treinamento físico teve caráter anaeróbio, sendo realizado cinco vezes por semana durante 8 semanas. O treinamento teve duração de 60 minutos, sendo iniciado com um aquecimento aeróbio por 10 minutos, desenvolvimento do treino resistido durante 40 minutos e alongamento dos principais grupos musculares ao final. Todo o treinamento foi realizado com monitoramento de um frequencímetro POLAR. A coleta de dados foi realizada um dia antes do início do treinamento físico e 24 horas após o término da última sessão da quarta semana de treinamento, totalizando duas coletas. Equipamentos de treino de força da marca *Olimpkus*. O treino resistido foi realizado conforme exposto no quadro 01.

Quadro 01 - Proposta de treino resistido.

Exercício	Series	Repetições	Intervalo	Intensidade	Velocidade de execução
Supino sentado	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio
Cadeira extensora	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio
Remada aberta	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio
Mesa flexora	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio
Elevação lateral	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio
Agachamento no hack	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio
Abdominal supra	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio
Glúteo 3 apoios	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio
Mesa romana	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio
Abdominal infra	3	12-15	1 minuto	55-65%	Médio

Fonte: elaborado pelos autores

A coleta de dados somente aconteceu após a aprovação (Número do Parecer: 1.928.622) do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Montes Claros. Em concordância com o Conselho Nacional de Saúde (resolução 466/12), foi garantido o anonimato do participante e o caráter confidencial das informações obtidas durante esta pesquisa. Assim, o participante foi informado sobre os objetivos e finalidade da pesquisa, e recebeu a garantia de que seu nome não seria divulgado de forma alguma, quando da apresentação dos resultados do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análises das variáveis morfológicas

A American Diabetes Association (2014) considera as atividades físicas como benéficas para as pessoas com diabetes tipo 1, ressaltando que os indivíduos que apresentam esta morbidade podem e devem praticar esportes todos os tipos de exercícios, tanto de recreação e lazer como de competição profissional, desde que acompanhadas por um profissional, uma vez que os benefícios das atividades físicas atuam nos fatores de risco para doença cardiovascular, dislipoproteinemia, hipertensão, obesidade e melhora da performance cardíaca. Opinião compartilhada por Lima (2007) para quem o exercício físico auxilia no melhor controle da pressão arterial, no perfil lipídico, com redução do colesterol total e triglicérides, além de melhorar a capacidade física geral dos que apresentam diabetes, inclusive na redução do peso e do IMC, influenciando inclusive no aspecto emocional, pois proporciona sensação de bem estar.

Para Aaberg (2001) o exercício anaeróbio é um dos mais apropriados para os indivíduos com DM, visto que proporciona maior gasto calórico é elevado e maior capacidade de aumento do metabolismo pós-exercício. Sabia, Santos, Ribeiro (2004) também ressaltam que o exercício anaeróbio, em especial os exercícios resistidos, podem contribuir para o emagrecimento, mas alerta que as características individuais tais como raça, gênero, idade, composição corporal e nível de aptidão física além dos aspectos relacionados as combinações de exercícios, número de séries, intervalo de recuperação, número de repetições, velocidade de execução e carga, podem interferir na perda de peso e da gordura corporal.

Neste estudo, no que diz respeito à análise morfológica, conforme pode ser observado na tabela 1, após as 8 semanas de treinamento não houve alterações nos valores referentes a altura, peso e IMC da voluntária, demonstrando que não houve efeito concorrente do treinamento nestas variáveis.

Resultados que contrariam os encontrados por Cauza (2005) quando realizou uma intervenção a partir de um protocolo de treinamento físico resistido com características semelhantes, também com a participação de voluntários diabéticos, mas realizado em 16 semanas. Ao final da intervenção os voluntários apresentaram redução média do percentual de massa gorda de 9,1%. Valor de emagrecimento bastante significativo e que pode ser alcançado em decorrência do tempo de 8 semanas a mais e por incluir uma maior variedade de exercícios.

Castaneda et al (2002), também desenvolveram um programa de treinamento físico com 31 pacientes com Diabetes Mellitus, quando foram registradas dentre outros resultados benéficos, redução na gordura abdominal e melhoras significativas no controle glicêmico.

Tabela 01 - Valores referentes a altura, peso e índice de massa corporal (IMC) da voluntária no período anterior e posterior à intervenção

Variáveis	Pré intervenção	Pós intervenção	% de diferença
Altura (cm)	1,60	1,60	0,00
Peso (Kg)	64	64	0,00
IMC	25,00	25,00	0,00

Fonte: elaborado pela autora

As variáveis antropométricas referentes à cintura, abdômen, quadril e a relação cintura e quadril sofreram significativas reduções. A circunferência da cintura teve uma redução de 2,52% e a circunferência do abdome uma redução de 3,41%.

Tabela 02 - Valores das medidas antropométricas da voluntária no período anterior e posterior à intervenção

Variáveis	Pré intervenção	Pós intervenção	% de diferença
Cintura	77,00	74,50	2,52
Abdômen	88,00	85,00	3,41
Quadril	101,00	99,00	2,00
Relação cintura/quadril	0,76	0,75	0,01

Fonte: elaborado pela autora

Apesar de antes da intervenção as medidas de cintura e abdômen da voluntária estar dentro dos padrões aceitáveis, as reduções antropométricas registradas após o treinamento físico podem ser consideradas relevantes se levarmos em consideração que a circunferência do abdômen vem sendo considerado por estudos realizados como importante indicativo para doenças cardiovasculares, sendo esta medida reconhecida como mais importante que o IMC para medir o nível de risco para problemas cardiovasculares (REZENDE et al, 2006).

No caso específico de indivíduos diabéticos, o controle da medida da circunferência abdominal e sua manutenção entre 80 e 88 cm para mulheres, é de grande importância visto que conforme diversos pesquisadores a obesidade central ou abdominal, está fortemente associada à maior prevalência de diabetes, representando ainda, segundo Jardim *et al* (2007) associação com a hipertensão arterial e, consequentemente maior probabilidade de desenvolver doenças cardiovasculares.

Para Raskin, Pinto-Neto, Paiva (2000) a manutenção da circunferência abdominal dentro dos padrões recomendados é muito importante principalmente para mulheres diabetes com história familiar de diabetes e pós-menopausa. Neste contexto, os resultados da intervenção a partir da atividade anaeróbia implementada neste estudo podem ser considerados como importante para a redução das medidas referentes a circunferência abdominal e cintura da volun-

tária portadora de diabetes tipo 1, mesmo se levar em consideração que a mesma é praticante assídua de exercícios de musculação, já há alguns anos.

A relação entre a circunferência da cintura-quadril também aparece na maioria dos estudos como importante indicador relacionado ao risco de comorbidades especialmente as cardiovasculares em pacientes com DM. Segundo entendimento de Calich (2002) apesar da relação cintura-quadril não estarem anatomicamente bem definidos, considera-se que valores elevados $\geq 0,95$ nos homens e $\geq 0,85$ nas mulheres, representam risco para a incidência de doença e de mortalidade cardiovascular em pacientes diabéticos.

Costa *et al* (2011) esclarecem ser consenso geral nos estudos sobre a importância da atividade física para os diabéticos que o hábito de se exercitar é apenas um dos componentes na adoção de um estilo de vida mais saudável, sendo difícil analisar isoladamente seu impacto sobre a saúde e qualidade de vida das pessoas diabéticas. No caso da voluntária que participou deste estudo, é interessante informar que não houve o controle alimentar durante a aplicação do treinamento físico. Entretanto, é possível observar que a voluntária conseguiu manter seu peso, o que segundo considerações da American Diabetes Association (2014) quase sempre esta associada aos hábitos de atividade física regular e controle alimentar.

Análises das variáveis bioquímicas

O exercício físico regular melhora o controle glicêmico em pacientes diabéticos, reduzindo fatores de risco cardiovasculares, contribuindo para perda de peso e pode prevenir a diabetes em indivíduos de alto risco. O controle glicêmico do paciente com DM1 que pratica atividade física é muito importante, visto ser este um dos principais fatores que interfere sobre a concentração lipídica dos indivíduos com este tipo de diabetes. Sendo assim, exames laboratoriais devem ser realizados em Pacientes com DM tipo I, praticantes de atividade física regular devem ser constantemente submetidos a exames de sangue para verificar os níveis de triglicérides, colesterol total, LDL-colesterol e aumento no HDL-colesterol, pois

os resultados destes exames poderão prevenir possíveis complicações micro e macrovasculares que podem ser exacerbadas pelo exercício físico mal direcionado (LIMA, 2007).

De acordo com Vancini, Lira (2004), os diabéticos que pretendem iniciar assim como aqueles que já praticam qualquer atividade física regular devem se submeter a uma criteriosa avaliação médica visando detectar quaisquer riscos cardiovasculares, assim como seus benefícios. Estas foram preocupações e providência quando da proposta de um programa de exercícios anaeróbios para a voluntária portadora de diabetes tipo 1, cujos resultados das variáveis bioquímicas obtidos através de exames de sangue realizados nas fases pré e pós o protocolo de treinamento físico são apresentados na Tabela 3.

Tabela 03 - Perfil bioquímico da voluntária no período anterior e posterior à intervenção

Variáveis	Resultados	
	Pré intervenção	Pós intervenção
Cálcio	8,4 mg/dL	8,4 mg/dL
Colesterol Total (HDL + LDL + VLDL)	166 mg/dL	166 mg/dL
Colesterol HDL	61 mg/dL	61 mg/dL
Colesterol LDL	91 mg/dL	91 mg/dL
Colesterol VLDL	14 mg/dL	14 mg/dL
Triglicérides	69 mg/dL	69 mg/dL
Creatinina (dosagem)	0,80 mg/dL	0,80 mg/dL
Glicose (dosagem)	130 mg/dL	90 mg/dL
Hidrovitamina D	27,6 ng/mL	27,6 ng/mL

Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados dos exames de sangue

Uma análise da Tabela 3 permite observar que a maioria dos resultados, obtidos a partir do exame de sangue mantiveram-se iguais antes e após a prática do treinamento físico.

Na fase pré e pós o treinamento físico proposto na intervenção, os resultados referentes às variáveis bioquímicas: cálcio, hidroxivitamina D, colesterol total mantiveram-se acima dos parâmetros recomendados pela American Diabetes Association (2014) e pelas Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (2013). Os valores de creatinina e de gama Glutamil transferase, colesterol HDL e triglicérides mantiveram-se dentro do recomendado, não registrando alteração após a intervenção.

Somente no valor referente à glicose - dosagem houve redução, comprovando as considerações de Pauli *et al* (2009) quando afirma que um

dos benefícios do exercício físico no tratamento do DM1 está na melhora do transporte de glicose para dentro das células e, conseqüentemente, na sua contribuição para o controle glicêmico mantendo-o a níveis adequados. Neste estudo, após a conclusão do programa de treinamento físico, a dosagem de glicose no pós treinamento físico sofreu redução de 130 mg/dL para 90 mg/dL, índice dentro do valor de referência que é de 65 a 99 mg/dL. Resultado que demonstra que o treino foi suficiente para reduzir os valores glicêmicos da voluntária portadora de DM1, corroborando os resultados encontrados por De Angelis *et al* (2006) após realização de estudo onde um grupo de adolescentes com DM1 foram submetidos a um treinamento físico comprovou-se melhora na ação insulínica com diminuição e controle glicêmico.

Levando em consideração que, conforme advertência das Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (2013), o controle alimentar é um dos pontos fundamentais no tratamento do DM e que não é possível alcançar um bom controle metabólico sem uma alimentação adequada, a hipótese levantada neste estudo é de que os resultados alcançados quando da avaliação das variáveis bioquímicas, que se mantiveram sem modificações após a prática do programa de treinamento físico, tenham sofrido intervenção da falta desta preocupação.

CONCLUSÃO

A atividade física regular apresenta-se nas diretrizes para o tratamento do Diabetes como altamente recomendável, por reconhecer-se os benefícios que esta prática traz para o controle mais eficaz dessa doença, que se caracteriza pelo aumento do nível da glicose no sangue e das inúmeras complicações que esta elevação pode causar.

Apesar de ser consenso que o exercício físico deve fazer parte do tratamento do diabetes, os resultados encontrados no presente estudo permitiram considerar que o protocolo de treinamento resistido desenvolvido em 8 semanas demonstrou ser um importante estímulo para controle da glicose da voluntária diabética, mas não obteve êxito na redução da massa gorda.

Enfim, os resultados demonstraram que o treinamento físico não foi suficiente para promover grandes e benéficas alterações nas variáveis morfológicas e bioquímicas da voluntária, não resultando em redução do peso corporal, estatura nem nos níveis de HDL, LDL, Colesterol total, vitamina D e cálcio na voluntária com diabetes do tipo 1. O comportamento positivo deu-se somente no controle glicêmico, resultando em redução no nível de glicose.

REFERÊNCIAS

AABERG, Everett. **Musculação: Biomecânica e treinamento**. São Paulo: Manole, 2001

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE E AMERICAN DIABETES ASSOCIATION (Posicionamento Oficial Conjunto) Diabetes mellitus e exercício. **Rev Bras Med Esporte**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 16-21, 2000.

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Standart of Medical Care in Diabetes. **Diabetes Care**. n.37,

supl. 01, p. 14-80, 2014.

BAZOTTE, R. B. **Paciente diabético: Cuidados Farmacêuticos**. Rio de Janeiro: MedBook, 2010;

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA. **Diabetes Mellitus - Manual de Atenção Básica n. 16**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em http://dtr2006.saude.gov.br/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd16.pdf. Acesso em 16.abr.2016.

BRASIL. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Global das doenças não transmissíveis**. 2015. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/>. Acesso em: 28.abr.2016

COLBERG, Sheri R. **Atividade Física e Diabetes**. Barueri-SP: Manole, 2003.

COSTA, Jorge de Assis; BALGA, Rômulo Sangiorgi Medina; ALFENAS, Rita de Cássia Gonçalves; COTTA, Rosângela Minardi Mitre. Promoção da saúde e diabetes: discutindo a adesão e a motivação de indivíduos diabéticos participantes de programas de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**. vol.16 no.3 Rio de Janeiro Mar. 2011

DE ANGELIS, Kátia; PUREZA, Demilto Y; LUCINAR, J. F. Flores; et al. Efeitos Fisiológicos do Treinamento Físico em Pacientes Portadores de Diabetes Tipo 1 - revisão - **Arq Bras Endocrinol Metab**. vol 50, nº 6, São Paulo, Dezembro, 2006.

FERREIRA, Leandro Tadeu et al. Diabetes melito: hiperglicemia crônica e suas complicações. **Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde**. São Paulo, v. 36, n. 3, p. 182-8, set./dez. 2011. Disponível em: . Acesso em: 03.jan. 2017.

FLECK, S; KRAEMER W. **Fundamentos do treinamento de força muscular**. 3ª Edição, Porto Alegre, Ed. Artmed, 2007.

GROSSI, S. A. A. ; CIANCIARULHO, T. I; MANNA, T. D. Caracterização dos perfis glicêmicos domiciliares como estratégia para os ajustes insulinoterápicos em pacientes com diabetes mellitus tipo 1. **Rev. Esc. Enferm. USP**. São Paulo 2003 p. 62-71.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas - Brasil, Grandes Regiões**

e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/PNS/2015/pns2015.pdf>. Acesso em: 03.jan.2017.

ISER, B.P.M et al, Prevalência de diabetes autorreferido no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 24(2): 305-314, abr-jun 2015.

JARDIM, P.C.V.B.; et al. Hipertensão arterial e alguns fatores de risco em uma capital brasileira. **Arq. Bras. Cardiol.**, v. 88, n. 4, p. 452-57, 2007.

LIMA, Miguel. **Atividade Física no Combate ao Diabetes**. Disponível em: http://www.educaofisica.com.br/noticias_mostrar.asp?id=3082. Postado em 2007. Acesso em: 06.abr.2017.

MACEDO, C. S. G.; GARAVELLO, J. J.; OKU, E. C. et al. Benefícios do exercício físico para a qualidade de vida. **Revista Brasileira de Atividade Física**. Londrina, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2012.

MEDEIROS, C. C. M. et al. Prevalência dos fatores de risco para diabetes mellitus de servidores públicos. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet], v.14, n.3, p.559-569, jul./sep. 2012..

MORETTO, M. C.; FONTAINE, A.M.; GARCIA, C.A.M.S; NERI, A.L.; GUARIENTO, M.E. Associação entre cor/raça, obesidade e diabetes em idosos da comunidade: dados do Estudo FIBRA. **Cad. Saúde Pública** vol.32 no.10 Rio de Janeiro out. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2016001005010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10.jan.2017.

NEGRI, G. Diabetes mellitus: Plantas hipoglicemiantes com princípio natural ativo. **Rev. Bras. Cienc. Farm.** vol. 41, n. 2. São Paulo: abr. / jun. 2005, p. 121-142. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-93322005000200002. Acesso em 22.jan.2016.

PAULI, J. R. et al. Novos mecanismos pelos quais o exercício físico melhora a resistência à insulina no músculo esquelético. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v. 53, n. 4, June 2009.

PEDROSO, Ênio Roberto Pietra; OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. **Blackbook Clínica Médica** - medicamentos e rotinas médicas. Belo Horizonte: Blackbook Editora, 2007.

RASKIN, D.B.F; PINTO-NETO, A.M; PAIVA, L.H.S.C; RASKIN, A; MARTINEZ, E.Z. Fatores associados à obesidade e ao padrão andróide de distribuição da gordura corporal em mulheres climatéricas. **Rev Bras Ginecol Obst.** 2000; 22(7):435-41.

REZENDE, Fabiane Aparecida Canaan; ROSADO, Lina Enriqueta Frandsen Paez Lima; RIBEIRO, Rita de Cássia Lanes; VIDIGAL, Fernanda de Carvalho; VASQUES, Ana Carolina Junqueira; BONARD, Ivana Sales; CARVALHO, Carlos Roberto de. Índice de massa corporal e circunferência abdominal: associação com fatores de risco cardiovascular. **Arq. Bras. Cardiol.** vol.87 no.6 São Paulo Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2006001900008. Acesso em: 05.abr.2017.

SABIA, R.V.; SANTOS, J.E.; RIBEIRO, R.P.P. Efeito da atividade física associada à orientação alimentar em adolescentes obesos: comparação entre o exercício aeróbico e anaeróbico. **Rev Bras Med Esporte.** n.5, v.10, p. 349-355, Set/Out 2004.

SALES-PERES, S.H.C.; GUEDES, M.F.S.; SÁ, L.M.; NEGRATO, C.A.; LAURIS, J.R.P. Estilo de vida em pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 1: uma revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva** vol.21 no.4 Rio de Janeiro Apr. 2016.

SARTORELLI, D. S. ; FRANCO, J. L. . Tendência do diabetes mellitus no Brasil: o papel da transição nutricional. **Cad. Saúde Publica.** Rio de Janeiro, 2003 p. 29-36.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes SBD 2013-2014**. Rio de Janeiro/São Paulo: Grupo Editorial Nacional - GEN, 2014. Disponível em: <http://www.nutritotal.com.br/diretrizes/files/342--diretrizessbd.pdf>. Acesso em: 28.abr.2016.

_____. **Diretrizes SBD 2014-2015**. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/sbdonline/images/pdf/diabetes-tipo-2/001-Diretrizes-SBD-Epidemiologia-pg1.pdf>. Postado em 2015. Acesso em: 08.jan.2017.

SCHMIDT, M.I. Prevalência de diabetes e hipertensão no Brasil baseada em inquérito de morbidade auto-referida, Brasil, 2006. **Rev Saúde Pública**. 2009; 43(Supl 2):74-82.

VAISBERG, Mauro; LUNA, Luiz; ZANELLA, Maria. Exercícios e diabetes. In: VAISBERG, Mauro; MELLO, Marco. (Org.). **Exercícios na saúde e na doença**. Barueri, SP: Manole, 2010.

VANCINI, Rodrigo Luiz; LIRA, Cláudio André Barbosa de. **Aspectos gerais do Diabetes Mellitus e exercício**. Disponível em: http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1332095470diabetes_exer.pdf. Postado em 2004. Acesso em: 06.abr.2017.

ZABAGLIA, R; ASSUMPÇÃO, C. O. Efeito dos exercícios resistidos em portadores de diabetes mellitus. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v.3, n.18, p.547-558, 2009.

REFLEXÃO ACERCA DE ASPECTOS DA MOTIVAÇÃO EM ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO NA PRÁTICA DESPORTIVA

REFLECTION ABOUT ASPECTS OF THE SCHOOLBOYS' MOTIVATION OF THE SECONDARY EDUCATION IN ATHLETIC PRACTICE

Michele Nunes de Sá¹; Leonardo Rodrigues Souza²

¹Acadêmica do curso de Educação Física do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes. Montes Claros - Minas Gerais, Brasil.

²Especialista em Psicopedagogia e Neurociências Aplicada à Educação. Docente Orientador do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes e Professor da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais - SEE/MG. Montes Claros - Minas Gerais, Brasil.

RESUMO

O presente trabalho buscou identificar alguns fatores (des)motivacionais, intrínsecos e extrínsecos, associados à prática de esportes em escolares do ensino médio. Caracteriza-se como um estudo de campo, quantitativo e de corte transversal. A amostra, não-probabilística e definida de forma aleatória simples, foi composta por 10 estudantes do ensino médio, de ambos os sexos, com idades variando entre 16 e 18 anos. O instrumento utilizado por todos os participantes do estudo foi uma Escala de Motivação no Esporte, SMS - *Sport Motivation Scale*, (Brière, Vallorand, Blais, & Pelletier, 1995), versão brasileira, composta por 28 itens distribuídos em sete dimensões (3 relacionadas à motivação intrínseca, 3 relacionadas à motivação extrínseca e 1 relacionada à desmotivação). As questões foram respondidas por meio de uma escala Likert de sete pontos que varia de 1 “não corresponde nada” a 7 “corresponde exatamente” e tiveram os seus dados tratados no *Excel for Windows 2013*. Diante da pesquisa realizada pode-se compreender que os alunos do ensino médio investigados se sentem motivados em praticarem suas atividades desportivas, demonstrando estarem abertos a aprenderem novos conceitos e formas de praticá-los, sem contudo demonstrarem interesse em aspectos táticos. Contudo, entendemos que ao identificar quais são os fatores que (des)motivam os alunos a praticarem esportes, poderemos, também, propor um olhar mais crítico em relação a essas práticas, sugerindo, assim, novas intervenções metodológicas e/ou organizacional para o ensino desse conteúdo que, apesar de já consolidado no currículo da educação física escolar, ainda divide a opinião de diversos autores quando se discute as suas diversas formas de manejo.

Palavras chave: Esporte. Motivação. Ensino Médio. Educação Física.

ABSTRACT

The present work looked to identify some factors (give) motivacionais (intrinsic and extrinsic) when they were associated to the sports practice in schoolboys of the secondary education. Characterized like a study of field, quantitative and of cross cut. The sample, - probabilística and defined in the simple random form, was composed by 10 students of the secondary education, of both sexes, with ages varying between 16 and 18 years. The instrument used by all the participants of the study was a Scale of Motivation in the Sport, SMS - Sport Motivation Scale, (Brière, Vallorand, Blais, and Pelletier, 1995), Brazilian version composed by 28 items distributed in seven dimensions (3 made a list ones to the intrinsic motivation, 3 made a list ones to the extrinsic motivation and 1 made a list one to the desmotivação). The questions were answered through a scale Likert of seven points that varies of 1 “do not correspond at all” to 7 “it corresponds exactly” and they had his data treated in the Excel Windows will be a 2013. Before the fulfilled inquiry it is possible to understand that they feel the investigated pupils of the secondary education caused in practicing his athletic activities, demonstrating to be opened learning new concepts and the forms of practicing them, without nevertheless of demonstrating interest in tactic aspects. Nevertheless, we understand that while identifying what are the factors that you (give) they cause the pupils to practice sports, we will be able to propose, also, a more critical glance regarding these practices, suggesting, so, new interventions metodológicas and / or organizacional for the teaching of this content that, in spite of already consolidated in the curriculum of the school physical education, still divides the opinion of several authors when his are discussed many people you form of handling.

Keywords: Sport. Motivation. Secondary education. Physical education.

INTRODUÇÃO

Há muito vem se discutindo a importância das práticas desportivas em seus diversos aspectos, bem como o importante papel que podem desempenhar na socialização de crianças e jovens. Esse reconhecimento do esporte como positivo canal de socialização e de inclusão social vem sendo confirmado pelo crescente número de projetos esportivos destinados aos jovens de diversas classes, sobretudo as mais populares (VIANNA; LOVISOLO, 2011).

Corroborando os dados supracitados Boer (2010) aponta o esporte como um elemento essencial nas manifestações socioculturais, sendo inegável os ganhos psicológicos do tipo socializador encontrados naqueles que o pratica; podendo ainda, conforme Dalcastagne e Lamar (2012), servir como válvula de escape para o estresse do dia-a-dia, bem como na manutenção e aquisição da saúde. Por outro lado, segundo Silva e Pontes (2013, p. 6) o esporte pode se configurar

[...] num instrumento de alienação quando é usado para mascarar profundos problemas sociais ou desviar a atenção do povo para situações que precisariam de uma maior participação popular, exigindo a compreensão destes sobre a sociedade que vivem.

Já no que concerne a prática desportiva no Brasil, estudo realizado pelo governo fede-

ral (n=8.902) identificou apenas 25,6% da população como praticantes regulares de qualquer modalidade esportiva, dentre os quais a maioria (48%) afirmam ter iniciado a sua prática ainda na escola, por meio da orientação de um professor (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a escola é, acima de tudo, o local instituído para a ação educativa formal e que se dá mediante o processo político pedagógico. Por isso, a atuação do professor de Educação Física deve fazer com que, por meio de seus conteúdos, propiciem aos alunos compreenderem as diversas formas de manifestações esportivas. A intenção não é ensinar a praticar determinadas modalidades esportivas e conhecer apenas suas formas, suas aplicações e organizações, mas, fazer com que adquiram autonomia para a prática dessas modalidades esportivas com um senso de reflexão crítica sobre como, quando, onde e para que praticam (SANTOS e PICCOLO, 2011), tendo na escola, principalmente nas aulas de Educação Física, um ambiente favorável para tais intervenções.

Nessa concatenação, o esporte escolar busca, dentre outras, propor atitudes de respeito mútuo, solidariedade dignidade entre os alunos; servindo-se, também, como promoção, a fim de que os mesmos perseverem na prática fora do âmbito escolar (BRASIL, 1998).

Ainda de acordo com esse documento, o intuito é para que o aluno, ao se deparar com as funcionalidades do seu corpo, possa conhecer a história, seu entendimento, além de obter conhecimento efetivamente às regras e estratégias dos jogos propostos; não se tratando, no entanto, conforme salienta Betti (1994) apud Darido (2001), que a Educação Física na escola se transforme num discurso sobre a cultura corporal, mas de sugerir que haja uma ação pedagógica com ela.

Pedagogicamente, tem-se observado ao longo dos anos uma mudança metodológica do ensino dos esportes coletivos na educação física escolar, que, talvez, seja fruto das alterações sofridas pela formação do profissional de Educação Física nas últimas décadas, prevalecendo, no entanto, as abordagens tradicionais (COSTA e NASCIMENTO, 2004).

Já a algum tempo autores como Garganta (1998) e Daolio (2002) têm defendido os esportes coletivos não apenas como transmissão de técnicas (o passe, o drible, a recepção), mas, sim, o momento de desenvolver nos alunos disponibilidades motoras e mentais, que ultrapassem o ensino de gestos, assimilação de regras de ação do jogo e formas de comunicação entre os jogadores.

Sobre a prática desportiva no ensino médio Correia (1996) defende a ideia de que a intervenção deva partir de um planejamento participativo, considerando algumas vantagens, como a participação dos próprios alunos e suas motivações nas atividades, a própria valorização da Educação Física e o envolvimento de outros alunos na forma de participar na elaboração da proposta. O esporte escolar contribui, ainda, com vários aspectos do desenvolvimento, inclusive com a questão do trabalho em grupo, quando não há exclusão, podendo também trabalhar a cooperação e o companheirismo (PEREIRA, 2004). Além disso, pode auxiliar na prática de uma vida ativa além das aulas, fazendo com que os alunos adotem-na em seu dia-a-dia.

Por outro lado, apesar dos alunos do ensino médio conhecerem diversos benefícios advindos da prática desportiva, nem todos se sentem motivados em praticá-los; estando presente fatores intrínsecos e extrínsecos. Para Samulski (1995) a motivação no esporte é uma variável que depende de fatores pessoais (internos) e ambientais (externos). Nesse sentido, Vallerand (2007) apud Costa et al (2011, p. 538) explica que a motivação

[...] pode, também, ser conceituada como um modelo hipotético usado para descrever as forças internas (motivação intrínseca) e/ou externas (motivação extrínseca) do indivíduo que estão em constante processo de simbiose com o meio ambiente, gerando assim, comportamentos motivantes ou desmotivantes.

Diante das observações ora apresentadas partimos do pressuposto de que se os fatores psicossociais como motivação, autoconfiança, ansiedade, concentração, medo do erro, estresse, dentre outros, interferem no rendimento de atletas profissionais (DE ROSE JUNIOR, 2004 apud FREITAS et al, 2009), podem, também, os mesmos fatores interferirem no desenvolvimento esportivo de alunos dos anos finais da educação básica.

Assim, dada a importância das práticas desportivas no âmbito escolar, a presente proposta fundamentou-se na ampla atenção que os diversos documentos oficiais da educação básica dão à prática do desporto no currículo oficial de Educação Física no ensino médio. Contudo, pretendeu-se com o mesmo identificar alguns fatores (des)motivacionais (intrínsecos e extrínsecos) associados à prática de esportes em escolares do ensino médio.

METODOLOGIA

O presente estudo, quantitativo, descritivo e de caráter transversal, envolveu uma população composta por alunos do ensino médio de uma escola pública, sediada na cidade de Cristália, Minas Gerais, definida de forma intencional por ser a única instituição de ensino regular da região a oferecer o nível de ensino pretendido.

Partindo-se de uma amostra não-probabilística, definida de forma aleatória simples, foram incluídos neste estudo 10 alunos (de ambos os sexos), com idades variando entre 16 e 18 anos, regularmente matriculados na instituição investigada do seguimento de ensino em questão e que aceitaram em participar da pesquisa mediante a autorização dos pais e/ou responsável legal. Tendo isto, foram excluídos todos os outros (n=30) por não apresentarem alguns dos pré-requisitos anteriormente descritos.

O instrumento utilizado por todos os participantes do estudo foi uma Escala de Motivação no Esporte, a SMS - *Sport Motivation Scale*, (Brière, Vallorand, Blais, & Pelletier, 1995), versão brasileira, composta por 28 itens distribuídos em sete dimensões (3 relacionadas à motivação intrínseca, 3 relacionadas à moti-

vação extrínseca e 1 relacionada à desmotivação). As questões foram respondidas por meio de uma escala Likert de sete pontos que varia de 1 “não corresponde nada” a 7 “corresponde exatamente”.

Para a interpretação dos dados foram utilizadas as medidas de frequência de uma dimensão extrínseca (de identificação), uma intrínseca (para conhecer) e outra de desmotivação. A partir de então, os dados foram transcritos, alguns apresentados por meio de tabela e tratados no *Excel for Windows 2013*. Todos os participantes tiveram o seu anonimato preservado.

Para tanto, foi respeitado os aspectos éticos para pesquisa em seres humanos, conforme Resolução 466/2012, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, por meio do parecer de nº 2.007.968.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 contempla os dados referentes a uma das dimensões da motivação intrínseca (MI), que está relacionada a fatores pessoais, ligados à curiosidade e à busca de compreensão que busca obter sobre a modalidade praticada. Nesse aspecto, observou-se que há, por parte dos alunos, um interesse secundário em praticar o esporte além do simples prazer em praticá-lo, que pode ser confirmado por meio dos dados da tabela abaixo, a qual mostra um grande interesse dos mesmos em conhecerem mais sobre a modalidade, sobretudo pelo prazer em aprender novas técnicas. Entretanto, não parecem estar muito interessados em aprender táticas, talvez porque desconheçam a sua importância.

Tabela 1 - Frequência dos resultados relacionados à MI para conhecer.

Quesitos	n	%
Pratica pelo prazer em saber mais sobre a modalidade.		
Não corresponde	0	00%
Corresponde pouco	2	20%
Corresponde moderadamente	4	40%
Corresponde muito	4	40%
Corresponde exatamente	0	00%
Pratica pelo prazer em descobrir novas técnicas.		
Não corresponde	0	00%
Corresponde pouco	3	30%
Corresponde moderadamente	3	30%
Corresponde muito	4	40%
Corresponde exatamente	0	00%
Pratica pelo prazer que sente quando aprende novas técnicas.		
Não corresponde	2	20%
Corresponde pouco	1	10%
Corresponde moderadamente	0	00%
Corresponde muito	4	40%
Corresponde exatamente	3	30%
Pratica pelo prazer em descobrir novas estratégias (táticas).		
Não corresponde	1	10%
Corresponde pouco	3	30%
Corresponde moderadamente	3	30%
Corresponde muito	3	30%
Corresponde exatamente	0	00%

Na tabela 2 consta informações acerca da motivação extrínseca de identificação, associada àqueles que participam ativamente de

esportes porque sentem que isto os ajudam a crescer pessoalmente.

Tabela 2 - Frequência dos resultados relacionados à ME de identificação.

Quesitos	n	%
Pratica porque é uma das melhores formas de se conhecer pessoas.		
Não corresponde	0	00%
Corresponde pouco	4	40%
Corresponde moderadamente	3	30%
Corresponde muito	1	10%
Corresponde exatamente	2	20%
Pratica porque é uma das melhores formas de se desenvolver outros aspectos pessoais.		
Não corresponde	1	10%
Corresponde pouco	1	10%
Corresponde moderadamente	5	50%
Corresponde muito	1	10%
Corresponde exatamente	2	20%
Pratica porque se aprende outras coisas que serão uteis em outras áreas da vida.		
Não corresponde	1	10%
Corresponde pouco	2	20%
Corresponde moderadamente	0	00%
Corresponde muito	1	10%
Corresponde exatamente	6	60%
Pratica por ser uma das melhores formas de se manter boas relações com os amigos		
Não corresponde	2	20%
Corresponde pouco	0	00%
Corresponde moderadamente	4	40%
Corresponde muito	1	10%
Corresponde exatamente	3	30%

Os resultados apresentados no primeiro quesito da tabela 2 nos levam a refletir sobre se “a pratica de esportes (realmente) faz amigos”, conforme é dito no senso popular; questão considerada pela maioria como pouco ou moderadamente correspondente para essa finalidade.

Por outro lado, parece haver um certo consenso de que a pratica esportiva pode desenvolver outras habilidades sociais e pessoais, que

pode ser corroborado mediante outro quesito, demonstrando que 60% da amostra afirma que o esporte pode ensinar coisas uteis em outras áreas da vida.

Os resultados apresentados na tabela 3 caracterizam-se pelo sentimento de desesperança onde as motivações extrínsecas ou intrínsecas não afetam o desempenho do atleta.

Tabela 3 - Frequência dos resultados relacionados à DSM no esporte.

Quesitos	n	%
Costumava ter boas razões para praticar, mas agora pergunto-me se deverei continuar.		
Não corresponde	4	40%
Corresponde pouco	3	30%
Corresponde moderadamente	1	10%
Corresponde muito	1	10%
Corresponde exatamente	1	10%
Já não sei porque pratico a minha modalidade. Tenho a sensação de não ser capaz de ter êxito nessa modalidade		
Não corresponde	4	40%
Corresponde pouco	2	20%
Corresponde moderadamente	2	20%
Corresponde muito	1	10%
Corresponde exatamente	1	10%
Já não sei muito bem porque pratico a minha modalidade. Parece-me que o meu lugar não é no esporte.		
Não corresponde	7	70%
Corresponde pouco	1	10%
Corresponde moderadamente	1	10%
Corresponde muito	1	10%
Corresponde exatamente	0	0%
Tenho muitas dúvidas porque parece que não consigo alcançar os objetivos que estabeleci para mim próprio.		
Não corresponde	6	60%
Corresponde pouco	1	10%
Corresponde moderadamente	0	0%
Corresponde muito	1	10%
Corresponde exatamente	2	20%

Neste ficou evidente, em todos os quesitos, que tais fatores não interferem na disposição e interesse que têm em praticar alguma modalidade esportiva, uma vez que a maior parte das respostas de cada quesito para essa dimensão (desmotivação) variou entre 40% e 70%, não corresponde e corresponde pouco, respectivamente; variando entre 60% e 80% quando somado essas duas variáveis de cada quesito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada pode-se compreender que os alunos do ensino médio se sentem motivados em praticarem suas atividades desportivas, demonstrando estarem abertos a

aprenderem novos conceitos e formas de praticá-los.

Todavia, entendemos que o fato de não se interessarem por alguns aspectos do esporte, como os táticos, nos fazem refletir sobre a aplicabilidade dos tópicos obrigatórios orientados na proposta curricular da Educação Física para o ensino médio nas escolas públicas estaduais de Minas Gerais (MINAS GERAIS, S.D.), o qual prevê o desenvolvimento das táticas das modalidades esportivas, de modo que os alunos desse seguimento de ensino possam conhecer e aplicar essas táticas em situações reais de jogo.

A forte correlação entre aprendizagem esportiva com a possibilidade de aprenderem coisas novas para outras áreas da vida, quantificada pelos alunos, sinaliza uma nova percepção dos

discentes em relação à Educação Física e, conseqüentemente, um novo caminho para as aulas dessa disciplina, especialmente no processo de ensino-aprendizagem dos esportes, quiçá sem a sua “esportivização”.

Destarte, entendemos que ao identificar quais são os fatores que (des)motivam os alunos a praticarem esportes, poderemos, também, propor um olhar mais crítico em relação a essas práticas, sugerindo, assim, novas intervenções metodológicas e/ou organizacional para o ensino desse conteúdo que, apesar de já consolidado no currículo da educação física escolar, ainda divide a opinião de diversos autores quando se discute as suas diversas formas de manejo. Ademais, sugere-se a realização de outros estudos neste trâmite, com amostras mais significativas e mais variáveis analisadas.

REFERÊNCIAS

- BOER, A. A importância do Esporte Escolar na Socialização de Crianças do 3.º ano ao 6.º ano do Ensino Fundamental na Cidade de Bagé: Processo de Mudança de Atitude. 8ª Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa | Educação e sustentabilidade. *Revista Congrega*, URCAMP, 2010.
- BRASIL. **Diesporte: Diagnóstico Nacional do Esporte - Caderno I**, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998.
- CORREIA, W. R. Planejamento Participativo e o Ensino de Educação Física no 2º grau. *Revista Paulista Educação Física*. São Paulo, supl. 2 p. 43-48, 1996.
- COSTA, L. C. A.; NASCIMENTO, J. V. O ensino da técnica e da tática: novas abordagens metodológicas, *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 15, n. 2, p. 49-56, 2. sem. 2004.
- COSTA, V. T. et al. Validação da escala de motivação no esporte (SMS) no futebol para a língua portuguesa brasileira, *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v.25, n.3, p.537-46, jul./set. 2011.
- DALCASTÁGNE, G; LAMAR, L. R. **Iniciação Esportiva e Sua Relação com a Saúde de Crianças e Adolescentes**. IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul, 2012.
- DAOLIO, J. Jogos esportivos coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos - modelo pendular a partir das ideias de Claude Bayer. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 99-103, 2002.
- DARIDO, S. C. Os conteúdos da educação física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. *Perspectivas em educação Física escolar*, Niterói, v. 2, n. 1(suplemento), 2001.
- FREITAS, C. M. S. M. et al. Aspectos psicossociais que interferem no rendimento de modalidades desportivas coletivas, *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, 11(2), p. 195-201, 2009.
- GARGANTA, J. Para uma teoria dos jogos desportivos coletivos. In: GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. E. **O ensino dos jogos desportivos coletivos**. 3 ed. Lisboa: Universidade do Porto, 1998.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Proposta Curricular para o ensino médio: CBC de Educação Física**. Belo Horizonte: SEE/MG, s.d. Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B922DC580-837C-4CD5-B5D4-B49F9FEB4533%7D_educa%C3%A7%C3%A3o%20física.pdf. Acesso em 11 de outubro de 2016.
- PEREIRA, J.M. A formação do bacharel em educação física e esporte: em contexto, as disciplinas de voleibol, *Universidade estadual paulista*, Rio Claro, p. 24, 2004.
- SAMULSKI, D. **Psicologia do esporte: teoria e aplicação prática**. Belo Horizonte: Imprensa UFMG, 1995.
- SANTOS, N. G. A. M; PICCOLO, N. L. V. O esporte e o ensino médio: a visão dos professores de educação física da rede pública. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v.25, n.1, p.65-78, jan./mar, 2011.
- SILVA, P. L. J; PONTES, M. A. J. A importância do esporte para o desenvolvimento social: uma análise do incentivo de programas federais. In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PÚBLICAS**, VI, 2013, São Luís, Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, ago., 2013.

VIANNA, J.A; LOVISOLO, H. R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores, **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.25, n.2, p.285-96, abr. / jun. 2011.

SENTIDOS DA IMAGEM CORPORAL EM ACADÊMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

SENSES OF THE BODY IMAGE IN ACADEMICS OF THE PHYSICAL EDUCATION COURSE

Liliane Santos de Oliveira¹; Daniel de Morais Pimentel¹; Eric Hudson Evangelista²; Mariana Rocha Alves³; Vinícius Dias Rodrigues⁴

¹Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

²Especialista em Docência do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc. Bacharel em Educação Física pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

³Mestre em Neurociências pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora Tutora do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

⁴Doutor e Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes e Professor do Departamento de Educação Física e do Desporto da Unimontes. Professor das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

RESUMO

O objetivo desse estudo foi compreender a percepção da imagem corporal entre acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros. Caracteriza-se como uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, e procedimento de coleta de dados descritivo. A amostra contou com a participação de 14 acadêmicos escolhidos por conveniência, sendo 8 homens e 6 mulheres do 1º Período de Educação Física Bacharelado. Na análise dos dados, buscou compreender e interpretar os sentidos das narrativas e suas contradições, apreendendo o contexto, as razões dos sujeitos e a lógica interna do grupo. Foram identificadas três categorias temáticas. Influência da sociedade sobre a imagem corporal dos acadêmicos; a importância do corpo saudável; a relação entre padrão de beleza e discriminação quanto aos profissionais que não possuem o suposto corpo perfeito. O presente estudo, apontou que os acadêmicos entrevistados têm a percepção de que a mídia constrói modelos de beleza para o profissional e que às vezes esse ideal de beleza é difícil de ser alcançado. É apesar de tentarem segui-los, demonstraram opinião própria e moderação ao condenarem os excessos da busca ideal de beleza. Os acadêmicos reconhecem a existência de discriminação e preconceito contra o profissional que não consegue obter o suposto corpo ideal, principalmente por seus próprios alunos, pois os mesmos os vê como referência. Alguns dos entrevistados mostraram não reconhecer a diferença entre um corpo bonito e corpo saudável, e se o fato de ter beleza significa saúde.

Palavras-chaves: Imagem corporal. Acadêmicos. Educação Física.

ABSTRACT

The objective of this study was to understand the perception of the body image among academics of the Physical Education course of the State University of Montes Claros. It is characterized as a field research of qualitative character, and a descriptive data collection procedure. The sample had the participation of 14 academics chosen for convenience, being 8 men and 6 women of the 1st Period of Physical Education Bachelor. In the data analysis, he sought to understand and interpret the meanings of the narratives and their contradictions, apprehending the context, the subjects' reasons and the internal logic of the group. Three thematic categories have been identified. Influence of society on the body image of academics; the importance of the healthy body; the relationship between the beauty pattern and discrimination in terms of professionals who do not possess the supposed perfect body. The present study pointed out that the interviewed students have the perception that the media constructs models of beauty for the professional and that sometimes this ideal of beauty is difficult to achieve. It is despite trying to follow them, have demonstrated their own opinion and moderation by condemning the excesses of the ideal pursuit of beauty. Academics recognize the existence of discrimination and prejudice against the professional who can not obtain the ideal body, mainly by his own students, because he sees them as a reference. Some of the interviewees showed that they did not recognize the difference between a beautiful body and a healthy body, and that beauty means health.

Keywords: Body image. Academics. PE.

INTRODUÇÃO

O corpo de mulheres e homens é fruto de uma construção social, das diferenças de gênero estabelecidas socialmente ao longo da história. Nessa socialização fixa-se a modelagem dos corpos pelas normas, representações culturais e símbolos da própria de sociedade (PAIM; STREY, 2004). Segundo Jeffrey Weeks (1999) o corpo é constituído a partir de uma identidade do qual vem sendo cada vez mais alterada em função da cultura. Sendo assim esse corpo é imprevisível e a qualquer momento pode mudar. Além disso, o corpo é o primeiro meio de contato com as pessoas e o ambiente que o cerca, nele está escrito todas as regras, todas as normas e toda a importância de uma sociedade específica (DAO-LIO, 1994).

Ao observarmos outros corpos e até mesmo percebermos partes dele acabamos projetando a imagem que temos de um corpo para os demais corpos e assim passamos a ter curiosidade sobre partes que se quer percebíamos antes (BARROS, 2005). Barros (2005) afirma que isso se deve ao fato de integração de diversas partes da imagem corporal de algumas pessoas e a doação da nossa própria imagem a eles. Portanto, a imagem corporal pode ser definida como uma constituição multidimensional que descreve amplamente as representações internas da estrutura corporal e da aparência física, em semelhança a nós mesmos e aos outros (BANFIELD; MCCABE, 2002).

A imagem corporal relaciona-se com a maneira em que a pessoa irá perceber seu próprio corpo, as partes constituintes e como irá distinguir sentimentos relacionados às suas características. Essa percepção da imagem corporal pode ser subdividida em duas dimensões: a perceptiva, que se trata da ilustração do corpo construída na mente, e a atitudinal que se refere aos sentimentos, pensamentos e ações em relação à imagem do corpo (SLADE, 1994).

Segundo Barros (2005), a imagem corporal trata-se de um conceito amplo, e apresenta-se como a parte mais consistente de nosso interior mostrado ao mundo, então, a melhor definição seria satisfatória, já que esse tema incorpora vários processos como fisiológicos, psicológicos e sociais.

As pessoas procuram sua imagem corporal na imagem de outras pessoas, sendo assim acabam se influenciando e tornando-se o que a sociedade impõe como um corpo belo (BARROS, 2005). A imagem que se tem do próprio corpo ou do que se entende por um corpo saudável, vem sendo um tema muito discutido nos últimos anos, ou seja, existe uma influência muito grande por diversos fatores socioculturais como sexo, idade e mídia. Fatores esses que incentivam homens e mulheres a terem uma imagem do seu próprio corpo como boa ou ruim, incentivam também a terem insatisfações, desejo de mudar e até mesmo comprometem a saúde desses indivíduos, trazendo pra si doenças patológicas, distúrbios alimentares e até depressão em relação a uma imagem ruim do próprio corpo.

Segundo Da Silva; Saenger; Pereira (2009), acadêmicos universitários do curso de Educação Física, merecem uma privada atenção com relação ao tema imagem corporal, pois ao escolherem essa profissão, os acadêmicos se veem associados a uma imagem de corpos perfeitos e hábitos alimentares saudáveis, o que pode levar a números ainda maiores de insatisfação da própria imagem corporal. Esse estudo será de grande relevância para os acadêmicos que irão atuar diretamente com públicos com altos índices de insatisfação e de distorção da imagem corporal, enquanto educadores em academias, além de possuir grande relevância para a saúde pública (CASH, 2002; DA SILVA; SAENGER; PEREIRA, 2009) e possibilitará trabalhar com os padrões descritos pelos acadêmicos.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo compreender a percepção da imagem corporal em acadêmicos ingressantes do curso de Educação Física na Universidade Estadual de Montes Claros. Esse estudo intencionou compreender a percepção da imagem corporal em acadêmicos ingressantes do curso de Educação Física na Universidade Estadual de Montes Claros. Outros objetivos visaram investigar a existência de padrões corporais, identificar o entendimento sobre o corpo saudável e identificar a possibilidade de transtornos de imagem corporal entre acadêmicos ingressantes do curso de Educação Física na Universidade Estadual de Montes Claros.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo onde o procedimento de coleta de dados foi descritivo, na qual teve como finalidade identificar os sentidos da imagem corporal em acadêmicos do curso de Educação Física da Unimontes. Esse estudo será caracterizado como corte transversal com natureza qualitativa.

A população deste estudo foi composta pelos acadêmicos do 1º período, diurno do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros e a amostra foi escolhida por conveniência, sendo 8 homens e 6 mulheres.

Para identificar os sentidos da imagem corporal nos acadêmicos de Educação Física, foram realizados dois grupos focais onde o pesquisador seguiu um roteiro pré-estabelecido do qual forneceu a base para o debate, a

partir disso os acadêmicos puderam expressar seus pensamentos. As reuniões foram gravadas e posteriormente transcritas. Para Kind (2008), no grupo focal o pesquisador poderá escutar várias pessoas ao mesmo tempo, além de poder observar as interações características do processo grupal. Tem como objetivo obter uma variedade de informações, sentimentos, experiências, representações de pequenos grupos acerca de um tema determinado (CHIESA; CIAMPONE, 1999).

A princípio foram divididos os grupos focais por sexo. Essa decisão baseou-se na sugestão de Hargreaves e Tiggemann (2006), na qual diz que normas e regras sobre imagem corporal são diferentes para mulheres e homens. Portanto participaram 6 mulheres e 8 homens do qual foram escolhidos por conveniência. Os acadêmicos foram organizados em círculo e logo após o pesquisador informou aos acadêmicos sobre o objetivo da pesquisa e sigilo da identidade dos entrevistados. Em seguida, foi feito a entrega do termo de consentimento para verificar a aceitação dos acadêmicos na pesquisa.

As discussões foram centralizadas em torno da imagem corporal e da sua importância no dia a dia; nos fatores que podem influenciar os sentimentos dos acadêmicos em relação aos seus corpos (pais, pares, mídia...); no ideal de beleza apresentado pela mídia e pela sociedade; na prática de exercícios físicos e no padrão de beleza idealizado pelos acadêmicos. A discussão foi toda gravada pelo pesquisador e depois transcrita a fim de realizar a análise e classificação por temas.

Os dados foram analisados de acordo com De Souza Minayo (2012), do qual propõem a elaboração de categorias, levando em conta a compreensão do texto e as contradições existentes nele, buscando compreender a lógica interna do grupo.

A coleta de dados ocorreu após a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unimontes e autorização dos acadêmicos através do Termo de Consentimento e compromisso. Lembrando que esse estudo foi desenvolvido de acordo com o que rege a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre as pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto foi aprovado com parecer de número 1.866.594.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A classificação e interpretação das narrativas dos acadêmicos tiveram como base os pressupostos da pesquisa e produziram três principais categorias:

1. Influência da sociedade sobre a imagem corporal dos acadêmicos
2. Importância do corpo saudável
3. Relação entre o padrão de beleza e discriminação.

Influência da sociedade sobre a imagem corporal dos acadêmicos

Segundo O'Brien e Hunter (2006) alguns estudos relatam, que educandos do Curso de Educação Física possuem uma preocupação maior com aparência física do que os acadêmicos de outros cursos. Uma vez que, esses futuros educadores físicos por muitas vezes são cobrados por sua aparência física, principalmente quando forem conduzir os seus conhecimentos sobre o valor da atividade física para a saúde, conceitos sobre o corpo e análises entre aspectos que envolvem vícios do modismo cultural ou do momento (RECH; ARAÚJO; VANAT, 2010).

O indivíduo pode assimilar sua imagem corporal de maneira boa ou ruim tornando-se dependente da aceitação do outro para sentir-se dentro dos "padrões estéticos" (GUIMARÃES 2007; MATARUNA, 2004).

Segundo Flor (2009) atualmente, os meios de comunicação são mais que importantes na divulgação e construção dos padrões de beleza e de exclusão social. A mídia, por meio de falas jornalísticas, diz que para ser considerado belo é necessário ter um corpo perfeito "corpo magro" e para obtê-lo qualquer sacrifício é válido (FLOR, 2009).

Dentre os vários significados arquitetados pela mídia, podem ser notado determinados padrões de estética corporal que são largamente espalhados, assim como um interesse aumentado do culto ao corpo (RUSSO, 2005). Sendo assim, os acadêmicos participantes mostraram reconhecer a existência de um padrão de aparência física, considerado ideal para o profissional de Educação Física, sendo ele imposto pela sociedade.

A partir da questão norteadora "Existe um padrão de aparência física considerada ideal para esse profissional?" Foram dadas as seguintes respostas:

Com certeza! Por que, eu penso o seguinte, se uma pessoa da um exemplo de um personal de novo [...] ela ver duas pessoas pra contratar, ela ver um cara que não tem nenhum porte físico, não tem nenhum né? Ela não sabe do conhecimento dele, mas ele não tem nenhum porte físico, ai tem outro cara que já tem um porte físico bacana e tal na cabeça, o que vai olhar primeiro vai ser o cara que é mais forte por que ele vem, não [...] Se o cara conseguiu, ele sabe como é que faz então eu penso que o porte físico pode ser esse (A11).

Mas isso é a sociedade que impõem. Tipo a sociedade num quer um instrutor, por exemplo, igual se põe a ênfase na academia, um instrutor magro eles num querem, porque, tipo, o instrutor é o espelho do aluno ai eles preferem um instrutor mais forte que um mais magro (A13).

Os acadêmicos de ambos os sexos foram críticos quanto à obesidade e ao sobrepeso, julgados como incompatíveis com o modelo de beleza do profissional de Educação física. Ficou evidente todo o tempo a preocupação dos acadêmicos com a auto-imagem, e em seguir o padrão da sociedade do qual o papel do profissional de Educação Física é cuidar mais da aparência do que qualquer outro sujeito. Para Russo (2005), é de extrema urgência repensar o papel da Educação Física nesta sociedade pós-moderna, do qual os valores são intensamente espalhados pela mídia.

Pode se observar representações minuciosas sobre as características corporais mais valorizadas no profissional segundo a sociedade na seguinte fala:

Por exemplo, a academia as pessoas vêm um corpo mais forte. Um professor de futebol, um porte mais atlético, atletismo também. Judô o cara precisa também ter um corpo também, só que não precisa ser tão forte, então depende do tipo da área que ele vai atuar (A 13).

Os acadêmicos reconheceram o fato de o profissional ser usado como referência e para venda de seu trabalho, como relatado na fala a seguir:

Mais no caso do educador físico lá, da academia ele, usa [...] Tem o corpo malhado, ele pode fazer marketing em cima disso, assim, eu sou forte, agora o cara mais franzino lá, o personal trainer mais fraco um pouco, ele não pode fazer esse marketing do próprio corpo dele, ele é mais magro que o outro e tal [...] (A 8).

Importância do corpo saudável

O ideal de beleza concebido para o homem é um corpo atlético e musculoso e para a mulher uma estrutura física magra, esbelta e com curvas, e essa estética corporal valorizada, é obtida como consequência de exercícios que proporcionam saúde física (DE ABREU SILVA, 2014).

A cultura contemporânea valoriza tanto a magreza, autenticada principalmente pelo discurso da biomedicina, que transforma a gordura em um símbolo de anormalidade moral, com sérias consequências para a subjetividade dos que não se adaptam a esse ideal de corpo (VASCONCELOS, 2004).

A saúde pode ser acentuada como uma situação de completo bem-estar físico, mental e social segundo Straub (2005) que não se reduz à apenas uma ausência de doença ou enfermidade, ou seja, uma situação positiva e multidimensional que envolve três domínios: saúde física, psicológica e social.

O corpo saudável para alguns acadêmicos despontou como apenas um corpo bonito por fora. Podemos ver na narrativa a seguir:

Por um lado sim, por um lado também não! Tipo, se você tá numa forma legal, tá, sei lá vei, eu num [...] Não é questão de rosto, mais do físico. Se essa pessoa tiver certa beleza, assim por dentro eu [...] Creio eu, que ela vai tá saudável dependendo. Por que né?! Se ela tiver um corpo, um físico assim mais... Ela vai ser saudável e bonita (A2).

Estética é entendida como característica inseparável ao corpo (FERREIRA, 2004) entretanto contém vários conceitos, que são utilizados para indicar desde algo real ou imaginário, objetivo ou subjetivo, até a percepção ou sensação (DIENER, WOLSIC; FUJITA, 2002)

Alguns acadêmicos reconheceram que nem sempre corpo bonito por fora quer dizer que seja uma pessoa saudável, como relatado nas falas a seguir:

Eu acho que não, por que, às vezes a pessoa tem uma aparência física legal, e tal, mais a saúde dela não é boa, os métodos que ela usa pra ter esse corpo, não são legais então, não deve ser saudável (A4).

Acho que não! Às vezes existe uma pessoa que tá acima do peso, mas a saúde é excelente e existe uma pessoa magra ou até musculosa que a sua saúde é péssima, que tem vários problemas de saúde eu acho que isso é uma questão clínica mesmo (A9).

Relação entre o padrão de beleza e discriminação

A avaliação estética é a primeira a que temos acesso ao avaliarmos alguém e, de alguma forma, descreve, ainda que de maneira prévia, as bases para a construção dos aspectos da pessoa que se conhece. Sendo assim, a supervalorização da beleza é como a busca de uma representação de si mesmo, ou seja, de um papel que se levanta a partir de uma identificação pressuposta, na qual a pessoa se lança por meio da manutenção ou mesmo do estável aperfeiçoamento dessa aparência (SAMPAIOI, 2009).

Segundo Fischler (1995), o corpo constitui nas sociedades contemporâneas um comportamento resultante de repressões sociais. Basta lembrar as situações de desprezo experimentadas pelos obesos e pelas pessoas consideradas “feias” em nossa sociedade para ver isso. Essa discriminação se desdobra em todo o âmbito social, seja para encontrar um emprego, um namorado, ou nos comentários maldosos feitos por outros indivíduos nas ruas e na própria mídia, que ajuda a reforçar os estereótipos de imperfeição (FISCHLER, 1995).

Fontanella (2005) diz que na cultura de consumo o corpo serve como elemento para exceção, pois as pessoas que não estão de acordo com os estereótipos são colocadas em situações de constrangimentos, principalmente por meio da mídia.

Os temas que remetem à ações de preconceito foram abordados pelos participantes que reconheceram a existência em seu meio de discriminação. A partir dessas concepções, percebe-se que aqueles acadêmicos que não se enquadram ou não tentam se aproximar dos ideais de beleza impostos pela sociedade acabam sendo discriminados.

Quando feita a pergunta: “O profissional de Educação física é discriminado quando não possui o suposto corpo perfeito” foram dadas as seguintes respostas.

Existe isso é existe, é a visão da sociedade mesmo e tem gente que faz piadinha como: _ Ah, gordo fazendo educação física, é a mesma coisa de Fernandinho Beira-Mar fazendo direito, então, existe muito na cabeça das pessoas é esse pensamento (A 30).

A sociedade, ela impõem isso, que o professor ele tem que ter um corpo estrutural, perfeito, todo no lugar. Se ele for uma pessoa mais cheia, logicamente a sociedade vai discriminar por causa disso (A6).

CONCLUSÃO

O presente estudo apontou que os acadêmicos entrevistados têm a percepção de que a mídia constrói modelos de beleza para o profissional e que às vezes esse ideal de beleza é difícil de ser alcançado. E apesar de tentarem segui-los, demonstraram opinião própria e moderação ao condenarem os excessos da busca ideal de beleza. Os acadêmicos reconhecem a existência de discriminação e preconceito contra o profissional que não consegue obter o suposto corpo ideal, principalmente por seus próprios alunos, pois os mesmos os vêem como referência. Alguns dos entrevistados mostraram não reconhecer a diferença entre um corpo bonito e corpo saudável e se o fato de ter beleza significa saúde.

REFERENCIAS

- ALBUQUERQUE, C. M. S.; OLIVEIRA, C. P. F. Características psicológicas associadas à saúde: a importância do autoconceito. *Millenium: Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu*, n. 26, jul. 2002.
- ARANTES, V. A. Afetividade, cognição e moralidade na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas*. 2. Ed. São Paulo: Summus, 2003.
- ARONSON, E.; WILSON, T.D.; AKERT, R. M. *Psicologia Social*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- AVALOS, Laura C.; TYLKA, Tracy L. Exploring a model of intuitive eating with college women. *Journal of Counseling Psychology*, v. 53, n. 4, p. 486, 2006.
- BANFIELD, Sophie S.; MCCABE, Marita P. An evaluation of the construct of body image. *Adolescence*, v. 37, n. 146, p. 373, 2002.
- BARROS, Daniela Dias. Imagem corporal: a descoberta de si mesmo Body image: discovering one's self. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 547-54, 2005.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- CASH, T. F.; PRUZINSKY, T. *Imagens do corpo: desenvolvimento, desvio e de mudança*. São Paulo, 361 pp. 1990.
- CASH, T. F.; PRUZINSKY, T. Future challenges for body image theory, research, and clinical practice/Cash TF, Pruzinsky T. Eds. *Body Image*. New York: Guilford Press, p. 5, 2002.
- CASASSUS, J. *Fundamentos da educação emocional*. Brasília: UNESCO, Liber Livro Editora. São Paulo, 2009.
- CHIESA, Ana M.; CIAMPONE, Maria HT. Princípios gerais para a abordagem de variáveis qualitativas e o emprego da metodologia de grupos focais. *ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. A classificação internacional das práticas de enfermagem em saúde coletiva-CIPESC*. Brasília: ABEN, 1999.
- CLARK, L.; TIGGEMANN, M. Sociocultural e preditores psicológicos individuais da imagem corporal: um estudo prospectivo. *Psicologia do Desenvolvimento*, v. 44, n. 4, p. 1124-1134, 2008.
- DA SILVA, Tatiana Rodrigues; SAENGER, Guilherme; PEREIRA, Érico Felden. *Fatores associados à imagem corporal em estudantes de Educação Física*. 2011.
- DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. Papyrus Editora, 1994.
- DE CASTRO, Ana Lúcia. *Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. Vol. 234. Annablume, 2003.
- DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade* Qualitative analysis: theory, steps and reliability. 2012.
- DE ABREU SILVA, Maria Lídia; TAQUETTE, Stella Regina; COUTINHO, Evandro Silva Freire. Sentidos da imagem corporal de adolescentes no ensino fundamental. *Revista de Saúde Pública*, v. 48, n. 3, p. 438-444, 2014.
- DIENER, E., WOLSIC, B., & Fujita, F. (2002). Personality processes and individual differences: Physical attractiveness and subjective well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(1), 120-129

- FERREIRA, A. B. de H. (2004). *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (3ª. ed.). Curitiba: Positivo.
- FISCHLER, C. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANTANNA, D. B. (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 68-80.
- FLOR, Gisele. Corpo, mídia e status social: reflexões sobre os padrões de beleza. *Revista de Estudos da Comunicação*, v. 10, n. 23, 2009
- FONTANELLA, F. I. A estética do brega: cultura de consumo e o corpo nas periferias do Recife. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2005.
- GRABE, S; WARD, L.M; HYDE, J. S. O papel dos meios de comunicação em preocupações com a imagem corporal entre as mulheres: Uma meta-análise de Estudos experimentais e de correlação. *Psychological Bulletin*, v. 134, n. 3, p. 460, 2009.
- GONÇALVES, Tatiane Dutra et al. Comportamento anoréxico e percepção corporal em universitários. *J Bras Psiquiatr*, v. 57, n. 3, p. 166-70, 2008.
- GUEDES, Jr; DILMAR; P. *Musculação: estética e saúde feminina*. São Paulo: Phorte, 2003.
- GUIMARÃES, G. (2007). Obesidade e fatores emocionais. In C. I. Fernandes. *Obesidade: E suas múltiplas conseqüências* (pp. 133-137). Goiânia: UCG.
- HANSEN, R; VAZ, A. F. Aspectos da educação de corpos masculinos e femininos em academias de ginástica e musculação. *Movimento* (ESEF/UFRGS), v. 12, n. 1, p. 133-52, 2006.
- HARGREAVES, Duane A.; TIGGEMANN, Marika. 'Body Image is for Girls' A Qualitative Study of Boys' Body Image. *Journal of health psychology*, v. 11, n. 4, p. 567-576, 2006.
- KANNO, P. Discrepâncias na imagem corporal e na dieta de obesos. *Revista de Nutrição, Campinas*, v. 21, n. 4, p. 423-430, 2009.
- KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais/Notes for the work with focus group technique. *Psicologia em Revista*, v. 10, n. 15, p. 124-138, 2008.
- MARTINS, Denise da Fonseca; NUNES, Maiana Farias Oliveira; NORONHA, Ana Paula Porto. Satisfação com a imagem corporal e autoconceito em adolescentes. *Psicologia: teoria e prática*, v. 10, n. 2, p. 94-105, 2008.
- MATARUNA, L. Imagem Corporal: noções e definições. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires - Año 10 - N° 71, 2004.
- MENDES, A. R. *Saúde docente: uma realidade detectada - em direção ao bem-estar e a realização profissional*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MOSQUERA, J. J. M; STOBAUS, C. D. Autoimagem, autoestima e autorealização na universidade. In: ENRICONE, D. (Org.). *A docência na educação superior: sete olhares*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- NOVAES; J. S. *Ginástica em academia no Rio de Janeiro: uma pesquisa histórico-descritiva*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
- O'BRIEN, K.S.; HUNTER, J.A. Body esteem and eating behaviors in female physical education students. *Eating and Weight Disorders*, Milano, v.11, n.2, p.57-60, 2006.
- PAIM, María Cristina Chimelo; STREY, Marlene Neves. Corpos em metamorfose: um breve olhar sobre os corpos na história, e novas configurações de corpos na atualidade. *Lecturas: Educación física y deportes*, n. 79, p. 3, 2004.
- RECH, Cassiano Ricardo; ARAÚJO, Eliane Denise da Silveira; VANAT, J. Autopercepção da imagem corporal em estudantes do curso de educação física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 24, n. 2, p. 285-292, 2010.
- RODRIGUES, A; ASSMAR, E. M. L; JABLONSKI, B. *Psicologia social*. 18. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- RUSSO, Renata. Imagem corporal: construção através da cultura do belo. *Movimento & Percepção*, v. 5, n. 6, p. 80-90, 2005.
- SAMPAIOI, Rodrigo et al. Beleza, identidade e mercado. *Psicologia em Revista*, v. 15, n. 1, p. 120-140, 2009.

SANTOS, B. S; ANTUNES, D. D; BERNARDI, J. O **docente e sua subjetividade nos processos motivacionais**. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 2008.

SAUR, A. M; PASIANI, S. R; Satisfação com a imagem corporal em adultos de diferentes pesos corporais. **Avaliação Psicológica**, 7(2), pp. 199-209, 2008.

SILVA, A. J. B. Imagem Corporal de praticantes de treinamento com pesos em academias de Londrina, PR. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**. V 15 • N 3, 2010.

SUEHIRO, A. C. B. Autoconceito e desempenho acadêmico em alunos de psicologia. **Psicologia Argumento**, v. 24, n. 44, p. 55-64, 2006.

SCHILDER, P. F. **A imagem do corpo: as energias construtivas da psique**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SLADE, P. D. Imagem corporal na anorexia nervosa. **A British Journal of Psychiatry**, v. 2 (suppl.), P. 20-22, 1988.

SLADE, P. D. What is body image? **Behavior Research and Therapy**, New Jersey, v. 32, n. 5, p. 497-502, 1994.

THOMAS, J. R; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

THOMPSON, J. K. **Imagem corporal, distúrbios alimentares e obesidade em jovens: Avaliação, prevenção e tratamento**. 3. ed. São Paulo, 2001.

VASCONCELOS, Naumi A. de; SUDO, Iana; SUDO, Nara. Um peso na alma: o corpo gordo e a mídia. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 4, n. 1, p. 65-93, 2004.

WEEKS, Jeffrey. "O corpo e a sexualidade." **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica (1999): 35-82

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSAS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

EVALUATION OF THE NUTRITIONAL STATUS OF ELDERLY PRACTICERS OF PHYSICAL ACTIVITY

Ronilson Ferreira Freitas¹; Fabricia Pereira Cardoso dos Santos²; Patrik Emanuel Soares Matos²; Angelina do Carmo Lessa³; Marcelo Eustáquio de Siqueira e Rocha⁴; João Pedro Brant Rocha³; Ariadna Janice Drumond Moraes⁶;

¹Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Docente do Instituto de Ciências da Saúde das Faculdades Integradas do Norte - Funorte.

²Licenciados em Educação Física pelo Instituto de Ciências da Saúde das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

³Pós-Doutoranda em Nutrição pela Universidade de Glasgow. Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFMJM.

⁴Doutor em Medicina (Gastroenterologia Cirúrgica) pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

⁵Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

⁶Mestre em Cuidado Primário em Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Docente do Instituto de Ciências da Saúde das Faculdades Integradas do Norte - Funorte.

RESUMO

O Brasil passa por uma fase de transformação na pirâmide etária, onde tem-se observado um número cada vez maior de idosos. O que causa também alterações no perfil epidemiológico da população, onde as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) se tornam mais prevalentes. Dentre essas doenças, podemos destacar o sobrepeso e a obesidade. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi verificar o estado nutricional de idosas praticantes de atividade física, por meio da antropometria. Trata-se de um estudo do tipo analítico, transversal e de caráter quantitativo, com 26 idosas. Foram coletadas variáveis sócio-demográficas e econômicas. Para avaliação do estado nutricional das idosas, foram coletadas as seguintes variáveis: IMC = Índice de Massa Corporal; CC = Circunferência da Cintura; RCQ = Relação Cintura-Quadril; REC = Relação Estatura-Cintura. Através do IMC, observou-se elevada prevalência de sobrepeso, seguido de obesidade. E na avaliação da RCQ, constatou-se que a maioria da amostra apresenta risco elevado para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. A presente pesquisa identificou uma elevada prevalência de sobrepeso e obesidade e risco aumentado para doenças cardiovasculares entre as idosas. Tais achados apontam a necessidade de que estratégias para o controle da obesidade devem ser planejadas e implementadas, sobretudo entre a população idosa.

Palavras-chave: Estado nutricional; Idoso; Atividade física.

ABSTRACT

Brazil undergoes a transformation phase in the age pyramid, where an increasing number of elderly people have been observed. This also causes changes in the epidemiological profile of the population, where chronic noncommunicable diseases (CNCD) become more prevalent. Among these diseases, we can highlight overweight and obesity. In this sense, the objective of this study was to verify the nutritional status of elderly women practicing physical activity, through anthropometry. This is an analytical, cross-sectional, quantitative study with 26 elderly women. Socio-demographic and economic variables were collected. To evaluate the nutritional status of the elderly, the following variables were collected: BMI = Body Mass Index; CC = Waist Circumference; RCQ = Waist-Hip Ratio; REC = Height-Waist Ratio. Through BMI, a high prevalence of overweight was observed, followed by obesity. And in the evaluation of WHR, he found that the majority of the sample presents a high risk for the development of cardiovascular diseases. The present study identified a high prevalence of overweight and obesity and an increased risk for cardiovascular diseases among the elderly. These findings point to the need for strategies for obesity control to be planned and implemented, especially among the elderly population.

Keywords: Nutritional Status; Old man; Physical activity.

INTRODUÇÃO

O Brasil passa por uma fase de transformação na pirâmide etária com características semelhantes aos países europeus (NASRI, 2008; REIS; VASCONSELOS; OLIVEIRA, 2011). Esse novo comportamento da estrutura etária tem feito com que, pela primeira vez na história do país, o número de indivíduos adultos seja elevado, o que favorece a inversão desse parâmetro, deixando de ser predominantemente jovem para iniciar um processo progressivo de envelhecimento (DOLL; RAMOS; BUAES, 2015; WONG; ALVES; CAVENAGHI, 2012).

Neste sentido, destaca-se que com o envelhecimento populacional e o aumento da expectativa de vida, surgem também as alterações no perfil epidemiológico da população, onde as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) se tornam mais prevalentes, sendo que muitas dessas doenças são específicas das faixas etárias mais avançadas (CAMPOLINA et al., 2013). E dentre as patologias de maior prevalência entre os idosos, estão às doenças metabólicas, como o sobrepeso e a obesidade, uma vez que o envelhecimento determina diversas modificações na composição corporal (SANTOS et al., 2013).

A prevalência da obesidade, que está intimamente associada com o risco cardiovascular, e aumenta significativamente nas mulheres depois de atingirem 40 anos de idade; tem atingido 65% delas entre 40 e 59 anos e 73,8% em mulheres com mais de 60 anos de idade (LIZCANO; GUZMÁN, 2014).

Diversas causas relacionadas a essa morbidade são apresentadas na literatura, dentre estas podemos destacar a redução do gasto de energia em atividades laborais, ocupacionais, no lazer, no cumprimento de afazeres domésticos e nas necessidades diárias, além das modificações no padrão alimentar é que houve um aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade na população idosa (KUCZMARSKI; WEDDLE; JONES, 2010; GRAVENA et al., 2011; FARIAS et al., 2014; PEREIRA; LIMA, 2015). Acrescentado a isso, a literatura versa que o excesso de gordura na dieta, o consumo de comida de alto valor energético, através de porções de grandes tamanhos, frequência de ingestão, menor custo e maior disponibilidade de alimentos manipulados seriam responsáveis para o acometimento da obesidade (ROSINI; SILVA; MORAES, 2012).

Através da literatura consultada, foi possível observar que o sobrepeso e a obesidade exercem papel fundamental na saúde da população

(ASSUNÇÃO et al., 2013). Sabe-se que, com o passar dos anos, há um aumento de peso e mudanças na composição corporal, com predomínio de gordura abdominal, além de um decréscimo na atividade física, contribuindo para a obesidade. O índice de massa corporal (IMC), na mulher, parece atingir os seus maiores valores entre os 50 e 59 anos, período este frequentemente coincidente com o advento da menopausa.

Neste sentido, considerando que a obesidade destaca-se por ser simultaneamente doença e fator de risco para o desencadeamento de outras comorbidades (BAK-SOSNOWSKA, SKRZYPULEC-PLINTA, 2012), o estudo pretendeu verificar o estado nutricional de idosas praticantes de atividade física, por meio da antropometria, com vistas a contribuir com informações atualizadas que possam trazer melhorias na qualidade de vida desses indivíduos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo analítico, transversal e de caráter quantitativo, ocorrido no período de março a abril de 2018. A amostra foi constituída por 26 mulheres com idade ≥ 60 anos, participantes de um grupo de atividade física, na cidade de Patis, Minas Gerais. Foram excluídas da pesquisa as idosas que apresentaram comprometimentos que dificultaram responder a avaliação proposta.

Inicialmente, foi aplicado um questionário para avaliar características sociodemográficas e econômicas (idade, estado civil, número de filhos, profissão, raça, escolaridade, religião) e clínicas (tabagismo, etilismo, doenças prévias, uso de medicamentos, acompanhamento psicológico/psiquiátrico).

As medidas antropométricas, para caracterizar o estado nutricional, foram aferidas em todos os idosos, antes do início do grupo iniciar a atividade física, em seguida, aplicou-se o questionário ocorreu antes da prática. A mensuração da estatura (m) ocorreu com auxílio do antropômetro SECA 206 numa parede com noventa graus em relação ao chão e sem rodapés com as idosas na devida posição para avaliação desse dado e o peso (kg) foi avaliado usando balança portátil SECA OMEGA 870 digital.

Para a avaliação do estado nutricional utilizou-se o Índice de Massa Corporal, Circunferência Cintura, Relação Cintura e Quadril e Relação Cintura e Estatura. O IMC foi calculado com base na divisão do peso em quilogramas

(kg) pela altura em metro (m) elevada ao quadrado (kg/m^2). A classificação do estado nutricional com base no IMC foi realizada segundo o critério proposto pela Nutrition Screening Initiative (1994), que considera as modificações na composição corporal próprias do envelhecimento, sendo estes os pontos de corte adotados para idosos no Brasil segundo recomendações do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (2011). Nesse sentido, o estado nutricional foi classificado: Eutróficas (≤ 22), Sobrepeso (> 22 e < 27) e Obesidade (≥ 27) para idosos (≥ 60 anos).

A circunferência da cintura (CC) e a relação cintura e quadril (RCQ) foi avaliada usando uma fita métrica milimetrada inelástica em regiões e com técnica padronizada. Valores ≥ 88 cm na CC foram classificados como alterados de acordo com NCEP/ATP-III (2001) e 0,80 na RCQ, de acordo com Molarius *et al.*, (1999).

A RCE foi obtida pelo quociente entre a circunferência da cintura (cm) e a estatura (cm). Adotou-se o valor de RCE de 0,50, como limite a ser empregado no diagnóstico do excesso de gordura abdominal (ASHWELL; HSIEH, 2005). Para calcular o Índice de Adiposidade Corporal (IAC) utilizou-se a seguinte fórmula: $[\text{Quadril}/(\text{altura} \times \sqrt{\text{altura}})] - 18$ (BERGMAN *et al.*, 2011).

Os dados foram digitados e armazenados no Microsoft Office Excel 2007®. A análise dos dados foi realizada no software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 20.0. Foram descritas as frequências simples e as porcentagens das variáveis categóricas, bem como as médias e desvio padrão das variáveis contínuas.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas do Norte - Funorte com parecer nº 2.296.131. Apenas participaram do estudo as mulheres que, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este estudo atende às normas regulamentares de pesquisa envolvendo seres humanos - Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

Foram avaliadas 26 idosas com média de idade de $66,6 \pm 6$. Observou-se ainda que a maioria das idosas eram casadas (84,6%) e possuem entre 1 a 5 filhos (65,4%). Quando questionadas sobre a cor da pele, a maioria afirmou possuir cor da pele não branca (69,2%). Sobre a profissão, somente 23,1% relatou estar aposentada e a maioria possui ensino fundamental incompleto (Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica e econômica das idosas praticantes de atividade física, Patis, MG, 2018.

Fatores Sociodemográficos e Econômicos	Variáveis	n (%)
Situação Conjugal	Solteira	1 (3,8)
	Casada	22 (84,6)
	Viúva	3 (11,5)
Número de Filhos	Nenhum Filho	3 (11,5)
	1 a 5 filhos	17 (65,4)
	6 a 9 filhos	5 (19,2)
	≥ 10 filhos	1 (3,8)
Cor da Pele	Amarela	2 (7,7)
	Branca	8 (30,8)
	Parda	7 (26,9)
	Negra	9 (34,6)
Profissão	Do Lar	13 (50,0)
	Lavradora	4 (15,4)
	Cozinheira	2 (7,7)
	Auxiliar de Saúde	1 (3,8)
	Aposentada	6 (23,1)
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	21 (80,8)
	Ensino Médio Incompleto	3 (11,5)
	Ensino Médio Completo	2 (7,7)

Com relação aos fatores clínicos, a maioria das idosas relatou não fumar (76,9%), não ingerir bebidas alcoólicas (88,5%). Entretanto, 61,5% reportaram possuir doenças prévias, como dia-

betes e hipertensão, e 84,6% faz uso diário de medicamentos. Com relação à atendimento psicológico, 80,8% das mulheres relataram já ter utilizado desse serviço de saúde (Tabela 2).

Tabela 2 - Avaliação dos fatores clínicos das idosas praticantes de atividade física, Patis, MG, 2018.

Fatores Clínicos	Variáveis	n (%)
Tabagismo	Sim	6 (23,1)
	Não	20 (76,9)
Etilismo	Sim	3 (11,5)
	Não	23 (88,5)
Doenças Prévias	Sim	16 (61,5)
	Não	10 (38,5)
Uso Diário de Medicamentos	Sim	22 (84,6)
	Não	4 (15,4)
Atendimento Psicológico/Psiquiátrico	Sim	21 (80,8)
	Não	5 (19,2)

Com relação ao estado nutricional, através da avaliação do IMC, houve prevalência de idosas com sobrepeso (46,2%) e uma parcela considerável de obesidade (26,9%). Na avaliação da CC da maioria das idosas apresentaram medidas

normais (92,3%), Com relação à RCQ, a maioria das idosas apresentou alto risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Com relação ao REC, as medidas se apresentaram normal (Tabela 3 e 4).

Tabela 3 - Avaliação do estado nutricional de idosas praticantes de atividade física, Patis, MG, 2018.

Estado Nutricional	Variáveis	n (%)
IMC	Eutrófica	7 (26,9)
	Sobrepeso	12 (46,2)
	Obesidade	7 (26,9)
CC	Normal	24 (92,3)
	Alterada	2 (7,7)
RCQ	Baixo Risco	7 (26,9)
	Alto Risco	19 (73,1)
REC	Normal	23 (88,5)
	Alterada	1 (11,5)

IMC = Índice de Massa Corporal; CC = Circunferência da Cintura; RCQ = Relação Cintura-Quadril; REC = Relação Estatura-Cintura.

Tabela 4 - Avaliação do estado nutricional de idosas praticantes de atividade física, Patis, MG, 2018.

Variáveis	Média±DP	Mediana (mínimo-máximo)
Idade (anos)	66,6±6,6	64,5 (58,0 - 78,0)
Peso (kg)	75,4±17,1	74,0 (50,0 - 117,0)
Estatura (m)	1,61±0,08	1,61 (1,40 - 1,75)
IMC (Kg/m ²)	28,7±5,8	27,3 (22,2 - 45,7)
CC (cm)	64,5±12,2	62,0 (40,0 - 90,0)
CQ (cm)	78,0±15,5	79,0 (51,0 - 120,0)
RCQ	0,82±0,05	0,83 (0,73 - 0,95)
IAC (%)	19,9±7,5	19,9 (7,6 - 41,2)
RCE	0,39±0,07	0,39 (0,25 - 0,56)

IMC = Índice de Massa Corporal; CC = Circunferência da Cintura; RCQ = Relação Cintura-Quadril; REC = Relação Estatura-Cintura.

DISCUSSÃO

O estado nutricional é um importante marcador de saúde nesses indivíduos, pois durante o envelhecimento, o organismo do idoso apresenta alterações fisiológicas que podem influenciar sua nutrição e, conseqüentemente, seu estado de saúde geral (FERREIRA; MONTEIRO; SIMÕES, 2018). Estudos sugerem que fatores sociodemográficos como idade, estado civil, número de filho, cor da pele e escolaridade e fatores comportamentais e clínicos, como tabagismo, ingestão de bebidas alcoólicas, diabetes e hipertensão, possam estar associados ao estado nutricional dos idosos (LIMA; DUARTE, 2013; PEREIRA; SPYRIDES; ANDRADE, 2016; BOMBARDELLI et al., 2017).

Os resultados do presente estudo evidenciaram elevada prevalência de sobrepeso nas idosas analisadas. Esses resultados estão em consonância com os achados de estudos desenvolvidos com grupos específicos de idosos de outros estudos publicados na literatura (LIMA; DUARTE, 2013; PEREIRA; SPYRIDES; ANDRADE, 2016; FERREIRA; MONTEIRO, SIMÕES, 2018).

Essa patologia torna-se evidente em idosos devido aos mecanismos de alterações hormonais como a ausência de estrogênio que podem estar relacionada com a diminuição de receptores de leptina no núcleo arqueado do hipotálamo, o que compromete os mecanismos de controle de fome e saciedade, resultando em uma diminuição da saciedade e conseqüentemente maior ingestão de alimentos e maior ganho de massa corpórea (MEIRELLES, 2014). Essa desregulação no consumo de alimentos favorece o ganho de peso e gordura corporal bem como alterações desfavoráveis no perfil lipídico, os quais por sua vez constituem fatores de risco para inúmeras doenças crônicas não transmissíveis e determinadas malignidades, em especial o câncer de mama, endométrio, intestino, esôfago e rim (SANTOS et al., 2012).

Além das alterações fisiológicas que acarretam o idoso, a ingesta calórica exacerbada, a pouca ou inexistência de atividade física e a genética, associado com o ambiente de moradia possibilitam o desenvolvimento de obesidade em idosos (LIMA; DUARTE, 2013).

O sobrepeso e obesidade são doenças crônicas interrelacionadas com outras enfermidades, como doenças cardiovasculares e câncer. Estratégias referentes à prevenção e ao tratamento do sobrepeso/obesidade junto à população idosa brasileira devem ser estabelecidas com o objetivo de minimizar os agravos acarretados pelo excesso de peso (FERREIRA; MONTEIRO, SIMÕES, 2018).

Diversos indicadores antropométricos estão disponíveis para realizar o diagnóstico nutricional e avaliação do ganho de peso em idosos (EICKEMBERG; OLIVEIRA; RORIZ; SAMPAIO, 2011). Neste estudo, foram utilizados os seguintes indicadores: IMC = Índice de Massa Corporal; CC = Circunferência da Cintura; RCQ = Relação Cintura-Quadril; REC = Relação Estatura-Cintura; IAC = Índice de Adiposidade Corporal. Neste estudo, observou-se elevada prevalência de mulheres com sobrepeso, segundo o IMC e idosas com risco aumentado para doenças cardiovasculares, segundo a RCQ.

Segundo a literatura, dentre os indicadores do estado nutricional, o mais utilizado em estudos que envolve grandes amostras é o Índice de Massa Corporal (IMC), uma vez que é considerado uma ferramenta de baixo custo, não invasiva, acessível e de fácil aplicação, que é calculado aplicando a fórmula $IMC = \text{Peso (Kg)} / \text{Altura (m}^2\text{)}$. Gallon e Wender, (2012) caracteriza o IMC como um bom indicador do perfil antropométrico, sendo realizado através de uma avaliação rápida e prática, mas não totalmente correlacionado com a distribuição da gordura corporal.

Outro indicador importante para mensurar o estado nutricional de idosos é Relação Cintura-Quadril. Neste estudo, ficou evidente alterações na RCQ das idosas, que também se apresentavam com sobrepeso, sugerindo que a obesidade central possa ser procedente das variações hormonais decorrentes do envelhecimento, acarretando uma obesidade andróide, com acúmulo de gordura no abdômen e diminuição da gordura nos quadris e coxas (gordura ginecoide) (FORTES et al., 2014).

Estudo realizado por Duarte et al., (2015) destaca a importância de um acompanhamento mais assíduo da área da saúde a essa população, procurando estimar a presença da obesidade, visto que tais informações contribuem para o planejamento de ações, programas e políticas de saúde voltadas para a promoção, prevenção e diagnóstico precoce desses agravos, impactando na redução da mortalidade desse grupo populacional.

Um dos fatores limitantes desse estudo refere-se ao tamanho e modo de seleção da amostra, sendo que ambas as condições limitam extrapolar os dados aqui observados dificultam sua extrapolação. Além disso, trata-se de um estudo de corte transversal, sugerindo assim, estudos longitudinal que avalie as causas e conseqüências dos agravos a saúde, através da atenção primária, promovendo uma melhor qualidade de vida para essa população.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa identificou uma elevada prevalência de sobrepeso e obesidade e risco aumentado para doenças cardiovasculares entre as idosas. Tais achados apontam a necessidade de que estratégias para o controle da obesidade devem ser planejadas e implementadas, sobretudo entre a população idosa. Ressalta-se a importância de valorizar o estado nutricional para que se possa planejar conhecer e propor intervenções adequadas para o enfrentamento do excesso de peso.

A Estratégia de Saúde da Família deve ser mais incisiva na busca pela prevenção e a redução do número de casos de obesidade entre os idosos, visto que tal ação repercutirá positivamente em mudanças do perfil de morbimortalidade desse grupo populacional.

REFERÊNCIAS

ASHWELL, M.; HSIEH, S. D. Six reasons why the waist-to-height ratio is a rapid and effective global indicator for health risks of obesity and how its use could simplify the international public health message on obesity. *Int J Food Sci Nutr*. v. 56, p. 303-7, 2005.

ASSUNÇÃO, W. A. C.; PRADO, W. L.; OLIVEIRA, L. M. F. T.; FALCÃO, A. P. S. T.; COSTA, M. C.; GUIMARÃES, F. J. S. P. Comportamento da gordura abdominal em mulheres com avanço da idade. *Rev. Educ. Fis. UEM*. v. 24, n. 2, p. 287-294, 2013.

BAK-SOSNOWSKA, M.; SKRZYPULEC-PLINTA, V. Przyczyny nadmiernej masy ciała u kobiet w okresie menopauzalnym. *Prz Menopauzalny*. v. 11, p. 31-35, 2012.

BERGMAN, R. N. et al. A Better Index of Body Adiposity. *Obesity*. March, 2011.

BOMBARDELLI, C.; TELLES DA ROSA, L. H.; DURIGON KELLER, K.; DA SILVA KLAHR, P.; VIANA DA ROSA, P.; PERES, A. Qualidade de vida de idosos residentes em município com características rurais do interior do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. v. 20, n. 1, pp. 88 -94, 2017.

CAMPOLINA, A. G.; ADAMI, F.; SANTOS, J. L. F.; LEBRÃO, M. L. A transição de saúde e as mudanças na expectativa de vida saudável da população idosa: possíveis impactos da prevenção de doenças crônicas. *Cad Saúde Pública*. v. 29, p. 1217-29, 2013.

Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição, Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: norma técnica do sistema de vigilância alimentar e nutricional - SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

DOLL, J.; RAMOS, A.C.; BUAES, C.S. Educação e envelhecimento. *Educação & Realidade*. v. 40, n. 1, p. 9-15, 2015.

DUARTE, M. R.; REIS, V. M. C. P.; ROCHA, J. S. B.; PASSOS, B. M. A. Anthropometric Parameters, Blood Pressure and Climacteric Phases of Diabetic and Non-Diabetic Women in the City of Montes Claros- Minas Gerais, Brazil. *International Journal of Humanities Social Sciences and Education (IJHSSE)*. v. 2, n. 8, p. 57-63, 2015;.

FARIAS, E. R.; FARIA, F. R.; FRANCESCHINI, S. C. C. et al. Resistência à insulina e componentes da síndrome metabólica, análise por sexo e por fase da adolescência. *Arq Bras Endocrinol Metab*. v. 58, n. 6, 2014.

FERREIRA, C. C. D.; MONTEIRO, G. T.; SIMÕES, T. C. Estado nutricional e fatores associados em idosos: evidências com base em inquérito telefônico. *Rev Bras Promoç Saúde*, Fortaleza, v. 31, n. 1, p. 1-10, jan./mar., 2018.

FORTES, C. K.; BERLEZI, E. M.; WINKELMANN, E. R.; FRANZ, L. B. B. Estudo populacional de identificação de fenótipo de risco cardiovascular em mulheres no período do climatério. In: **ANAIS DO XXII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 2014, Ijuí, RS. Editora: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2014. p. 1-7.

GRAVENA, A. A. F.; ROCHA, S. C.; ROMEIRO, T. C.; AGNOLO, C. M. D.; GIL, L. M.; CARVALHO, M. D. DE B., et al. Sintomas climatéricos e estado nutricional de mulheres na pós-menopausa usuárias e não usuárias de terapia hormonal. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*. v. 35, n. 4, p. 178-184, Abr. 2013.

KUCZMARSKI, M.; WEDDLE, D.; JONES, E. Maintaining functionality in later years: a review of nutrition and physical activity interventions in postmenopausal women. **Journal of Nutrition for the Elderly**. v. 29, n. 3, p. 259-292, 2010.

LIMA, P. V.; DUARTE, S. F. P. Prevalência de obesidade em idosos e sua relação com hipertensão e diabetes. **InterScientia**, João Pessoa, v.1, n.3, p.80-92, set./dez. 2013.

LIZCANO, F.; GUZMÁN, G. Estrogen deficiency and the origin of obesity during menopause. **Bio Med Res Int**. 757461, 2014.

NASRI, F. O envelhecimento populacional no Brasil. **Einstein**. v. 6, s. 1, p. S4-S6, 2008.

Nutrition Screening Initiative. Incorporating nutrition screening and interventions into medical practice: a monograph for physicians. Washington DC: American Academy of Family Physicians/ American Dietetic Association/ National Council on Aging Inc.; 1994.

MOLARIUS, A.; SEIDELL, J. C.; SANS, S.; TUOMILEHTO, J.; KUULASMAA, K. Waist and hip circumferences, and waist-hip ratio in 19 populations of the WHO MONICA project. **International Journal of Obesity**. v. 23, n. 2, p. 116-125, 1999.

PEREIRA, D. C. L.; LIMA, S. M. R. R. Prevalência de sobrepeso e obesidade em mulheres após a menopausa. **Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo**. v. 60, p. 1- 6, 2015.

PEREIRA; I. F. S.; SPYRIDES, M. H. C.; ANDRADE, L. M. B. Nutritional status of elderly Brazilians: a multilevel approach. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5): e00178814, mai, 2016.

REIS, C. E. G.; VASCONSELOS, I. A. L.; OLIVEIRA, O. M. V. Panorama do estado antropométrico dos escolares brasileiros. **Revista Paulista de Pediatria**. v. 29, n.1, p 108-16, 2011.

ROSINI, T. C.; SILVA, A. S. R.; MORAES, C. de. Obesidade induzida por consumo de dieta: modelo em roedores para o estudo dos distúrbios relacionados com a obesidade. **Rev. Assoc. Med. Bras**. v. 58, n. 3, p. 383-387, 2012.

SANTOS, R. R. S.; BICALHO, M. A. C.; MOTA, P.; OLIVEIRA, D. R.; MORAES, E. N. Obesidade em idosos. **Rev Med Minas Gerais**. v. 23, n. 1, p. 64-73, 2013.

The Third Report of the National Cholesterol Education Program (NCEP). Expert Panel on Detection, Evaluation, and treatment of high blood cholesterol in adults (Adult Treatment Panel III). **JAMA**. v. 16, n. 19, p. 2486-97, 2001.

WONG, L., CARVALHO, J.A.M. Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil. Paper presented at the XXV IUSSP General Population Conference. Tours, France, 18-23 de julho de 2005.

PANORAMA DA PESQUISA SOBRE FRANQUIA E MICROFRANQUIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO EM PERIÓDICOS NACIONAIS NO PERÍODO DE JUL./2000 A JUL./2017

OVERVIEW OF FRANCHISE AND MICROFRANKY RESEARCH IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF PRODUCTION IN NATIONAL JOURNALS FROM JULY 2000 TO JULY 2017

Viviane Santos Fonseca¹; Fernando Alves da Silva¹; Janzen Luiz Paiva Almeida¹; Lázaro Mendes¹; Anthony Pereira Ruas¹
Simone Rosa da Silva¹

¹Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

RESUMO

No Brasil, em 2016, o setor de franquia e microfranquia criaram cerca de 1,192 milhões de empregos diretos no Brasil, em 142.593 unidades de franquias e 557 unidades de microfranquias. Considerando a carência de artigos em periódicos nacionais abordando efetivamente o tema, este estudo tem o objetivo de responder a seguinte pergunta: quais são as publicações sobre franquia e microfranquia veiculadas as bases de dados e eventos nacionais? Em resposta ao problema de pesquisa, o objetivo geral do artigo é analisar os trabalhos científicos publicados sobre franquia e microfranquia nos periódicos acadêmicos nacionais, no período de jul./ 2000 a jul./2017. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva de abordagem quantitativa envolvendo as leis da bibliometria. A busca nos bancos de dados definidos para a pesquisa identificou 95 artigos, 85 sobre franquia e 10 sobre microfranquia. Os resultados apontaram publicações (95) número pequeno se comparado com o espaço de tempo estudado, 17 anos, e também por se tratar do Brasil, que está situado como o quarto no ranking mundial de países com maior número de franquias e microfranquias. Os autores mais prolíficos foram Pedro Lucas de Resende Melo e Felipe Mendes Borini. A instituição de ensino com maior número de publicações é a USP, seguida pela UNIP, instituições situadas no Estado de maior representatividade nacional. As principais limitações deste estudo estão relacionadas às bases de dados selecionadas. Sugere-se, para pesquisas futuras um levantamento bibliométrico a fim de comparar o quantitativo de estudos nacionais e internacionais sobre a temática, incluindo dissertações e teses.

Palavras-chave: Franquia. Microfranquia. Franchising

ABSTRACT

No Brasil, em 2016, o setor de franquia e microfranquia criaram cerca de 1,192 milhões de empregos diretos no Brasil, em 142.593 unidades de franquias e 557 unidades de microfranquias. Considerando a carência de artigos em periódicos nacionais abordando efetivamente o tema, este estudo tem o objetivo de responder a seguinte pergunta: quais são as publicações sobre franquia e microfranquia veiculadas as bases de dados e eventos nacionais? Em resposta ao problema de pesquisa, o objetivo geral do artigo é analisar os trabalhos científicos publicados sobre franquia e microfranquia nos periódicos acadêmicos nacionais, no período de jul./ 2000 a jul./2017. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva de abordagem quantitativa envolvendo as leis da bibliometria. A busca nos bancos de dados definidos para a pesquisa identificou 95 artigos, 85 sobre franquia e 10 sobre microfranquia. Os resultados apontaram publicações (95) número pequeno se comparado com o espaço de tempo estudado, 17 anos, e também por se tratar do Brasil, que está situado como o quarto no ranking mundial de países com maior número de franquias e microfranquias. Os autores mais prolíficos foram Pedro Lucas de Resende Melo e Felipe Mendes Borini. A instituição de ensino com maior número de publicações é a USP, seguida pela UNIP, instituições situadas no Estado de maior representatividade nacional. As principais limitações deste estudo estão relacionadas às bases de dados selecionadas. Sugere-se, para pesquisas futuras um levantamento bibliométrico a fim de comparar o quantitativo de estudos nacionais e internacionais sobre a temática, incluindo dissertações e teses.

Palavras-chave: Franquia. Microfranquia. *franchising*

INTRODUÇÃO

A *International Franchise Association* (IFA) define franquia ou *franchising* como um contrato ou licenciamento firmado entre duas partes juridicamente independentes. Esse contrato envolve um relacionamento contínuo, produção em rede, estratégias de *marketing* unificadas e repasse de conhecimentos mercadológicos, credibilidade de marca, técnicas de administração, produção e comercialização (IFA, 2012). Para essa associação franquia é um método de distribuição de produtos que possibilita a realização de negócios em determinada área geográfica mediante consultoria na organização, treinamento e gestão do negócio.

Pode ser identificado como um modelo de gestão de negócios previamente testado, possível de ser replicado em escala, incorporado por pequenas e médias empresas. Onde se estabelece uma relação entre dois entes, de um lado o franqueador que concede o direito de uso da marca e da patente e do outro o franqueado que mediante condições de contrato retém esses di-

reitos (MARQUES; MERLO; NAGANO, 2009).

Azevedo e Silva (2002) identificam como características marcantes do sistema de franquias, o controle de transação e a padronização de processos organizacionais que envolvem franqueador e franqueado. De um lado, tem-se a figura do franqueador que licencia o direito de uso da sua marca em troca de remuneração. Do outro lado, o franqueado, quem adquire unidade de franquia, contendo licenciamento de marca, um modelo de negócio já testado com sistema organizacional estruturado (CHERTO; RIZZO, 1995).

Dahab (1996) apresenta vantagens e desvantagens, tanto para o franqueador como para o franqueado, devendo ser analisadas em conformidade com o macroambiente (QUADRO 1). Essa autora destaca como vantagem única para ambos a economia de escala e como desvantagem os riscos de desistência dentro do sistema de franquia. Levy (2000) corrobora ao acrescentar que a franquia combina vantagens de pequenos negócios gerenciados pelo proprietário com a eficiência de cadeias de lojas já consolidadas no mercado.

Quadro 1 - Vantagens e desvantagens do sistema de franquia

SISTEMA DE FRANQUIA			
Vantagens		Desvantagens	
Franqueador	Franqueado	Franqueador	Franqueado
- Rapidez de expansão	- Know-How adquirido	- Perda parcial do controle	- Autonomia parcial
- Imagem corporativa	- Maior chance de sucesso	- Maior custo de supervisão	- Maiores controles
- Desenvolvimento de uma rede	- Plano de negócio	- Maiores custos de formação	- Risco de desistência
- Aumento da rentabilidade com redução de custos	- Maior vantagem competitiva	- Perdas de sigilo	- Taxas de franquias
- Motivação maior do franqueado	- Informações sobre instalação	- Riscos de desistência	- Cuidados para seleção
- Maior participação no mercado	- Economias de escala	- Autonomia parcial	- Localização forçada
- Maior cobertura geográfica	- Maior crédito	- Planejamento para expansão	- Restrições na cessão do sistema
- Melhor publicidade	- Aumento de rentabilidade com redução de custos	- Cuidados para seleção	- Risco associado ao desempenho do franqueador.
- Maior vantagem competitiva	- Retorno sobre investimento mais rápido	- Perda de padronização	
- Descentralização	- Pertence a uma corporação		
- Economias de escala	- Pesquisa e desenvolvimento do franqueado		
	- Independência jurídica		

Fonte: Adaptado de DAHAB (1996).

Para Cherto *et al.* (2006) há vários motivos para a adoção de um modelo de franquia empresarial, como por exemplo, a redução de custos provenientes de erros desnecessários, uma vez que o franqueado recebe assistência e assessoria do franqueador, que visa transferir seus conhecimentos e experiências; a garantia de sucesso pelo fato de entrar em um negócio que já tem um esquema pré-aprovado, aquisição da experiência acumulada durante anos pelo franqueador, possibilidade de fazer um menor investimento e economia após evitar erros decorrentes da inexperiência própria. Bernardi (2010) acrescenta que há um retorno do investimento mais rápido, pesquisa e desenvolvimento realizado pelo franqueador, vantagens de preços, mercado potencial, motivação do franqueado.

O franqueador também tem vantagem pelo sistema ser rápido e intensivo, podendo se internacionalizar o que facilita a expansão e lucratividade; tem um baixo custo operacional e que é transferido em grande parte para o franqueado; marketing compartilhado onde a rede coopera na divulgação; os problemas do dia-a-dia dos negócios são transferidos para o franqueado; redução da carga e risco trabalhista; menor risco financeiro. Apresenta também, alguns desafios ao franqueador sendo eles: sistema de gerenciamento trabalhoso; escolha incorreta do franqueado; exposição e vulnerabilidade aos

maus atos do franqueado; baixa flexibilidade no negócio e tendência do franqueado buscar resultados a médio e longo prazo (MAURO, 2006).

Na visão de Bernardi (2010) as vantagens para o franqueador são a de cobrir o mercado com o menor investimento próprio, disponibilizar um canal de distribuição leal e exclusivo, permitir maior eficiência em cada unidade, já que o franqueado estará presente em cada uma delas para assegurar o andamento do negócio. Por outro lado, as principais desvantagens são: menor controle sobre as vendas, menor controle e contato com o mercado e conflitos entre franqueador e franqueado em termos de visão para a condução do negócio.

No contexto brasileiro há lei específica que regulamenta a franchising, a Lei nº 8.955 vigente desde 15 de dezembro de 1994. Essa lei foi criada com propósito de estabelecer as condições de execução de contratos de franquia. Em seu artigo 2º, ela define franquia como:

O sistema pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semiexclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócios ou sistema operacional, desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta; sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício (BRASIL, 1994).

Quanto aos tipos de franquia, Dahab (1996) identifica seis tipos: a franquia individual quando os direitos são concedidos à pessoa física permitindo a abertura da franquia em um ponto específico e preparado para receber o conceito; a máster franquia onde o franqueado atua com exclusividade da marca em território específico. Há a transferência de know-how de implantação, operação e comercialização. A concessão de desenvolvimento de área, como a máster franquia, porém essa não permite abertura de sub franquias em determinadas áreas; a modalidade de conversão, em que o franqueador passa a tecnologia do negócio para o franqueado, o qual já opera em um mesmo ramo.

Há ainda dois tipos de franquias *a combinada*, onde duas ou mais franquias aparecem em conjunto em um mesmo ponto comercial dependendo apenas de autorização e *a Shop in shop* que é uma franquia de aproveitamento feito pelo empresário de determinado ramo atuante incluindo o ponto comercial (DAHAB, 1996). Fairbourne, Gibson e Dyer (2007) acrescentam dois modelos de franquia, um baseado nos sistemas convencionais e um outro baseado em estratégia para negócios ligados à base da pirâmide do mercado, a microfranquia.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em 2013, identificou que 25% do Produto Interno Bruto do Brasil advêm de micro e pequenos empreendimentos. De acordo com pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Franchising (ABF), em 2016, o setor de franquias e microfranquias cobria cerca de 42% dos municípios brasileiro e registrou R\$

151,2 bilhões de faturamento, um aumento de 8,3% em relação a 2015, projetando um crescimento de 7% a 9% para o ano de 2017. Em 2016, eram 142.593 unidades de franquias e 557 unidades de microfranquias, representando cerca de 1,192 milhões de empregos diretos no Brasil.

Para a ABF (2016) é um segmento que demonstra grande potencial de crescimento, somasse a isso, o interesse de 36% das franquias brasileiras em se tornarem exclusivamente microfranquias. Além disso, a microfranquia oferece aos empreendedores a possibilidade de um investimento inicial médio de apenas R\$ 44.167 já incluindo taxa de franquia, capital de giro e custos de instalação, um investimento de baixo valor se comparado com o investimento inicial de uma franquia, em média de R\$ 166.429.

Em um estudo lançado em 12 de janeiro de 2017 a ABF revelou o perfil das 50 maiores marcas de franquias no Brasil por unidades, a partir desse estudo constatou que o seguimento de alimentação domina a lista com 36% das redes, seguido por educação com 18% e moda com 14%; revelou que 68% das franqueadoras listadas têm mais de 10 anos no mercado; identificou também que 74% das marcas de franquias listadas possuíam o Selo de Excelência em Franchising (SEF), importante indicador do setor no Brasil; constatou que 94% das marcas listadas optaram pela utilização de loja física para a comercialização de seus produtos. Além disso, Tabela 1, das 50 maiores marcas de franquias no Brasil por unidades, 15 franquias se destacam como as maiores marcas de franquia do Brasil (ABF, 2017).

Tabela 1 - Ranking das 15 maiores marcas de franquia do Brasil

Posição	Marca	Setor	Unidade
1	O Boticário	Saúde, Beleza e Bem-Estar	3730
2	Subway	Alimentação	2153
3	Cacau Show	Alimentação	2045
4	Am Pm Mini Market	Alimentação	2039
5	Colchões Ortobom	Casa e Construção	2011
6	McDonald's	Alimentação	1916
7	Jet Oil	Serviços automotivos	1516
8	Lubrax +	Serviços automotivos	1475
9	Kumon	Serviços educacionais	1375
10	BR Mania	Alimentação	1255
11	Wizard Idiomas	Serviços educacionais	1230
12	CVC Brasil	Hotelaria e Turismo	1097
13	Bob's	Alimentação	1056
14	Farmácias FTB	Saúde, Beleza e Bem-Estar	985
15	Óticas Diniz	Saúde, Beleza e Bem-Estar	980

Fonte: (ABF, 2017).

Estudos bibliométricos sobre franquia

Melo e Andreassi (2010) realizaram um levantamento da produção científica nacional e internacional sobre franchising no período de 1998 e 2007. Eles restringiram o levantamento às publicações nacionais vinculadas ao website da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e seus periódicos. Para os trabalhos internacionais, utilizaram a base de busca do portal virtual Proquest, tendo em vista que este é aglutinador de periódicos. Após o levantamento, foram localizados 24 artigos nacionais e 37 artigos internacionais sobre franchising referente ao período estudado.

Os autores verificaram um aumento do número de publicações no Brasil nos anos de 2006 e 2007, em relação ao período de 1998 e 2005, correspondendo a um terço da produção do período analisado e que não há nenhuma publicação de pesquisadores brasileiros sobre essa temática nos periódicos internacionais analisados. Com isso, os autores sugerem ser um vasto território a ser explorado pelos pesquisadores brasileiros, tendo em vista sua representatividade na economia brasileira (MELO; ANDREASSI, 2010).

Pesquisa realizada por Kich *et al.* (2013), com abordagem bibliométrica, buscou mapear as publicações científicas nacionais sobre o tema franquia veiculadas nos anais de eventos da Anpad no período de 2001 a 2011. Após esse mapeamento os autores identificaram 23 artigos. Após a análise desses, concluíram: existência de poucos estudos científicos sobre o tema; concentração da produção nacional esta nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, em destaque o Estado de São Paulo; ramo de franquias em alimentação é o mais estudado; poucos autores dão continuidade aos estudos sobre franquia e a maioria dos artigos foi publicada em parceria de dois ou três autores. Os autores sugeriram para estudos bibliométricos futuros sobre franquias, uma ampliação da base de dados, da amplitude temporal e das variáveis a serem mensuradas.

Laimer e Figueiredo (2015) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar os pesquisadores e as instituições de ensino e pesquisa, que publicaram sobre franquia no período de 1993 a 2014, em periódicos de alta qualificação no Qualis-Capes. A partir dessa pesquisa identificaram 22 artigos. Sendo os periódicos: Revista de Administração da USP (RAUSP) e Revista de Administração Contemporânea (RAC), os mais produtivos, representando 50% de toda a publicação nacional nesse período. Os autores

constataram que existem poucas publicações de artigos sobre franquia nesses periódicos, apontando como possível desvantagem o acesso aos proprietários das empresas franqueadas. Por outro lado, apontam uma oportunidade de investimento em trabalhos sobre o tema, com intuito de aprimorar os conhecimentos científicos nessa área. Eles sugeriram para pesquisas futuras o refinamento da seleção de referencial teórico sobre franquia, além da realização de comparações e cruzamento entre as pesquisas.

Considerando os resultados desses três estudos bibliométricos e a consonância entre os autores no que se refere à carência de artigos em periódicos nacionais abordando efetivamente esse tema, este estudo tem o objetivo de responder a seguinte pergunta: quais são as publicações sobre franquia e microfranquia veiculadas as bases de dados e eventos nacionais?

Em resposta ao problema de pesquisa, o objetivo geral do artigo é analisar os trabalhos científicos publicados sobre franquia e microfranquia nos periódicos acadêmicos nacionais, no período de 2000 a julho 2017. Para alcançar esse objetivo pesquisaram-se as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Google Acadêmico, banco de dados da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e eventos dessa associação: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnAnpad) e Encontro de Marketing da ANPAD (EMA), bem como na biblioteca eletrônica da *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL).

Os objetivos específicos são identificar: quantidade de publicações de artigos por ano; quantidade de artigos por região; número de artigos publicados por tema; quantidade de artigos por autor; número de autores por artigo; instituições de ensino que mais publicaram no período; tipo de pesquisa; abordagem de pesquisa: qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa.

METODOLOGIA

O presente estudo compreende uma pesquisa bibliográfica, que tem por objetivo empregar uma análise dos artigos acadêmicos publicados nas bases de dados nacionais sobre os temas franquia e microfranquia. Segundo Souza *et al.* (2015), as pesquisas bibliométricas são consideradas pesquisas bibliográficas que têm como propósito analisar o “estado do conhecimento” de um conjunto de artigos sobre

um determinado tema, com objetivo de contribuir com o mapeamento e discussão em diferentes áreas do conhecimento.

Caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa. Como estratégia para a elaboração da revisão bibliométrica da literatura sobre franquia e microfranquia, adotou-se quatro passos. Primeiro passo: escolha dos bancos de dados. Optou-se pelos seguintes bancos de dados: SCIELO, Google Acadêmico, banco de dados da ANPAD e eventos dessa associação: EnAnpad e EMA, bem como na biblioteca eletrônica da SPELL. A seleção dessas bases de dados se deu em função do vasto acervo de publicações em cada uma.

Segundo passo: escolha das palavras-chave e período de pesquisa. Definiu-se o período de busca de jul./2000 a jul./2017, considerou-se o período de busca de dezessete anos, com o objetivo da análise da evolução da temática. Em seguida foram determinadas as palavras-chave adotadas: “franquia” e “microfranquia”, além de variações do tema: “*Franchising*”. A busca dessas palavras ocorreu em: títulos, resumo (*abstract*), palavra-chave (*keywords*).

Terceiro passo: descrição da busca nos cinco bancos de dados. No SCIELO e Google Acadêmico a busca ocorreu da seguinte forma: primeiro, no campo de busca, digitou-se a palavra “franquia”, depois “microfranquia”, e por último “*Franchising*”. Como resposta, cada banco de dados apontou 21 e 32 publicações respectivamente. No banco de dados do SPELL e eventos EnANPAD e EMA foram localizadas 28, 12 e 2 publicações respectivamente, totalizando 95 artigos publicados. Com o objetivo de selecionar apenas as publicações que versavam sobre microfranquia, optou-se por um novo refinamento. Após a leitura do título, resumo, e palavras-chave, selecionou-se 10 publicações sobre essa temática.

Quarto passo: realização da leitura dos artigos, com intuito de identificar as variáveis: tipo e abordagem de pesquisa, área da franquia ou microfranquia investigada e autores mais citados. Essa pesquisa foi realizada nos meses de julho e agosto de 2017, a construção da análise dos artigos se pautou nas leis de Lotka e de Bradford, descritas por Guedes e Borshiver (2005).

A Lei de Lotka está relacionada à medição da produtividade científica a partir da contagem de autores. Essa Lei constatou que pesquisadores de prestígio produzem mais do que àqueles supostamente de menor prestígio. A Lei de Bradford esta relacionada à dispersão do conhecimento científico. Essa dispersão possibilita identificar a relevância de periódicos por área

de conhecimento, bem como identificar os mais produtivos em relação a um determinado assunto (GUEDES; BORSHIVER, 2005).

Além dos princípios da Lei de *Bradford* e da Lei de *Lotka*, utilizou-se de um roteiro adaptado do trabalho de Souza *et al.* (2015) para a construção das variáveis correspondentes aos objetivos específicos. Esse agrupado por categorias: quantidade de publicações de artigos por ano; quantidade de artigos por região; número de artigos publicados por tema; quantidade de artigos por autor; número de autores por artigo; instituições de ensino que mais publicaram no período; tipo de pesquisa; abordagem de pesquisa: qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa.

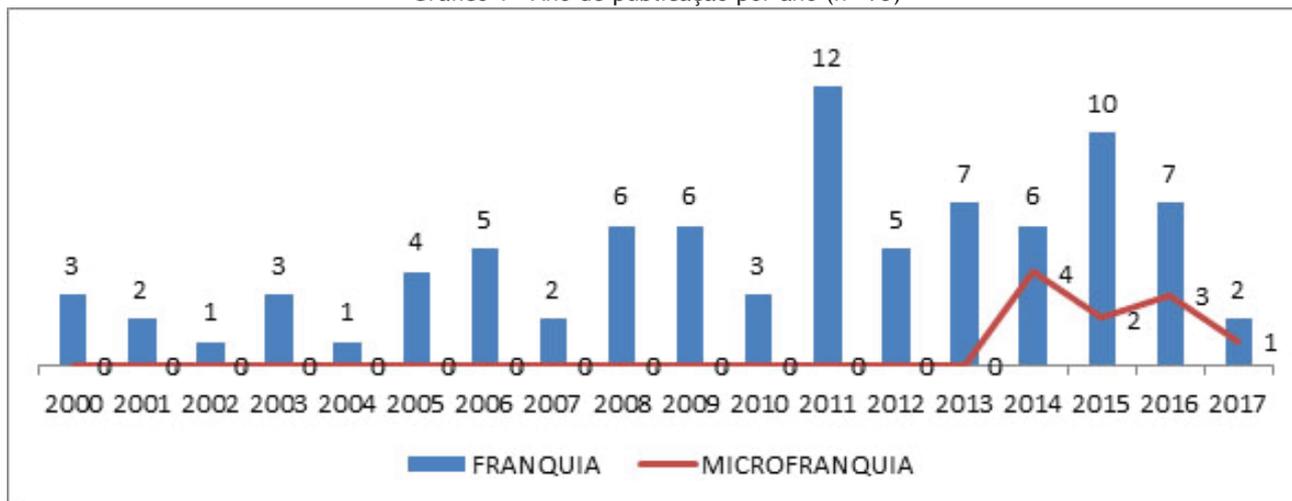
Após a seleção e análise dos artigos, as variáveis foram inseridas em uma planilha do *Microsoft Office Excel* (Excel) e compiladas para o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) a fim de se fazer a análise quantitativa e estatística dessas variáveis. Em seguida, foram elaborados gráficos e tabelas para análise e discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando o Gráfico 1, a partir da pesquisa bibliométrica foram localizados (95) artigos publicados, sendo (85) sobre franquia e (10) sobre microfranquia. A produção científica no período de (2000-2017) apresenta variações substanciais. Sendo o primeiro artigo publicado sobre franquia e microfranquia nos anos de 2000 e 2014 respectivamente. Ressalta-se que os últimos três anos (2014-2017) concentram todas as publicações sobre microfranquia. Identificou-se no período de (2000-2007) somente (21) publicações, enquanto que no período de (2008-2017) houve um aumento considerável de (64) artigos publicados sobre esse tema. Os anos de (2011 e 2015) destacaram-se pelo maior número de publicações sobre franquia, (12) e (10) publicações respectivamente.

Os últimos sete anos (2011 - 2017) concentram mais da metade dos artigos publicados sobre franquia e microfranquia, ou seja, (59) artigos (62,1%) (GRÁFICO 1). Segundo a ABF (2014) as microfranquias, com investimento de até 80 mil reais, cresceram 30% em 2013, tanto em unidades quanto em faturamento, essa taxa de crescimento coincide com o surgimento das primeiras publicações sobre esse tema, justificando o interesse acadêmico pela área em 2014, com o aparecimento das primeiras publicações.

Gráfico 1 - Ano de publicação por ano (n= 95)



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A Tabela 2 apresenta os resultados da quantidade de artigos publicada por região, no período de (2000-2017). Os resultados mostram que há um predomínio de artigos publicados proveniente das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Mais da metade dos artigos publicados sobre o tema são da região Sudeste (71,6%), com destaque para o Estado de São Paulo (57,9%) e o Estado do Rio de Janeiro (8,4%).

A Região Sul publicou (16,9%) dos artigos, a maior quantidade de artigos é do Estado do Rio Grande do Sul (6,3%). Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste houve uma baixa produção científica, com apenas (11,5%) dos artigos encontrados, onde o destaque destas regiões foram Bahia e Rio Grande do Norte com (3%) cada, vale ressaltar ainda, que em relação as outras regiões essas tiveram em sua maioria (4,2%) artigos sobre microfranquia.

Tabela 2 - Quantidade de artigos por região e Estado

Regiões do Brasil	Estados	Participação da Região	Participação do Estado
SUL	PR - 5 artigos		5,3%
	RS - 6 artigos	16,9%	6,3%
	SC - 5 artigos		5,3%
SUDESTE	MG - 5 artigos		5,3%
	RJ - 8 artigos	71,6%	8,4%
	SP - 55 artigos		57,9%
CENTRO-OESTE	MS - 1 artigos	1,1%	1,1%
	BA - 3 artigos		3%
	CE - 1 artigos		1,1%
NORDESTE	MT - 1 artigos		1,1%
	PB - 1 artigos	10,4%	1,1%
	RN - 3 artigos		3%
	SE - 1 artigos		1,1%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Analisando a Tabela 3 o número de artigos publicados por tema, os ramos de atividade estudados mais encontrados são: alimentação e serviços de educação. O ramo de alimentos tanto de atividade industrial quanto comercial, está presente em (13,7%) dos artigos publicados, ao passo que o ramo de serviços de educa-

ção em (4,2%). No ramo classificado como “atividades diversas” são as pesquisas publicadas que investigaram os diversos ramos de franquia ou microfranquia em um estudo e que representam (69,5%) dos artigos publicados, por isso representa a maioria.

Tabela 3 - Número de artigos publicados por tema

Ramo de Atividade	Frequência (n)	Percentual (%)
Alimentos	13	13,7%
Atividades diversas	66	69,5%
Beleza	3	3,2%
Confeção	1	1,1%
Construção	2	2,1%
Educação	4	4,2%
Farmácia	2	2,1%
Fitness	1	1,1%
Moda	1	1,1%
Seguros	1	1,1%
Tecnologia	1	1,1%
Total	95	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Segundo Zanini et al. (2012), considera-se autoria o trabalho científico assinado por um autor e co-autoria ou autoria múltipla o trabalho científico assinado por mais de uma autor. De acordo com a Tabela 4 mais da metade dos artigos publicados sobre franquias (77,63%) e microfranquia (100%) foi escrita por até três autores, sendo (6) artigos de autoria única sobre franquia e (2) sobre microfranquia, (33) e (3)

artigos com a participação de dois autores, (27) e (5) artigos com a participação de três autores. Dos artigos publicados sobre franquia (14,7%) contém a parceria de quatro autores. A quantidade de artigos contendo cinco ou mais autores representa apenas (5,3%) do total de artigos publicados no período. O número máximo de autores encontrados foi (7) em dois artigos.

Tabela 3 - Autoria dos artigos

Número de Autores	Franquia		Microfranquia	
	Frequência (n)	Percentual (%)	Frequência (n)	Percentual (%)
Até um autor	6	6,3	2	2,1
Dois autores	33	34,7	3	3,2
Três autores	27	28,4	5	5,3
Quatro autores	14	14,7	-	-
Mais de cinco autores	5	5,3	-	-
Total	85	89,4	10	10,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A Tabela 5 contém os resultados da quantidade de artigos por autor e o nome dos autores que produziram até três artigos, sobre franquia e microfranquia no período de 2000 a 2017. Neste aspecto ressalta-se que, grande parte dos trabalhos foi escrita por mais de um autor, o quantitativo do número de autores ultrapassa o total de artigos publicados. Nos preceitos da Lei de Lotka, alguns autores se mostraram mais produtivos do que outros. Neste

estudo, os mais produtivos da área foram “Pedro Lucas de Resende Melo” vinculado Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP), participou da publicação de (11) artigos e “Felipe Mendes Borini”, vinculado à Universidade de São Paulo (USP), participou da publicação de (4) artigos. Doze autores participaram de três publicações. Dezesesseis autores participaram de (2) publicações e o restante dos autores (230) participou de apenas uma publicação.

Tabela 5 – Autores mais produtivos sobre franquia e microfranquia

Autores	Quantidade de Artigos	
	Franquia	Microfranquia
Pedro Lucas de Resende Melo	09	03
Felipe Mendes Borini	04	01
12 autores	03	
16 autores	02	
230 autores	01	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A Tabela 6 apresenta os (3) eventos e os (11) periódicos mais produtivos sobre franquia e microfranquia. Os eventos e periódicos mais prolíficos sobre o tema de pesquisa foram o ‘EnANPAD’, com (20) publicações e a “RAC” com (12) publicações. Ressalta-se que desse total de publicações, (4) artigos são referentes à

microfranquia: (2) publicados no “EnANPAD” e (2) na “RAC”. Confirmando assim, a Lei de Bradford: determinados temas se concentram em um núcleo de periódicos, que se mostram mais produtivos sobre o assunto. Os demais artigos (34) foram publicados em (2) eventos de administração e (26) diferentes periódicos.

Tabela 6 - Ranking de periódicos com maior número de publicações

Periódico/Evento	Frequência (n)	Percentual (%)
Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD)	20	32,7
Revista de Administração Contemporânea (RAC)	12	19,6
Encontro de Estudos em Estratégia (3 Es)	4	5,5
Revista Contemporânea de Economia e Gestão	4	5,5
Revista de Micro e Pequena Empresa	4	5,5
Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM	4	5,5
Revista Ibero-Americana de Estratégia (RIAE)	4	5,5
Revista de Administração de Empresas (RAE- Eletrônica)	3	4,9
Revista de Administração de Empresas	3	4,9
Simpósio de Gestão e Inovação Tecnológica (ANPAD)	3	4,9

Nota: Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Na Tabela 7 pode-se analisar o ranking das instituições com maior número de publicações, conforme a filiação dos autores. Verificou-se que a maioria são instituições públicas, a Universidade de São Paulo (USP) publicou (21) artigos entre (2000- 2017), representando a instituição com maior número de artigos publicados neste período (22,1%). A segunda instituição com maior número de publicação é a Universidade Paulista (UNIP),

com (7) artigos publicados (7,4%), em seguida aparece a Universidade de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Universidade Católica de SP (PUC SP) com (5,3%) publicações cada uma, as demais instituições publicaram até (3) artigos cada uma. Ressalta-se que das publicações sobre microfranquia a Universidade Paulista (UNIP) se destacou, apresentado (50%) de todas as publicações.

Tabela 7 - Ranking das instituições com maior número de publicações

Instituição de ensino superior	Frequência (n)	Percentual (%)
Universidade de São Paulo (USP)	21	22,1
Universidade Paulista (UNIP)	7	7,4
Universidade de São Carlos (UFSCar)	5	5,3
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	5	5,3
Pontifícia Universidade Católica de SP (PUC SP)	5	5,3
Universidade Presbiteriana Mackenzie	4	4,2
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR)	4	4,2
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	4	4,2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	3	3,2
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	3	3,2
Outras	34	35,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

A maior parte dos trabalhos é de natureza empírica, (68) artigos (71,6%). Desses (62) são pesquisas sobre franquia e (6) sobre microfranquia. Do total (27) (28,4%) se caracterizam como trabalhos teóricos, sendo (24,2%) sobre franquia e (4,2%) sobre microfranquia. Quanto a abordagem de pesquisa (Tabela 8), mais da metade dos artigos publicados no período de 2000 a 2017 são de abordagem qualitativa

(51,6%), este dado é semelhante ao da pesquisa realizada por Laimer e Figueiredo (2015).. Ressalta-se que (47%) são referentes a pesquisas sobre franquia e (4,2%) referentes a pesquisas sobre microfranquia. A segunda abordagem mais utilizada é a quantitativa, em (36) pesquisas (37,9%) e por fim a abordagem menos utilizada é a quali-quant utilizada em (10,5%) publicações.

Tabela 8 - Abordagem de Pesquisa

Abordagem de Pesquisa	Franquia		Microfranquia	
	Frequência (n)	Percentual (%)	Frequência (n)	Percentual (%)
Qualitativa	45	47,4	4	4,2
Quantitativa	32	33,7	4	4,2
Quali-quant	8	8,4	2	2,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

CONCLUSÕES

Trata-se de um tema relevante do ponto de vista econômico e pouco explorado nos meios acadêmicos, verificando-se uma oportunidade para os pesquisadores investirem nessa área. O trabalho apresentou contribuições ao campo de estudos das ciências sociais, ao apresentar os resultados de um estudo bibliométrico a respeito do tema franquia e microfranquia, onde foram estudados artigos publicados no período de 2000 a 2017 em âmbito nacional, aprimorando assim os conhecimentos científicos sobre essa temática.

Teoricamente, este trabalho confirmou as pesquisas realizadas por Melo e Andreassi (2010), Kich *et al.* (2013) e Laimer e Figueiredo (2015) que apontaram a carência de estudos científicos sobre o tema franquia e no caso desta pesquisa ampliando-se para o tema microfranquia. O nú-

mero de publicações (95) mostra-se pequeno se comparado com o espaço de tempo estudado, 17 anos, e também por se tratar do Brasil, que está situado como o quarto no ranking mundial de países com maior número de franquias e microfranquias. Portanto, o país oferece um campo amplo para pesquisas nesse sentido.

Os resultados do estudo apontaram um aumento no número de publicações nos últimos sete anos (2011 - 2017), contendo nesse período mais da metade das publicações de todo o período estudado. Além disso, constatou-se que as publicações referentes à microfranquia só apareceram em 2014. Um ano após sua expansão no Brasil (ABF, 2016).

Os autores mais prolíficos foram Pedro Lucas de Resende Melo e Felipe Mendes Borini. A instituição de ensino com maior número de publicações é a USP, seguida pela UNIP, ambas

instituições situadas no Estado de São Paulo, o de maior representatividade nacional em número de publicações, este resultado é condizente ao estudo bibliométrico realizado por Kich *et al.* (2013).

As principais limitações deste estudo estão relacionadas às bases de dados selecionadas, tendo em vista que não foram analisadas produções científicas internacionais, dissertações ou teses sobre o tema. Provavelmente, isso deve ter refletido na quantidade de artigos encontrados. Sugere-se, para pesquisas futuras um levantamento bibliométrico a fim de comparar o quantitativo de estudos nacionais e internacionais sobre a temática, incluindo dissertações e teses.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO F.; SILVA, V. L. Franquias de alimentos e coordenação de cadeias agroindustriais: uma análise empírica. *Revista de Administração da USP*. v. 37, n.1, 2002. p. 51-62.
- ABF. Associação Brasileira de Franchising. Número do franchising mostrando o desempenho do setor. Disponível em: <<http://www.portal-dofranchising.com.br/numeros-do-franchising/evolucao-do-setor-2003-2016>>. Acesso em: 07 jul. 2017.
- BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. **LEI n. 8.955, de 15 de dezembro de 1994**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, Distrito Federal, 15. dez. 1994.
- CHERTO, M. *et al.* **Franchising: uma estratégia para expansão de negócios**. São Paulo: Premier Máxima, 2006.
- CHERTO, M.; RIZZO, M. **Franchising na Prática**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- DAHAB, S. **Entendendo franchising: uma alternativa eficaz para o pequeno e médio empreendedor**. Bahia: Casa da Qualidade, 1996.
- FAIRBOURNE, J. S.; GIBSON, S. W.; DYER, W. G. (Eds.). (2007). **MicroFranchising: creating wealth at the bottom of the pyramid**. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing.
- GUEDES, V.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - CINFOM, 6., Salvador, *Anais...* ANCIB: João Pessoa, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2013.
- IFA. International Franchise Association. **Franchising**. Disponível em: <<http://www.franchise.org/>>. Acesso em: ago. 2017.
- KICH, M. C; DUTRA, A; LEÃO, J. A. B; MARTINS, C.; SARQUIS, A. B. Mapeamento das publicações científicas sobre franquias no período de 2001 a 2011. *Revista da Unifebe*, n. 12, 2013.
- LAIMER, C. G.; FIGUEIREDO, M. Estudos sobre franquias: uma pesquisa bibliométrica no período de 1993 a 2014. *Revista Global Manager*, v. 15, n. 2, p. 84-99, 2015.
- LEVY, M.; WEITZ, B. A. **Administração de varejo**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARQUES, D. S. P.; MERLO, E. M.; NAGANO, M. S. Uma análise sobre internacionalização de franquias brasileiras. *REAd - Revista Eletrônica de Administração*, v. 15, n. 1, p. 1-30, 2009.
- MAURO, P. C. **Guia do franqueador: como desenvolver marcas mundiais**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 2006.
- MELO, P. L. R.; ANDREASSI, T. Publicação científica nacional e internacional sobre franchising: Levantamento e análise do período 1998-2007. *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 268-288, 2010.
- SOUSA, C. V. *et al.* Estado da arte da publicação nacional e internacional sobre neuromarketing e neuroeconomia. *Revista Brasileira de Marketing*, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, jan./mar. 2015.
- ZANINI, G. B.; PINTO, M. D. S.; FILIPPIM, E. S. A Bibliometria a Serviço do Conhecimento: Análise de Citação do Tema de Interesse Gestão do Conhecimento do ENANAPAD de 2007 a 2010. **XXXVI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro/RJ, Setembro/2012.

FERIDA OPERATÓRIA: FOCO NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

OPERATIONAL FAIR: FOCUS ON NURSING ASSISTANCE

Fabiano Fernandes Oliveira¹; Vanessa Ferreira Caiana²; Jaqueline de Souza Maximiliano Braga²

¹Enfermeiro e Pedagogo. Mestrando em Enfermagem pela UNESP. Especialista em Enfermagem em Cuidado Pré-Natal pela UNIFESP. Docente da Escola Superior de Cruzeiro - SP - ESC.

² Enfermeira graduada pela Escola Superior de Cruzeiro -SP - ESC.

RESUMO

Introdução: A infecção de sítio cirúrgico é a complicação mais frequente do paciente operado e possui diferentes níveis de gravidade, acometendo desde o local da incisão até coleções intracavitárias e infecções relacionadas. **Objetivo:** Identificar, por meio da literatura, temas importantes relacionados à assistência frente ao paciente com ferida operatória, possibilitando contribuir com informações específicas sobre o tratamento do paciente com ferida operatória. **Método:** Revisão integrativa da literatura, por tratar-se de um instrumento que tem a capacidade de integrar e generalizar achados científico. **Resultado/Discussão:** É de extrema importância que a enfermagem saiba identificar os fatores de risco que podem gerar a infecção do sítio cirúrgico para melhorar a qualidade de assistência prestada ao paciente cirúrgico buscando ações que minimizem o risco de infecção. **Conclusão:** O papel do enfermeiro é primordial, pois ele norteia sua equipe e é o elo do conhecimento técnico-científico possibilitando uma assistência individual e humanizada.

Palavras-chave: Ferida Operatória; Infecção Operatória; Assistência de Enfermagem

ABSTRACT

Introduction: Surgical site infection is the most frequent complication of the operated patient and has different levels of severity, ranging from the incision site to intracavitary collections and prosthesis-related infections, increasing the risk of generalized infection and surgical re-attachment. **Objective:** To identify, through the scientific literature, important issues related to nursing care vis-à-vis the patient with surgical wound, making possible to contribute with specific information about the treatment of patients with surgical wound in nursing practice. **Method:** We chose the integrative literature review, since it is an instrument that has the capacity to integrate and generalize findings, treatments and settings in scientific research. **Result / Discussion:** It is extremely important that health professionals know how to identify the risk factors that can cause surgical site infection so that it is possible to improve the quality of care provided to the surgical patient, seeking actions that minimize the risk of infection. **Conclusion:** Among these professionals, the role of the nurse is paramount, since he guides his team and is the link of technical-scientific knowledge enabling individual and humanized care.

Keywords: Operative Injury; Operative Infection; Nursing Assistance.

INTRODUÇÃO

Infecções no sítio cirúrgico (ISC) são aquelas que ocorrem de procedimento cirúrgico invasivo, com importantes dimensões, muitas vezes relacionadas à qualidade na prestação de cuidados à saúde. (TORRES; TURRINI; MERIGHE; CRUZ, 2015).

A ferida operatória é classificada de acordo com o seu potencial de contaminação. Sen-

do elas: Ferida Operatória Limpa (Classe I): Não possui inflamação aparente e não entra em contato com tecidos colonizados, ou traumas não perfurantes. Esse tipo de ferida é fechada após o procedimento; Ferida Operatória Potencialmente Contaminada (Classe II): Há o acesso durante a cirurgia à tecidos colonizados, porém não ocorre contaminação durante o procedimento e não apresenta evidências de contaminação ou infecção local; Ferida Operatória Contaminada (Classe III): Aberta aciden-

tal e recentemente, sem técnicas assépticas e incisões cirúrgicas em locais não purulentos e inflamados; Ferida Operatória Suja/Infectada (Classe IV): Aberta a mais de quatro horas, com sinal de infecção no local da incisão e pode haver presença de necrose no local doprocedimento. O Potencial de Contaminação da Ferida Operatória (PCFO) é de extrema importância para a diminuição do risco de infecção no sítio cirúrgico. (CARVALHO,2014).

As infecções das feridas cirúrgicas são diagnosticadas de acordo com os seguintes critérios: drenagem purulenta através da incisão; cultura positiva de secreção ou tecido/órgão/ cavidade obtida assepticamente; incisão superficial deliberadamente aberta pelo cirurgião na constatação de pelo ou menos um dos sinais e sintomas: hiperemia, edema local, dor e aumento da sensibilidade, exceto se a cultura for negativa; diagnóstico de infecção pelo médico assistente. (MARTIS; GOULART; FRANÇA; ALBERTI, 2012).

Vários fatores podem contribuir para a infecção do sítio cirúrgico, dentre eles: má higiene cutânea, tabagismo, extremos de idade, diabetes, obesidade, estado nutricional prejudicado, imunossupressão, infecção em outros sítios, tempo cirúrgico maior que duas horas, tempo de internação pré-operatória prolongado, perda excessiva de sangue e uso inadequado de antibioprofilaxia. (PETTER; FARRET;SCHERER; ANTONELLO, 2013).

A infecção de sítio cirúrgico é a complicação mais frequente do paciente operado e pode ser classificada como infecção hospitalar, pois acontece a partir de cirurgias ou de procedimentos invasivos intra-hospitalares e possui diferentes níveis de gravidade, acometendo desde o local da incisão até coleções intracavitárias e infecções relacionadas a próteses, aumentando o risco de infecção generalizada e reabordagem cirúrgica. Este tipo de infecção apresenta significativa morbidade o que acaba prolongando o tempo de internação, aumenta o risco de readmissão hospitalar, admissão em UTI, podendo chegar até ao óbito. (BELLUSSE; RIBEIRO; CAMPOS; POVEDA; GALVÃO, 2015).

A infecção do sítio cirúrgico pode ser considerada um caso de saúde pública, uma vez que o paciente permanece mais tempo no hospital, acarretando a ele agravos emocionais, além de físicos, muitas vezes causando o afastamento do trabalho e do convívio social. (BARBOSA; LUIZ; ANDRADE; SILVA; MATTIA, 2011).

Existem vários fatores envolvidos nos casos de infecção em feridas operatórias, por esse

motivo é necessário reduzir e controlar sua incidência, através de medidas de caráter preventivo, através de uma conscientização coletiva, reduzindo as taxas de infecção para índices aceitáveis de acordo com cada paciente, tipo de cirurgia em cada instituição (MEDEIROS; NETO; FILHO; JÚNIOR; UCHÔA; CARVALHO, 2010).

A prevenção e o controle da infecção da ferida operatória se constituem nos passos fundamentais para a segurança e melhoria dos serviços de saúde. Torna-se essencial a identificação de fatores de risco relacionados ao paciente e ao procedimento que deve direcionar as estratégias para a prevenção dessa complicação. (TORRES; TURRINI; MERIGHE; CRUZ, 2015).

Nem sempre é possível se identificar a fonte de micro-organismo causadores de infecção na ferida cirúrgica, mas a principal fonte é a microbiota da pele do próprio paciente e do sítio manipulado. Sabe-se que a forma de prevenção desse evento é a degermação das mãos e antebraço da equipe de profissionais, esterilização adequada dos materiais e o preparo da pele do paciente. (RODRIGUES; SIMÕES, 2013).

Este estudo foi realizado para contribuir com evidências que possam permitir a reflexão da prática atual, implementação de medidas de prevenção e controle, e também ampliar o conhecimento referente ao tema de risco de infecção em ferida operatória. Objetivou-se identificar, por meio da literatura científica, temas importantes relacionados à assistência de enfermagem frente ao paciente com ferida operatória, possibilitando contribuir com informações específicas sobre o tratamento do paciente com ferida operatória na prática de enfermagem.

METODOLOGIA

Optou-se pela revisão integrativa da literatura, por tratar-se de um instrumento que tem a capacidade de integrar e generalizar achados, tratamentos e configurações na pesquisa científica. Além do fato de que as revisões de literatura são essenciais para proporcionar o desenvolvimento de profissionais, facilitar a construção de manuais práticos e descobrir, por meio de um conjunto maior de evidências, a razão de considerar muitas estratégias equivocadas em várias circunstâncias. Dessa forma, elaborou-se a seguinte questão norteadora deste estudo: quais são os aspectos de caráter relevante que permeiam a assistência em enfermagem frente à ferida operatória? A utilização de tal questão

na revisão integrativa possibilita uma síntese do conhecimento já produzido e oferece subsídios para a melhoria da assistência à saúde, pois é uma ferramenta essencial no processo de comunicação dos resultados de pesquisa, o que facilita a utilização desses na prática clínica.

A pesquisa foi realizada, no primeiro semestre de 2016, nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) utilizando-se os descritores: Ferida Operatória, Infecção Operatória, Assistência de Enfermagem. Como critérios de inclusão adotaram-se: artigo disponível integralmente *on-line*; escrito no idioma português;

publicado entre 2006 a 2016; estudo primário ou piloto e que contemplasse questões relevantes sobre a ferida operatória no contexto profissional da assistência de enfermagem (eixo temático). Excluíram-se: artigos não disponibilizados na íntegra e/ou fora do eixo temático; relatos de caso; editoriais e reflexões.

A coleta de dados baseou-se no instrumento validado por Ursi (2005), no qual foram utilizados os seguintes itens de caracterização: título, objetivo, amostra, principais achados dos estudos, autores e periódico, os quais serviram de alicerce para o desenvolvimento da Tabela 1.

Tabela 1 - Apresentação da síntese de artigos incluídos na revisão integrativa

TÍTULO	AUTOR(ES)	OBJETIVOS	PRINCIPAIS RESULTADOS	CONCLUSÕES
Fatores de risco para mortalidade com infecção do sítio cirúrgico	LENART, et al.	Relacionar os fatores de risco para mortalidade em idosos submetidos à cirurgias abdominais com infecção do sítio cirúrgico.	Os hábitos de vida e doenças preexistentes não se mostraram significativamente associadas a mortalidade. A reinternação do idoso apresentou relação com valores significativos para alta hospitalar.	Conhecer os fatores que influenciam na evolução para o óbito desses pacientes possibilitam aos profissionais de saúde ampliar as possibilidades de administrar o cuidado gerontológico e intervir nos fatores de risco para mortalidade.
Infecções em pós craniotomias: revisão literária	FIGUEIREDO, et. al.	Alertar e informar sobre as principais infecções do sistema nervoso central pós procedimento da craniotomia revisando pontos relevantes da infecção de ferida operatória, de meningite e de abscesso cerebral.	Averiguar se a importância dos cuidados de assepsia com a lavagem do sítio cirúrgico, da equipe cirúrgica, da degreção das mãos e paramentação com os instrumentos e sala cirúrgica. Além disso, é discutido o valor da realização ou não da tricotomia.	Mesmo com as baixas incidências de infecções pós craniotomias, estudos mais abrangentes e informativos sobre o assunto devem ser realizados em todo o mundo por causa a gravidade do quadro clínico.
Análise da incidência de infecção de sítio cirúrgico em cirurgias oncológicas do aparelho digestivo no hospital geral de Fortaleza.	FEITOSA, et al.	et Analisar os pacientes submetidos a cirurgia oncológica do aparelho digestivo no hospital geral de Fortaleza quanto ao aparecimento de infecção de sítio cirúrgico (ISC) e sugerir medidas de prevenção.	Houve uma prevalência de 13,26% de ISC. Com as seguintes variáveis: duração do procedimento, tempo de internação pré-operatória, comorbidades, tabagismo, uso de drenos e sondagem vesical.	Os fatores de risco apontados neste estudo descrevem um grupo de indivíduos com maior risco de ISC, nos quais os protocolos de prevenção devem ser aplicados rigorosamente.

<p>Ocorrência e fatores de risco para infecção de sítio cirúrgico em cirurgias ortopédicas.</p>	<p>RIBEIRO, et al. Analisar a ocorrência e os fatores de risco para infecção de sítio cirúrgico em pacientes submetidos a cirurgias ortopédicas.</p>	<p>Na análise dos dados, apenas a varável tempo total de internação mostrou-se com relação estatisticamente significativa com a presença ou não de infecção.</p>	<p>A ocorrência de infecção de sítio cirúrgico em cirurgia ortopédica foi mais elevada, sendo 75% dos casos diagnosticados após alta hospitalar, resultado que reforça a necessidade da vigilância pós alta.</p>
<p>Fatores de risco pré operatórios para mediastinite após cirurgia cardíaca: análise de 2768 pacientes.</p>	<p>TIVERON, et al Identificar fatores de risco pré operatórios para o desenvolvimento de mediastinite em pacientes submetidos a revascularização do miocárdio e a substituição valvar.</p>	<p>1,3% dos pacientes evoluíram com mediastinite e 0,7% com osteomielite associada. a mortalidade hospitalar foi de 42,8%. Na análise foram identificadas três variáveis preditoras independentes de mediastinite: balão intra-aórtico, hemodiálise e intervenção vascular extracardíaca.</p>	<p>Suporte hemodinâmico pré operatório com balão intra-aortico, hemodiálise e intervenção vascular extracardíaca são fatores de risco para o desenvolvimento de mediastinite após cirurgia cardíaca.</p>
<p>Prevalência de infecções em suturas de cirurgias de revascularização do miocárdio.</p>	<p>ASSUNÇÃO, Taciana Procópio; PONTES, Breno César Diniz; DAMASCENO, Carlos Américo Veiga. Estudar a prevalência de infecção decorrente de cirurgias de revascularização do miocárdio e também os microorganismos causadores, sexo predominante e idade.</p>	<p>A maioria dos pacientes era idosa e a prevalência da infecção esta dentro da média encontrada na literatura, havendo variação dos microorganismos encontrados ao longo dos anos.</p>	<p>Apesar do numero total de infecções ter aumentado ao longo dos anos, a prevalência se manteve estável, uma vez que o número de cirurgias realizadas aumentou proporcionalmente.</p>
<p>Infecção de sítio cirúrgico e seus fatores de risco em cirurgia de cólon.</p>	<p>FUSCO, Suzimar de Fátima Benato, et.al Identificar a ocorrência de infecção de sítio cirúrgico (ISC) e seus fatores de risco em pacientes submetidos a cirurgias de cólon, em um hospital terciário do interior paulista.</p>	<p>Foram avaliados 155 pacientes, com uma incidência global de ISC de 16,7%. Encontrou-se associação estatisticamente significativa tanto na análise uni quanto na multivariada entre a ISC e as seguintes variáveis: sexo masculino, pontuação de Charlson e preparo mecânico intestinal.</p>	<p>A compreensão dos profissionais de saúde sobre os fatores que influenciam a incidência de ISC nas cirurgias de cólon pode contribuir para a qualidade da assistência prestada ao paciente cirúrgico a partir de ações efetivas que minimizem os riscos de infecções.</p>

<p>Avaliação de pacientes quanto à infecção de sítio cirúrgico em um hospital público de Belém - PA.</p>	<p>RODRIGUES, André Luiz de S. et.al. Descrever o perfil clínico-epidemiológico dos pacientes diagnosticados com ISC; identificar eventuais fatores de risco; e avaliar sua relação com o escore de risco NNIS.</p>	<p>A taxa de incidência global de ISC foi de 8,7% (IC95%: 5,2 a 12,3%). A faixa etária com maior incidência foi a de 61 a 75 anos (17,7%). As comorbidades mais prevalentes foram: a hipertensão arterial sistêmica (22%); o tabagismo (15,8%), obesidade (14,1%) e o diabetes (6,6%).</p>	<p>O estudo demonstra que o diagnóstico pós-alta hospitalar é bastante representativo sobre a taxa global de ISC, e que existe uma real associação entre a ocorrência da ISC e o aumento da classificação do escore de risco NNIS.</p>
<p>Tempo de internação pré-operatório: um fator de risco para reduzir a infecção cirúrgica em fraturas de fêmur.</p>	<p>PEREIRA, Hoberdan Oliveira; REZENDE, Edna Maria; COUTO, Bráulio Roberto Gonçalves Marinho. Analisar as infecções de sítio cirúrgico em pacientes submetidos a cirurgias limpas para correção de fraturas de fêmur.</p>	<p>Foram incluídos neste estudo 432 pacientes submetidos a cirurgias limpas de correção de fratura de fêmur. A taxa de incidência de ISC foi de 4,9% e os fatores de risco identificados foram a presença de acidente vascular cerebral e período de internação até a cirurgia acima de quatro dias.</p>	<p>Para a prevenção das infecções de sítio cirúrgico (ISC) das cirurgias de fraturas de fêmur serão necessárias medidas que envolvam a equipe multiprofissional na avaliação das condições clínicas dos pacientes, redução do tempo de internação até a cirurgia e prevenção das complicações decorrentes das infecções.</p>
<p>Hipotermia como fator de risco para infecção de sítio cirúrgico: conhecimento dos profissionais de enfermagem de nível médio.</p>	<p>RIBEIRO, Djenane Roberta; LONGO, Alesandra Renata Targa. Analisar o conhecimento do profissional de enfermagem de nível médio sobre a relação do controle da hipotermia para a prevenção da infecção de sítio cirúrgico.</p>	<p>No estudo, evidenciou-se que 85,7% demonstraram não ter conhecimento de que a hipotermia é um fator de risco para infecção de sítio cirúrgico, mostrando a necessidade de o profissional de enfermagem possuir amplo conhecimento na área em que atua, já que os avanços da tecnologia, descobertas científicas do segurança e qualidade para a assistência ao cliente cirúrgico tornam-se imprescindíveis.</p>	<p>São fundamentais ações estratégicas para transformar a organização das práticas de saúde e práticas pedagógicas, o que implica um trabalho articulado entre o sistema de saúde e as instituições formadoras para a construção do conhecimento, no qual a teoria e a prática se fundem, proporcionando segurança e qualidade para a assistência ao cliente cirúrgico.</p>

<p>Infecção de sítio cirúrgico em pacientes submetidos a cirurgias ortopédicas em um hospital público de Minas Gerais.</p>	<p>FRANCO, Lúcia Maciel Castro; ERCOSKI, Flávia Falci.</p>	<p>Determinar a taxa de incidência de infecção de sítio cirúrgico e o tempo de manifestação da infecção, verificar a associação entre infecção e fatores de risco e identificar os microrganismos prevalentes.</p>	<p>Encontrou-se a incidência de infecção de sítio cirúrgico de 1,8%. As variáveis potencial de contaminação da ferida cirúrgica, condições clínicas do paciente (ASA), duração da cirurgia e tipo de procedimento mostraram-se estatisticamente associadas a infecções foram diagnosticadas somente durante a internação ou reinternação hospitalar. Esse dado pode ser um indicativo de subnotificação do evento pesquisado.</p>
<p>Preditores de infecção no pós-operatório de cirurgia de revascularização miocárdica.</p>	<p>LEDUR, Priscila; ALMEIDA, Lúcia; PELANDA, Lucia Campos; SCHAAN, Beatriz D'Agord.</p>	<p>Determinar a incidência de infecção no pós-operatório de cirurgia de revascularização miocárdica e seus preditores clínicos em um centro de referência cardiológico brasileiro.</p>	<p>Diabetes e tempo de permanência do cateter venoso central se associaram ao desenvolvimento de infecção no pós-operatório de CRM. A glicemia pré-operatória não foi preditora de risco de infecção, provavelmente havendo necessidade de caracterização mais detalhada do controle glicêmico trans e pós-operatório imediato.</p>
<p>A análise das referências foi feita por meio da leitura reiterada dos oito artigos selecionados e de sua sistematização específica, demonstrada no Quadro 1, que é composto por colunas referentes à caracterização dos artigos (título, objetivo, amostra, principais achados dos estudos, autores e periódico), para facilitar a visualização dos achados, bem como a elaboração dos resultados e das discussões.</p>	<p>objetivo deste estudo, foram analisados os artigos na íntegra e foram selecionados e incluídos 12 artigos, excluindo assim 65 artigos, seja por repetição na base de dados, seja por não contemplarem os critérios de inclusão previamente determinados</p>	<p>Após análise multivariada (modelo ajustado para dislipidemia, hipertensão, tabagismo e leucócitos), tanto diabetes, quanto tempo de permanência do cateter venoso central e cateterismo cardíaco durante a internação mantiveram-se preditores do desfecho infeccioso. Apesar do diabetes estar associado a maior percentual de infecções, glicemia do pré-operatório não se associou a maior risco de infecção.</p>	<p>infecções, glicemia do pré-operatório não se associou a maior risco de infecção.</p>

RESULTADOS

Após a combinação dos descritores na base de dados citada, foram identificadas inicialmente 77 referências. Dentre estas, após seleção por título e resumo condizentes com o

objetivo deste estudo, foram analisados os artigos na íntegra e foram selecionados e incluídos 12 artigos, excluindo assim 65 artigos, seja por repetição na base de dados, seja por não contemplarem os critérios de inclusão previamente determinados

DISCUSSÃO

As infecções de Sítio Cirúrgico (ISC) são as mais comuns apresentadas por pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos, porém este é uma complicação que pode ser evitada ou minimizada. Essas infecções contribuem para um aumento da morbidade e mortalidade cirúrgica (FUSCO et.al, 2016; RODRIGUES et. al, 2014).

Existem fatores de risco que influenciam no aparecimento de ISC. Há os fatores intrínsecos, ou seja aqueles relacionados ao paciente, sendo: idade, estado nutricional inadequado, obesidade, diabetes mellitus (o qual é um dos fatores que geram mais complicações), uso de tabaco, grandes períodos de hospitalização pré-operatório e resposta do sistema imune. E há também os extrínsecos, que são os fatores relacionados ao procedimento cirúrgico, como por exemplo: o preparo da pele, preparo das mãos da equipe, técnica e tempo cirúrgicos, presença de drenos, tipo de cirurgia e o ambiente cirúrgico (FEITOSA et.al., 2014; PEREIRA, RESENDE, COUTO, 2015; LEDUR et.al, 2011).

A infecção do sítio cirúrgico é uma condição localizada ou sistêmica e pode ser classificada como: superficial, profunda ou de órgãos/cavidades. A superficial é aquela que envolve pele e tecido subcutâneo do local da incisão cirúrgica. A profunda é quando acomete obrigatoriamente tecidos moles profundos, como músculos por exemplo e geralmente ocorre entre uma e duas semanas após o procedimento cirúrgico. E a de órgãos/cavidades é a que envolve a parte aberta ou manipulada durante o ato cirúrgico, não apenas a incisão (LENARDT et.al, 2010; FEITOSA et.al, 2014; RIBEIRO et.al, 2013; TIVERON et.al, 2012).

Geralmente os organismos que causam infecção do sítio cirúrgico são aqueles patógenos comuns à flora normal da pele, onde o mais comum é o *Staphylococcus Aureus*, seguido por *Pseudomonasaeruginosa*. Outros microorganismos associados a ISC são *estafilococoscoagulasenegativa* e bacilos Gram-negativos (FIGUEIREDO, BALASSO, TEIXEIRA, 2012; FRANCO, ERCOLE, 2011; ASSUNÇÃO, PONTES, DAMASCENO, 2011).

É de extrema importância que os profissionais de saúde saibam identificar os fatores de risco que podem gerar a infecção do sítio cirúrgico para que seja possível melhorar a qualidade de assistência prestada ao paciente cirúrgico buscando ações que minimizem o risco de infecção. Entre esses profissionais, o papel do enfermeiro é primordial, pois ele norteia sua equipe e é o elo do conhecimento técnico-científico possibilitando uma assistência individual e humanizada (RIBEIRO, LONGO, 2011; FUSCO et.al, 2016).

CONCLUSÃO

É um problema que atinge vários países e que afeta diretamente o prognóstico do paciente e alguns indicadores de qualidade do hospital, demandando maiores gastos e aumentando o tempo de internação hospitalar.

Alguns fatores contribuem para o possível aparecimento de infecções, dentre eles a idade, comorbidades, doenças preexistentes, procedimento realizado sob técnica asséptica correta, entre outros.

Algumas medidas para prevenir o aparecimento de infecção na ferida operatória incluem procedimentos desde o pré-operatório até o pós-operatório. O preparo da equipe cirúrgica é de extrema importância para a garantia do procedimento asséptico.

O enfermeiro e toda equipe devem saber reconhecer os fatores de risco e agravantes para a infecção do sítio cirúrgico, a fim de garantir uma assistência de melhor qualidade e com menos riscos possíveis, garantindo a integridade do paciente.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Taciane Procópio; PONTES, Breno César Diniz; DAMASCENO, Carlos Américo Veiga. **Prevalência de infecções em suturas de cirurgias de revascularização do miocárdio.** In: *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*. Vol. 26, n.1. 2011, p. 43-46.

BARBOSA, Maria Helena; LUIZ, Raíssa Bianca; ANDRADE, Érica Vieira; SILVA, Quênia Cristina Gonçalves da; MATTIA, Ana Lúcia de. **Ocorrência de infecção de sítio cirúrgico em cirurgias de urgência e emergência.** In: *Revista Mineira de Enfermagem*. Vol.15, n.2. 2011, abr/jun, p.254-258.

BELLUSSE, Gislaine Cristhina; RIBEIRO, Júlio César; CAMPOS, Fabírcio Ribeiro de; POVEDA, Vanessa de Brito; GALVÃO, Cristina Maria. **Fatores de risco de infecção na ferida operatória em neurocirurgia.** In: *Acta Paulista de Enfermagem*. Vol.28, n.1. 2015, jan/fev, p.66-73.

CARVALHO, Rafael Lima Rodrigues de. **Fatores de risco para infecção do sítio cirúrgico em procedimentos gerais em um hospital público de Belo Horizonte, Minas Gerais - um estudo de incidência.** 2014. 105f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais Escola de Enfermagem, Belo Horizonte, 2014.

FEITOSA, Roney Gonçalves Fachine; FERNANDES, Francisco André Macedo; JÚNIOR, José Narciso; JÚNIOR, Olavo Napoleão de Araújo; COSTA, Francisco de Assis; CAVALCANTE, Luana Duarte Wanderley. **Análise da incidência de infecção de sítio cirúrgico em cirurgias oncológicas do aparelho digestivo no hospital geral de Fortaleza.** In: *Revista da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto*. Vol. 47, n.2. 2014, p. 157-164.

FIGUEIREDO, Eberval Gadelha; BALASSO, Gabriela Tavanti; TEIXEIRA, Manoel Jacobsen. **Infecções em pós-craniotomias: revisão literária.** In: *Arquivos Brasileiros de Neurocirurgia*. Vol.31, n.4. 2012, p.219-223.

FRANCO, Lúcia Maciel Castro; ERCOLE, Flávia Falci. **Infecção de sítio cirúrgico em pacientes submetidos a cirurgias ortopédicas em um hospital público de Minas Gerais.** In: *Revista Mineira de Enfermagem*. Vol. 15, n.3. 2011, jul/set, p. 399-405.

FUSCO, Suzimar de Fátima Benato; MASSARICO, Natiára Medolago; ALVES, Maria Virgínia Martins Faria Fadul; FORTALEZA, Carlos Magno Castelo Branco; PAVAN, Érika Cibele Pereira; PALHARES, Valéria de Castilho; MELO, Carlos Eduardo de; ÁVILA, Marla Andréa Garcia de; NITSCHKE, Maria José Trevizani. **Infecção de sítio cirúrgico e seus fatores de risco em cirurgia de cólon.** In: *Revista de Escola de enfermagem da USP*. Vol. 50, n.1. 2016, p. 43-49.

LEDUR, Priscila; ALMEIDA, Lúcia; PELLANDA, Lúcia Campos; SCHAAN, Beatriz d' Agord. **Preditores de infecção no pós-operatório de cirurgia de revascularização do miocárdio.** In: *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*. Vol. 26, n. 2. 2011, p. 190-196.

LENARDT, Maria Helena; BETIOLLI, Susanne Elero; WILLIG, Mariluci Hautsch; LOURENÇO, Tânia Maria; CARNEIRO, Nathália Hammerschmidt Kolb; NEU, Damarys Kohlbeck de Melo. **Fatores de risco para mortalidade de idosos com infecção do sítio cirúrgico.** In: *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Vol. 13, n. 3. 2010, p. 383-393.

MARTINS, Maria Aparecida; GOULART, Eugênio Marcos Andrade; FRANÇA, Elizabeth; ALBERTI, Luiz Ronaldo. **Infecção de sítio cirúrgico na criança e no adolescente.** In: *Revista Médica de Minas Gerais*. Vol.22, n.3. 2012, p.308-314.

MEDEIROS, Aldo da Cunha; NETO, Tertuliano Aires; FILHO, Antônio Medeiros Dantas; JÚNIOR, Francisco Edilson Leite Pinto; UCHÔA, Raquel Araújo Costa; CARVALHO, Mariana Rêgo de. **Infecção hospitalar em pacientes cirúrgicos de hospital universitário.** In: *Acta Cirúrgica Brasileira*. Vol.18, n.1. 2010, p.15-18.

PEREIRA, Hoberdan Oliveira; REZENDE, Edna Maria; COUTO, Bráulio Roberto Gonçalves Marinho. **Tempo de internação pré-operatório: um fator de risco para reduzir a infecção cirúrgica em fraturas de fêmur.** In: *Revista Brasileira de Ortopedia*. Vol. 50, n.6. 2015, p. 638-646.

PETTER, Catarina Escosteguy; FARRET, Túlio Cícero Franco; SCHERER, Juliane de Souza; ANTONELLO, Vicente Sperb. **Fatores relacionados a infecções de sítio cirúrgico após procedimento obstétrico.** In: *Scientia Médica*. Vol.23, n.1. 2013, p.28-33.

RIBEIRO, Djenane Roberta; LONGO, Alessandra Renata Targa. **Hipotermia como fator de risco para infecção de sítio cirúrgico: conhecimento dos profissionais de enfermagem de nível médio.** In: *Revista Mineira de Enfermagem*. Vol.15, n.1. 2011, jan/mar, p. 34-41.

RIBEIRO, Júlio César; SANTOS, Cláudia Benedita dos; BELLUSSE, Gislaine Cristhina; REZENDE, Viviane da Fonseca; GALVÃO, Cristina Maria. **Ocorrência e fatores de risco para infecção de sítio cirúrgico em cirurgias ortopédicas.** In: *Acta Paulista de Enfermagem*. Vol. 26, n. 4. 2013, p.353-359.

RODRIGUES, Ana Luzia; SIMÕES, Maria de Lourdes Pessole Biondo. **Incidência de infecção do sítio cirúrgico com preparo pré-operatório utilizando iodopolividona 10% hidroalcoólica e clorexidina alcoólica 0,5%.** In: *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias*. Vol.40, n.6. 2013, nov/dez, p.443-448.

RODRIGUES, André Luiz de S.; MIRANDA, Ariney Costa de; DOURADO, Carlos José Cardoso; ALMEIDA, Daniel Pereira Rezende de; BRITO, Nathalya Botelho; ARAÚJO, Rafael Silva de. **Avaliação de pacientes quanto a infecção de sítio cirúrgico, em um hospital público de Belém - PA.** In: *Revista Paraense de Medicina*. Vol. 28, n.1. 2014, jan/mar, p.23-30.

TIVERON, Marcos Gradim; FIORELLI, Alfredo Inácio; MOTA, Eduardo Moeller; MEJIA, Omar Asdrubal Vilca; BRANDÃO, Carlos Manoel de Almeida; DALLAN, Luís A. O.; POMERANTZEFF, Pablo A.M.; STOLF, Noedir A.G. **Fatores de risco pré-operatórios para mediastinite após cirurgia cardíaca: análise de 2768 pacientes.** In: *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*. Vol. 27, n.2. 2012, p. 203-210.

TORRES, Lílian Machado; TURRINI, Ruth Natália; MERIGHE, Mírian Aparecida Barbosa; CRUZ, Arménio Guardado. **Readmissão por infecção do sítio cirúrgico ortopédico: uma revisão integrativa.** In: *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. Vol.49, n.6. 2015 dez, p. 1008-1015.

URSI, Elizabeth Silva. **Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura.** [dissertação]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; 2005.

Artigos de Revisão

O PAPEL DO SUPERVISOR EDUCACIONAL NOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

THE ROLE OF THE EDUCATIONAL SUPERVISOR IN THE CHALLENGES OF CONTEMPORARY EDUCATION

Maria Antônia Santa Rosa¹; Elza Soares Santos²

¹Bacharela em em Administração pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte. Especialista em Supervisão e Orientação Educacional pela Universidade de Franca - Unifran.

²Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paula - UNICID. Docente da Universidade de Franca - Unifran.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de pesquisar sobre o papel do Supervisor Educacional frente os principais desafios da educação contemporânea. Aborda a educação brasileira desde o período colonial até a atualidade, bem como a atuação do professor no processo educacional, para formação de cidadãos aptos a viverem e modificarem a sociedade em que vivem e como o Supervisor Educacional contribui para que o professor desenvolva um bom trabalho em sala de aula.

Palavras-chave: Educação. Professor. Alunos. Contemporâneo.

ABSTRACT

The present work has the objective to research about the role of the Educational Supervisor in face of the main challenges of contemporary education. It addresses Brazilian education from the colonial period up to the present, as well as the teacher's role in the educational process, for the formation of citizens able to live and change the society in which they live and how the Educational Supervisor contributes to the teacher doing a good job In the classroom.

Keywords: Education. Teacher. Students. Contemporary.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo pesquisar sobre o papel do Supervisor Educacional nos desafios da educação contemporânea, e para tanto a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica.

A idade contemporânea é o período compreendido entre a Revolução Francesa de 1798 e os dias atuais, marcado por grandes transformações sociais, principalmente na área da educação.

Atualmente ser professor é um grande desafio, pois mesmo sendo uma profissão de grande importância, o docente não é valorizado e nem tem o reconhecimento do real valor do seu exercício.

As pesquisas constataam que, há uma escassez desse profissional na educação básica de ensino, pois, trabalhar em salas de aulas lotadas e muitas vezes sem recursos de materiais e salários baixos são fatores contribuintes para que muitos jovens e adultos na hora de escolherem a profissão não optem por querer ser professor. Grande maioria desses profissionais trabalha em mais de uma escola para complementar a renda, acarretando um desequilíbrio emocional ocasionado pelo excesso de trabalho e que acaba sendo transmitido aos alunos resultando em aulas tumultuadas, alunos desmotivados e baixo rendimento escolar.

O professor é o profissional que lida diretamente com os alunos em sala de aula, encontrando muitas vezes dificuldades no exercício

da sua profissão, não só pelos motivos acima citados, como também pela falta de preparação na sua formação, por isso contribuindo para que a escola possa oferecer uma educação de qualidade o Supervisor Educacional é o profissional encarregado de oferecer suporte teórico-metodológico aos professores, se preocupando principalmente com a formação continuada docente, pois é sabido que o professor estando preparado para atuar junto aos discentes, o processo ensino aprendizagem fluirá satisfatoriamente.

DESENVOLVIMENTO

Histórico da Educação Brasileira

Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, início do período colonial. Foi marcado pela mão de obra escrava e a supremacia, resultando assim em uma sociedade patriarcal, que produzia somente o essencial para a sobrevivência. Era formada por pessoas iletradas e submissas aos senhores.

A educação no Brasil teve início com a chegada dos Jesuítas em 1549, eles atuaram por mais de 200 anos. O principal objetivo deles era catequisar os índios, para assegurar mão-de-obra barata, mas com o passar do tempo perdeu-se o foco, ficando assim a educação sendo exclusividade da nobreza, pois garantia ao Jesuítas um retorno financeiro.

Todo período colonial foi marcado pela exclusão do povo ao acesso à educação, ela era voltada somente para a formação da elite dirigente.

A República Federativa é constituída por 26 estados e o Distrito Federal. O sistema de ensino no Brasil é organizado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o DF e Municípios.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e dever do estado e da família, e a sociedade também deve colaborar para que ela aconteça.

Como afirma a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a educação auxilia na convivência humana, por isso o motivo pelo qual ela é tão importante.

A educação básica é dividida em: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e devem ser ofertados gratuitamente na rede pública de Ensino.

Atuação do professor no processo educacional na atualidade

Para Gadotti (2007, p.10) a escola não é somente um lugar para se estudar, mas é também um local de encontros, onde as pessoas se relacionam e trocam experiências entre si. Ele afirma que é necessário estudar sim, mas acima de tudo o aluno precisa saber aonde quer chegar, e qual é o seu objetivo principal. E todos esses questionamentos podem ser respondidos com o auxílio do professor em sala de aula.

A escola precisa formar pessoas capazes de pensar, e não somente reproduzir o que foi dito.

Em uma de suas obras intitulada de “Professora sim, tia não” Paulo Freire descreve quais são as qualidades que um professor (a) precisa ter, dentre elas destaque: humildade para reconhecer que ele não sabe mais que o aluno, amorosidade ao trabalho e ao aluno e tolerância para conviver com as diferenças. Pois cada ser é único, e carrega uma história de vida, que muitas das vezes justifica certos comportamentos que o aluno tem em sala de aula.

O Censo Escolar de 2015 mostra que desde 2010 vem caindo a procura por cursos de licenciaturas, e os alunos que se formam poucos tem a sala de aula como principal objetivo. Ser professor nos dias atuais tornou-se desinteressante devido à falta de qualidade para o exercício da docência.

A pesquisa realizada por Santuza, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) revela que o perfil dos jovens que optam pelos cursos de licenciatura é de classe média baixa, com pouco capital cultural, seus pais não terminaram nem a 4ª série do ensino fundamental e eles são os primeiros da família a terem acesso ao nível superior. Escolhem o curso de licenciatura por serem pouco concorridos, e também por terem passado por muitas dificuldades em sua vida, muitos veem na docência um caminho para desenvolver pessoas e contribuir para mudança desse cenário atual, que consistente em desigualdades ao acesso do ensino, seja ele em qualquer modalidade.

Salários baixos, plano de carreira e falta de infraestrutura têm sido os itens mais cobrados pelos professores, mesmo com o auxílio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) cujo programa destina 60% da arrecadação para incentivo e qualificação continuada dos docentes, mesmo assim os salários continuam baixos.

O Ministério da Educação e da cultura apontou que há um déficit de 180 mil profissionais, principalmente em alguns cursos como: matemática, física e química.

Dados do Censo Escolar de 2015 apontam que 40% dos professores não tem formação adequada, lecionam em disciplinas que não possuem formação específica. Para tentar reverter essa situação, o governo diz estar tomando providências, como a abertura de novas vagas em Faculdades Federais e também nas particulares se for preciso, para que todos esses profissionais efetivos que já atuam na rede pública de ensino, possam ter uma formação adequada, de acordo com a disciplina em que lecionam.

O papel do Supervisor Educacional na formação continuada docente

Como descrita no dicionário Aurélio, a palavra supervisionar consiste em controlar, inspecionar (trabalho). A Supervisão surge no Brasil com a implementação da *Ratio Studiorum*, que consiste em um Plano de organização de estudos dos Jesuítas. Foi consolidada em 1960, e era esperada desse profissional a capacidade de traçar estratégias, para a melhoria contínua na formação de professores, além de saber transmitir seus conhecimentos, e ser uma referência para os docentes.

Quadro 1 - Perfil dos professores de escolas públicas do Brasil.

Número de professores das escolas públicas do Brasil.	Professores que lecionam em disciplinas em que não são formados	Professores com licenciatura ou Bacharel	Professores sem nível superior
709.546	329.727	289.615	90.204
	46,45%	40,85%	12,7%

Fonte: Censo Escolar 2015

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que docência é uma profissão desafiadora, em todo o seu processo que vai desde o momento da escolha do curso, de sua conclusão e posteriormente a vivência em sala de aula.

Seja a escolha por amor a causa em servir o outro através do seu conhecimento, ou pela falta de escolha, o fato é que não é fácil conviver com todos os problemas citados nesse artigo.

Recentemente foi divulgado o resultado das provas do Pisa, um programa internacional de avaliação, que acontece a cada três anos.

Ao mesmo tempo em que cuidava da parte pedagógica, também se ocupava da parte administrativa.

Após várias mudanças em suas atribuições, no ano de 1990 o papel do supervisor surge como uma necessidade, relacionada a uma demanda exclusiva na parte pedagógica da escola permanecendo até os dias atuais.

Dentre as atribuições podemos citar, a responsabilidade pela formação continuada dos professores, reuniões pedagógicas, auxiliar o diretor, acompanhar o aprendizado dos alunos.

Espera-se do supervisor um trabalho em equipe juntamente com todo o corpo docente, para que seja traçadas metas de melhoria, além de acompanhar o trabalho de o docente verificar se o que foi estabelecido está sendo cumprido. É importante saber que o supervisor exerce um papel de liderança, e um bom líder, precisa ser capaz de identificar as qualidades e respeitar a individualidade de cada professor, pois mesmo com tantas diferenças, uma habilidade complementa a outra, quando se desenvolve um trabalho em equipe.

Muitos professores dizem ter dificuldades para lidar com os alunos em sala de aula, talvez o que falte a esse docente é a didática para ensinar, isso explica o resultado da pesquisa com os dados abaixo. Muito preocupante, pois revela a qualidade da educação brasileira.

Esse resultado é referente ao ano de 2015. A prova é aplicada á alunos com 15 anos de idade e tem como principal objetivo traçar o perfil deles, os seus conhecimentos e suas habilidades. 70 países participaram, dentre eles o Brasil, que ficou na 63° posição em ciências, 59° leitura e 66° matemática.

Quadro 2 - Resultado Provas do PISA Nível Básico.

Pisa-Nível Básico	
Ciências	56,6%
Leitura	50,99%
Matemática	70,25%

Fonte: OCDE/Pisa (2015)

O especialista Falzetta (2016) afirma que a principal estratégia para reverter esse quadro é a formação continuada dos professores, uma vez que o mesmo vem demonstrando um despreparo para o exercício da docência.

Seja a escolha por amor a causa em servir o outro através do seu conhecimento, ou pela falta de escolha, o fato é que não é fácil conviver com todos os problemas citados nesse artigo.

Os professores que já lecionam a mais tempo já estão estressados com a rotina da sala de aula, alguns até afastados por motivo de doença relacionado ao trabalho. E os jovens que estão cheios de energia não querem essa profissão para si.

Esse quadro precisa urgentemente ser revertido, necessita-se de uma atenção dos nossos governantes, a educação deve ser um dos itens a serem priorizados. Pois qualquer profissão necessita de um professor, e um bom profissional se faz com o seu esforço, mas também com bons professores para auxiliarem.

Cabe ao supervisor incentivar aqueles professores que não possuem formação adequada, para que busquem a qualificação e uma formação contínua, quando mais professor mantém-se informado mais capacidade ele terá de ministrar aulas diferentes, que não seja cansativas, onde o aluno aprende participando e expondo a sua opinião.

REFERÊNCIAS

A Educação no Brasil. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br>. Acesso 13 de novembro de 2016.

Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso 18 de novembro de 2016.

Formação continuada: A Atualização do professor. Disponível em: <http://educador.brasilescola.uol.com.br/orientacoes/formacao-continuada-atualizacao-professor.htm>. Acesso: 11/12/2016.

Freire, Paulo. **Professora sim, tia não.** São Paulo, editora Loyola 1997 p.40.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor Paulo Freire e a paixão de ensinar.** 1º ed, São Paulo, editora Publisher Brasil 2007, p. 10.

IDEB - Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escaszez1.pdf>>. Acesso em: 16 novembro. 2016.

.LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 13 de novembro de 2016.

NOGUEIRA, Cláudio. **Qual o perfil do jovem professor de hoje?** Disponível em: http://www.omep.org.br/noticias_ver/889/qual-o-perfil-do-jovem-professor-de-hoje?. Acesso: 05/12/2016.

O que é o PISA. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. Acesso 06/12/2016.

RUIZ, Antonio Ibañe. RAMOS, Mozart Neves. HINGEL, Ramos Murílio. **O portal do professor :** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escaszez1.pdf>>. Acesso em: 16 novembro. 2016.

SILVA, Santana Amorim. **Os novos estudantes de licenciatura no contexto da expansão do ensino superior.** Disponível em: <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/528/346> Acesso: 05/12/2016.

Supervisão pedagógica e sua importância. Disponível em: <http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/50270/a>. Acesso em 09/12/2016.

TOKARNIA, M. **40% dos professores dos professores no Brasil não tem formação adequada.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso 01/12/2016.

PRECONCEITO VOCABULAR, PADRÕES E DESAFIOS

PRECONCEPTION VOCABULAR, STANDARDS AND CHALLENGES

Andreia Ferreira Lima¹

¹Pós-graduada em Educação a Distância pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG e Docente no Núcleo de Educação a Distância das Faculdades Santo Agostinho de Montes Claros.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discorrer sobre as relações sociais e sua influência na manutenção do preconceito linguístico na sociedade, de modo que nos leve a refletir o modelo ensino aprendizagem nas instituições escolares no que tange à linguagem e pensar em ressignificações para as práticas pedagógicas.

Palavras-chave: preconceito, linguagem, ressignificações

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss social relations and their influence on the maintenance of linguistic prejudice in society, so as to lead us to reflect the teaching teaching model in school institutions regarding language and to think of re - significations for pedagogical practices.

Keywords: prejudice, language, resignifications

INTRODUÇÃO

Língua e sociedade

A linguagem é o fundamento da humanidade. Por meio dela o pensamento e o desenvolvimento humano estão inter-relacionados constituindo a identidade do homem. O que o diferencia dos demais seres é justamente a habilidade da linguagem, a capacidade de se comunicar de maneira complexa.

Por estas razões, podemos dizer que a linguagem é a mais importante aptidão humana, mesmo porque com ela podemos compreender as demais capacidades tais como a vontade, a inteligência, a afetividade etc.

Conforme Marilena Chauí (1993, p. 04), “a palavra se encontra no limiar do universo humano, pois caracteriza fundamentalmente o homem e distingue do animal”. Este é um fator preponderante para a compreensão do universo simbólico ao qual pertencemos, já que o ser humano é o único ser capaz de criar símbolos e estabelecer todo e qualquer ato comunicativo.

A língua oficial brasileira hoje é a língua portuguesa, mas, fazendo uma análise sócio histórica, iremos perceber que nem sempre foi assim. Inicialmente, a língua falada no período colonial era a língua indígena e a língua africana, aquelas provenientes dos primeiros habitantes e desde o início da colonização, o processo de difusão e fixação da língua se deu de maneira arbitrária e seguindo pareceres de grupos dominantes.

No início da colonização, a língua tupi era de utilização geral na colônia, mas em 1757, a utilização do tupi foi proibida por uma Provisão Real.

Como a língua é um dos elementos que compõem uma identidade nacional, construiu-se uma unidade linguística desde 1500, com base no português transformado na única língua dos brasileiros, desconsiderando a ampla difusão, no tempo e no espaço, da língua geral amazônica e da língua geral paulista, hegemônicas durante todo o período colonial em partes expressivas do que é hoje território nacional. (Freire, 2004, p. 33)

Um tempo depois, um novo afastamento entre o português brasileiro e o europeu aconteceu, quando a língua falada no Brasil colonial não acompanhou as mudanças ocorridas no falar

português (principalmente por influência francesa) durante o século XVIII, mantendo-se fiel, basicamente, à maneira de pronunciar da época da descoberta. Uma reaproximação ocorreu entre 1808 e 1821, quando a família real portuguesa, em razão da invasão do país pelas tropas de Napoleão Bonaparte, transferiu-se para o Brasil com toda sua corte, ocasionando um re-Portuguesamento intenso da língua falada nas grandes cidades.

Observe nessas situações que os grupos detentores do poder é que ao longo da história definiram e decidiram sobre qual língua se fixaria para toda a população.

A linguista Rosa Virgínia Mattos e Silva (2003) relata que entre 1538 e 1850, trinta por cento da população era formada por brancos brasileiros e europeus. Os demais setenta por cento eram os índios e africanos. Isso nos leva a compreender que a língua indígena e a língua africana, ainda que fossem idiomas utilizados pela maioria da população brasileira (70%), não foi suficiente para prevalecer. A língua que se perpetuou e passou a ser falada por todos foi justamente aquela dominada pela menor parcela dos habitantes.

Esses dados nos mostram que a fixação ou a decisão de uma língua em detrimento da outra aconteceu por meio de uma relação de poder em que o “maior” sobrepõe-se ao “menor”.

Nessa perspectiva, vamos percebendo a importância do valor social sobre as decisões da sociedade e a prevalência das escolhas da elite letrada sobre a classe inculta.

Ainda no período colonial, mesmo após a definição da língua portuguesa como língua padrão, o português era de certa forma, utilizado livremente e os falantes tinham muita liberdade na escrita. Ocorre que Nesse mesmo período, acontecia também a normatização da língua portuguesa em Portugal. A primeira gramática conhecida é da autoria de Fernão de Oliveira, foi publicada em Lisboa, em 1536, com o título “Grammatica da linguagem portuguesa”.

A partir de então, além de estabelecer que a língua portuguesa falada livremente fosse a oficial, tinha-se também a imposição de um modelo normativo definido dentro da própria língua. O que de certa forma, e em tese, negava as variedades que são próprias de toda e qualquer língua.

Esse modelo normativo tem vigorado até os dias atuais e aqui, vale definir que a gramática normativa é aquela que busca ditar ou prescrever as regras gramaticais de uma língua, posicio-

nando as suas prescrições como a única forma correta de realização da língua e categorizando as outras formas possíveis como erradas.

Mas sabemos que uma mesma língua se renova constantemente. A cada dia e por influência das relações sociais, a linguagem vai tomando novas formas. É o caso, por exemplo, da palavra “vossa mercê” que evoluiu para “vossemecê”, “vosmecê”, “você” e na fala já se usa “ocê” e “cê”. Por essa característica inerente à língua é que se construiu também, ao longo da história, a linguagem coloquial tida como menos nobre.

Mikhail Bakhtin diz que:

A língua tem vida porque é um diálogo contínuo entre os sujeitos sociais. Isso quer dizer que ela é tão viva como eu ou você e está sujeita aos processos normais pelos quais passam todos os seres vivos: há palavras que nascem, palavras que se modificam (tanto no que querem dizer como na forma da escrita), palavras que morrem. (BAKHTIN, 1997. p. 279).

Então, contrapondo a esse pensamento da conservação gramatical, estudiosos que atuam na pesquisa e ensino da língua, denominados linguistas, compreendem que, se entendermos que a “língua” é a atividade linguística real dos falantes em suas interações, então é possível dizer que a norma padrão não faz parte da língua. Eles atestam em seus estudos que não existe linguagem errada ou linguagem correta, o que existe são formas de se expressar diferentes. Nessa perspectiva, devemos entender então que o conceito de certo e errado deve ser substituído pelo de adequado e inadequado, e na hora de escolher a variante, é preciso perguntar se ela está adequada ao interlocutor, à situação de comunicação.

Cabe aqui ressaltar que essa vertente foi endossada e regimentada em 1998 na publicação dos parâmetros curriculares Nacionais do MEC. Elaborado por educadores e pesquisadores com o intuito de construir referências nacionais que respeitassem as diversidades regionais, culturais e políticas, as diretrizes defendem conceitos de linguística e afirmam que não há uma única forma correta de falar, somente de escrever.

O cerne do preconceito surge então dessa dicotomia. Considera-se apenas uma forma correta de usar a língua, seja na fala ou na escrita e o julgador se considera linguisticamente superior.

O mais intrigante dessas ocorrências é que,

por mais que as variedades linguísticas se disseminem e façam parte do linguajar da maioria, e isso é uma realidade, a sociedade em geral não a reconhece como língua correta. Ela é vista com preconceito até mesmo pelos próprios falantes dos dialetos populares. Comumente encontramos situações em que há a construção “nós foi”, por exemplo, e imediatamente percebe-se um outro falante dessa mesma variedade criticando o outro, apontando a fala como um erro.

Conforme Bagno (2003, p. 75), “os preconceitos linguísticos impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo”.

Essa realidade da língua nos leva então aos seguintes questionamentos: Por que ao longo da história a sociedade, sendo a maioria, aceitou sem resistência a imposição da língua portuguesa? Por que a sociedade em sua grande maioria compreende e endossa que a gramática normativa é a linguagem adequada? Mesmo sabendo que a língua se altera constantemente, por que a gramática normativa se mantém tão valorizada?

Para que possamos compreender o motivo pelo qual existe a valorização da linguagem padrão tão pouco utilizada e de outro lado o preconceito da linguagem coloquial que é a atividade da maioria, precisamos entender alguns fatores relacionados ao comportamento humano.

DESENVOLVIMENTO

Linguagem e comportamento

No campo da psicologia, os estudos mostram que o ser humano em si possui comportamentos e atitudes que em tese não são conduzidos pela sua consciência racional. O que eles entendem que seja uma decisão racional, na verdade é advinda de pré-seleções emocionais.

O psicólogo Robert Cialdini (2012.) explica que isso ocorre em função de uma forma de seleção que o nosso cérebro utiliza para decidir e resolver as coisas de forma mais rápida. Ele acaba se decidindo pelo que a maioria está fazendo. A esse fenômeno dá-se o nome de atalho mental. É o que ocorre, por exemplo, na regra “caro é igual a bom”. O ser humano está culturalmente acostumado a entender que aquilo que tem valor superior é bom. Ocorre de muitas vezes nem

se ter conhecimento de determinado produto, mas quando eles veem que o valor é alto, que outras pessoas estão comprando, automaticamente ele acaba se decidindo pelo que a maioria está fazendo.

Recentemente, os psicólogos descobriram uma série de atalhos mentais que empregamos em nossos julgamentos do dia a dia (KAHNEMAN, SLOVIC e TVERSKY, 1982; TODD e GIGERENZER, 2007). E sobre esses atalhos, Robert Cialdini (2012.) explica que eles operam quase da mesma forma que a regra “caro é igual a bom”, permitindo um pensamento simplificado que funciona bem a maior parte do tempo, mas nos deixa sujeitos a erros custosos ocasionais. Especialmente pertinentes a este livro, Cialdini cita os atalhos que nos indicam quando devemos acreditar no que nos dizem ou quando devemos fazer o que nos pedem.

Consideremos, por exemplo, a regra de atalho que diz: “Se um especialista disse isso, deve ser verdade.” Existe uma tendência em nossa sociedade em aceitar cegamente as afirmações e diretrizes de indivíduos que parecem ser autoridades em determinado assunto. Ou seja, em vez de raciocinar sobre os argumentos do especialista e nos convencermos (ou não), com frequência ignoramos os argumentos e nos deixamos levar apenas pelo fato de se tratar de um “expert”. (CIALDINI, 2012, p. 128).

Dessa forma, percebemos que a sociedade é levada a dar crédito àquilo que para ela possui valor. E como falamos, a língua como ela é hoje, veio de um padrão estabelecido pelos grupos mais favorecidos e culturalmente dotados de valor social.

Assim, como a imposição da língua portuguesa foi feita por grupos mais valorados na sociedade, criou-se a partir de então a crença de que a linguagem formal e rebuscada possui mais valor que aquela popular dita como menos nobre.

Segundo Bohoslavsky (1981, p. 217), nas tarefas de ensino e aprendizagem, o papel do professor, seja como líder democrático, autocrático ou laissez-faire, prevalece à noção de vínculo de dependência por parte do aluno. Onde ocorrem as assimetrias no poder, “o professor sabe mais que o aluno; deve proteger o aluno no sentido de que este não cometa erros; pode julgar o aluno; pode determinar a legitimidade dos interesses do aluno; pode definir a comunicação possível com o aluno” (p. 358). Desse modo, segundo Bleger (1984, p.58) “a imagem realizada do professor onipotente e onisciente perturba a aprendizagem, em primeiro lugar a do próprio professor”.

Observa-se que também nas instituições de ensino existe uma relação de poder muito bem definida. Para o sociólogo Pierre Bourdieu (1991), todas as relações sociais, inclusive qualquer relação de comunicação, são por natureza relações de poder. Assim, entende-se que o preconceito linguístico e sua manutenção pode ter uma relação direta com as posturas de poder. De um lado há aquele que exerce a influência, de outro o influenciado.

Na teoria de Skinner (1970), o comportamento humano inclui dimensões físicas e sociais (internas e externas) que se encontram em relação constante. Isso quer dizer que uma resposta comportamental reforçada numa determinada ocasião tem maior probabilidade de ocorrer numa outra ocasião semelhante, isso em decorrência do fenômeno da generalização que os seres humanos conseguem implementar nas suas relações com o ambiente (físico e social). Sendo assim, nas relações de ensino aprendizagem, estaria acontecendo o reforço desses comportamentos de preconceito linguístico?

Silva (2002) afirma que já se aborda no ensino escolar e nos livros didáticos alguma noção voltada para a sociolinguística, mas a escola não apresenta outro manual que dispõe e reflita a variação linguística na sociedade, mantendo-se assim presa à gramática. E nesses moldes, torna-se insuficiente compreender o processo de variação.

Na análise dos conceitos fundamentais da psicologia histórico-cultural, o autor Vygotsky (1991) descreve a relação entre atividade e motivo. Para ele, a atividade humana é socialmente motivada, sempre dirigida por motivos e deve ser vista como a categoria que orienta e regula a atividade concreta dos homens na sociedade. Nesses termos, se a motivação da sociedade está inclinada para a produção e propagação do preconceito no meio social, a psicologia teria mecanismos para reprogramar a motivação? Pode-se pensar que os comportamentos (possíveis práticas pedagógicas) que levam ao preconceito são práticas possíveis de ser evidenciadas e passíveis de serem alteradas tendo como aliado a psicologia social.

Poderíamos pensar assim, e as variedades linguísticas elas não são defendidas e pregadas por grupos de valor também? As variedades linguísticas são tão disseminadas e porque ainda prevalece o preconceito?

O período em que a gramática normativa foi difundida na sociedade fez com que esse juízo de valor sobre ela se impregnasse e esse

conceito passou de geração em geração. Então, dentro da psicanálise, os comportamentos mais repetitivos é que se solidificam e tem grande força de prevalência.

Além disso, ainda encontramos em nosso meio, entidades representativas e de valor social que fazem com que essa visão da língua prevaleça.

As instituições de ensino, por exemplo, ainda que já se tenha uma boa abertura no ensino das variedades da língua, os aspectos normativos são o ponto base das aulas. Até pouco tempo atrás, ensinava-se as regras gramaticais como se elas nunca tivessem sido mudadas e como se nunca fossem mudar novamente. Então, os alunos eram execrados se esquecessem normas para uso do trema, do hífen. Com essa atitude, a escola ensinava apenas a norma culta, ou seja, aquela falada pelas elites (em momentos formais, claro).

Pode-se falar em língua heterogênea, em dialetos, mas na prática, a sociedade em si só atribui valor àqueles que possuem ou que empregam o português corretamente. Ela está apenas reproduzindo ou exprimindo uma ideologia impregnada em nossa cultura há muito tempo.

Ora, se a psicologia explica as razões de haver esse enraizamento da língua culta, ela teria soluções para mudar esse paradigma?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspectivas

É inegável a influência que a língua exerce na vida dos seres humanos, em razão disso, a maneira como falamos e escrevemos diz muito sobre nós. Desse vínculo é que se insere a inter-relação do linguístico com o social e se estamos falando sobre o social, logo tem se também de modo intrínseco a relação psicossocial atrelado às atividades da língua. A linguagem influencia a convivência entre as pessoas, ao mesmo tempo em que é influenciada por elas, com isso, considerar a fala do próximo como erro e inferior não implica apenas em questões linguísticas, mas em questões psicossociais.

É possível mudar esse paradigma pelo viés psicanalítico. Mas aí será necessária uma reavaliação dos comportamentos e a mudança de mentalidade por parte da sociedade.

Nessa perspectiva, torna-se importante imbricar novos olhares sobre as atividades da língua, especificamente, no que tange às relações sociais, de modo a construir um entendimento que possa ser levado para as práticas pedagógicas com o objetivo de desmistificar o preconceito e a influência negativa que ele pode exercer na formação do ser enquanto cidadão.

Faz-se importante pensar mecanismos de ressignificação dessas práticas para que se possam formar professores capazes de influenciar e transformar a realidade. Cabe a sociedade promover o desenvolvimento de pesquisas que desencadeiam a mudança dos padrões de ensino, de aprendizagem e assim reformular essa dicotomia segregadora entre língua culta e língua inculta, contribuindo para a redução das diferenças sociais.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **O preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 25.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BOHOSLAVSKY, R. H. **A Psicopatologia do Vínculo Professor-Aluno: o Professor como agente socializante**. In Patto, M. H. (org.). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Language and Symbolic Power**. Edited by John Thompson and translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991.

CIALDINI, Robert B. **As armas da persuasão** [recurso eletrônico] / Robert B. Cialdini; [tradução de Ivo Korytowski]; Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Contradições no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **O ensino de português do primeiro grau à universidade**. São Paulo: Parábola, 2001.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC, (1953), 1970.

VYGOTSKY, L.S. (1991). **Pensamento e linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

ANÁLISE CONSTITUCIONAL ACERCA DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM MONTES CLAROS-MG E O IMPACTO SOBRE O ORÇAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2017

CONSTITUTIONAL ANALYSIS OF HEALTH JUDICIALIZATION IN MONTES CLAROS-MG AND THE IMPACT ON THE BUDGET OF THE FIRST SEMESTER OF THE YEAR 2017

Dyhego Fernandes Vieira¹; Carlos César Pereira Almeida Filho²

¹Licenciado em História e bacharel em Direito pela Unimontes. Montes Claros/MG.

²Mestre em História Social pela Unimontes. Montes Claros/MG.

RESUMO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consolidou o direito e o acesso à saúde em seu art. 196, fazendo com que a saúde passasse a fazer parte dos planos de políticas públicas do Estado, tendo esse a obrigação de garantir o direito à saúde por meio de seu acesso. Contudo, por questões administrativas e financeiras, o Estado-administrador passou a ter dificuldades de ofertar a todos os indivíduos o acesso à saúde. Por conseguinte, nesse contexto marcado pela obrigação de oferecer o acesso a saúde, o Judiciário passou a ser a via de concretização desse acesso para aqueles que não o obtiveram via administração. Diante de tal realidade, o presente trabalho tem como escopo a análise sobre o impacto da judicialização da saúde no município de Montes Claros-MG no primeiro semestre do ano de 2017. À vista disso, primeiramente, buscou-se analisar e discutir acerca da judicialização da saúde no Brasil, dando ênfase à política de fornecimento de medicamentos e os limites entre a reserva do possível e o mínimo existencial. Para incidir sobre o objeto do estudo, cotejou-se o custo da judicialização da saúde no município de Montes Claros-MG e o seu impacto nas contas públicas do município, tomando como percurso metodológico uma abordagem quali-quantitativa, as análises das aquisições de medicamentos em cumprimento de ordem judiciais referentes ao período compreendido entre janeiro a junho do ano de 2017, extraídos do Portal da Transparência do Município.

Palavras-chave: Direito à saúde; Judicialização; Município de Montes Claros; Constituição da República de 1988.

ABSTRACT

The Federal Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 consolidated the right and access to health in its art. 196, making health part of the public policy plans of the State, which has the obligation to guarantee the right to health through its access. However, due to administrative and financial issues, the administering State has had difficulties in offering all individuals access to health care. Consequently, in this context marked by the obligation to offer access to health care, the Judiciary has become the way to achieve this access for those who have not obtained it through administration. In view of this reality, the present study is aimed at analyzing the impact of health judicialization in the municipality of Montes Claros-MG in the first half of 2017. In view of this, firstly, we sought to analyze and discuss the judicialization of health in Brazil, with emphasis on the drug supply policy and the limits between the reserve of the possible and the existential minimum. In order to focus on the object of the study, the cost of the health judicialization in the municipality of Montes Claros-MG and its impact on the municipality's public accounts was compared, taking as a methodological approach a qualitative-quantitative approach, analyzes of drug purchases in compliance with judicial orders referring to the period between January and June of the year 2017, extracted from the Transparency Portal of the Municipality.

Key-Words: Right to health; Judicialization; Municipality of Montes Claros; Constitution of the Republic of 1988.

INTRODUÇÃO

A saúde pública é um bem jurídico constitucionalmente tutelado e protegido, ficando a cargo do poder público implementar políticas sociais e econômicas capazes de assegurar o bem estar social através da assistência médico hospitalar, seja mediante a realização de exames, seja no fornecimento gratuito de medicamentos.

De acordo com os dispositivos constitucionais, não resta dúvida ser dever do estado, solidariamente com a união, o distrito federal e os municípios, oferecer as devidas assistências farmacológicas aos que necessitem, a fim de manter a saúde do cidadão. Contudo, não se trata apenas de consultas isoladas ou atendimentos de emergência, como também no fornecimento contínuo de remédios, de tratamento prolongado de doenças e da internação do paciente por tempo considerável, além de outros serviços que exigem investimentos onerosos por parte do promovedor de tais serviços.

Entretanto, o Estado mantém uma estrutura significativamente complexa para cumprir com o devido dever constitucional de oferecer o acesso à saúde a todos os indivíduos. Assim, nem sempre a administração estatal consegue atender todos aqueles que precisam dele. Consequentemente, a prestação do serviço da saúde, que inicialmente deveria se dar apenas pelo âmbito administrativo, passa a ser inserida no processo de judicialização para se conseguir o devido acesso ao serviço de saúde.

Esse processo de judicialização, cada vez mais expressivo no setor de saúde no Brasil, tem conduzido o poder judiciário à formulação de políticas públicas por meio de decisões que obrigam o poder executivo a atender a pretensão do litigante, no intento de fornecer-lhe medicamentos, insumos e outros.

Fronte a essa realidade que cerca as demandas pela saúde no Brasil, surgem como norteadores da pesquisa os seguintes questionamentos: De que forma tem se dado o processo de judicialização da saúde e do fornecimento gratuito de medicamentos e insumos no Brasil nos últimos anos? Quais as possíveis causas que engendram tal fenômeno? Quais as possíveis resoluções do impasse? Qual é o impacto da judicialização da saúde no município de Montes Claros-MG?

À vista disso, da necessidade de responder tais perquirições, o presente trabalho tem como mote trazer para a reflexão acadêmica a discussão acerca do impacto causado pela judicialização da saúde nas contas públicas do município de Montes Claros-MG no primeiro semestre do ano de 2017. Isso, porém, partindo do contexto nacional, a fim de vislumbrar os possíveis motivos que geram o descompasso entre a obrigatoriedade do Estado em fornecer medicamentos e insumos aos indivíduos necessitados, e as possíveis soluções.

Ademais, analisaremos o Estado brasileiro enquanto fomentador das políticas de custeio de medicamentos e insumos concedidos por

meio de decisões judiciais sob o prisma da análise da Lei constitucional. Além disso, discute-se o fenômeno da judicialização da saúde sob as prerrogativas no que tange a liberação de medicamentos e insumos atrelado a reserva do possível e o mínimo existencial.

METODOLOGIA

O percurso metodológico para o desenvolvimento do presente estudo se faz por meio de uma pesquisa quali-quantitativa através da coleta de dados extraídos das despesas de ordens judiciais disponíveis no Portal da Transparência de Montes Claros, atentando-se, exclusivamente, no que se refere ao primeiro semestre do ano de 2017. Além disso, tomamos como análise casos da mesma natureza julgados pelo judiciário.

A técnica de pesquisa utilizada será feita por meio de revisão bibliográfica e análise de precedentes judiciais. Para isso foi realizado o levantamento de dados referentes às despesas do Município de Montes Claros entre janeiro de 2017 a junho de 2017, contabilizando todas as despesas oriundas de decisões judiciais, compreendendo medicamentos, leites, equipamentos e outros, de modo a atender as ordens judiciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A judicialização da saúde no Brasil

Entende-se Judicialização¹ como a “transformação de qualquer coisa não resolvida, amigavelmente ou administrativamente, em processo judicial”. É o que vem ocorrendo com serviço saúde no Brasil, que tem, cada vez mais, suplantado seu espaço no ordenamento jurídico.

No que se refere ainda esse fenômeno da judicialização, Gouvêa (2003) considera que o mesmo se amolda paralelamente às usuais ações de responsabilidade civil, compreendendo as revisões de benefícios, mandados de segurança em matéria tributária e das desapropria-

ções. Recentemente se verifica a “proliferação de processos em que se objetiva compelir a Administração Pública à realização de prestações positivas, de dar e de fazer, versando os bens jurídicos que a Constituição alinha em sua Ordem Social.” (GOUVEÂ, 2003, p.23).

O fenômeno da judicialização da saúde, diante desse movimento, seria a consequência do desdobramento gradativo da ampliação do espectro de obrigações estatais suscetíveis de controle judicial, que se verificou ao longo dos últimos duzentos anos, marcando o avanço no campo do controle da constitucionalidade e da responsabilidade civil do Estado. (GOUVEÂ, 2003)

Diante disso, torna-se imperioso apontar que esses efeitos gerados na seara do serviço da saúde no Brasil vieram lastreados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que marcou significativamente o processo de democratização do país, por trazer em seu escopo jurídico-legal a afirmação da cidadania, assegurando a Saúde como direito de todos e dever do estado.

Sobre a garantia do direito à saúde, a Constituição Federal da República brasileira estabeleceu nos seguintes artigos:

Art.196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do

¹ O conceito aqui demonstrado é o definido no dicionário online. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/judicializa%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 12/09/2017.

Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - os percentuais de que trata o § 2º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006) (Vide Medida provisória nº 297, de 2006) Regulamento

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico; VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Porém, apesar da inclusão da saúde enquanto direito fundamental do cidadão, Scofield (2015) considera que após quase três décadas de sua promulgação, esse direito não veio sendo atendido, o que tem levado os indivíduos em grupos ou isoladamente a buscarem a tutela jurisdicional a fim de verem resguardadas as garantias constitucionais.

Segundo aponta Gouvêa (2003), foi ao longo dos anos de 1990 que se tornou frequente o surgimento de ações judiciais, buscando o fornecimento de remédios necessários à terapêutica da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e também de outras doenças, como a fenilcetonúria, popularmente chamada de doença do pezinho, o câncer, a doença renal crônica, a cirrose, e a esclerose lateral amiotrófica (GOUVÊA, 2003).

À luz do pensamento de Machado (2008), essa busca pela garantia de direitos tem feito com que os sujeitos recorram ao poder judiciário a fim de resguardar as prerrogativas que envolvem os serviços de saúde estabelecidos na Carta Cidadã de 1988. Para isso, o subterfúgio mais utilizado para alcançar o direito aos serviços da saúde tem sido o ajuizamento de ações, seja através do Ministério Público, Defensorias Públicas ou escritórios de advocacia particulares. Assim, tanto ações coletivas ou

individuais, assiste-se cada vez mais o aumento das demandas da saúde na justiça no contexto nacional atual.

No que se refere às ações da natureza individual, Machado (2008) aventa a ideia de que essas são propostas pleiteando, principalmente, o acesso a medicamentos, fraldas para idosos e determinados tipos de leite em pó para crianças com doenças raras, além de pedidos de medicamentos ainda não testados e até determinados tipos de xampu.

Diante dessa miríade de produtos que podem ser incorporados aos pedidos nas ações judiciais, Machado (2008) pontua ainda que há a falta de parâmetros para aferir o que seria ou não ação em Saúde. Tal inexistência tem levado o poder legislativo a formular projetos de lei para definir melhor tal conceito, o que acabaria ajudando os próprios magistrados na definição das sentenças.

De outro norte, existem ainda as ações coletivas, patrocinadas pelo Ministério Público, que representam interesses coletivos, atuando tanto como instituição provocadora da Justiça, quanto como espaço extrajudicial para resolução de conflitos. No entanto, Machado (2008) reverbera que a receptividade do Poder Judiciário tem se mostrado diversa em relação às ações demandando direitos individuais ou coletivos.

Entretanto, segundo versa o mesmo autor, as demandas individuais obtiveram melhores resultados, pois demandam um procedimento específico ou uma determinada medicação não prevista na lista do SUS ou registrada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA.

Como esclarece Azevedo (2007), a concessão de medicamentos para tratamentos de saúde tem seu início no ano de 1971 através da instituição da Central de Medicamentos, que proporcionou à população sem condições econômicas o direito de adquiri-los de forma gratuita. Concomitantemente, criou-se o primeiro órgão fiscalizador, tanto da produção quanto na distribuição dos mesmos. Cinco anos após, no ano de 1976, através da Lei nº6360, determinou-se que drogas, insumos farmacêuticos, medicamentos, cosméticos, saneamentos e outros produtos ficariam a cargo da fiscalização de uma vigilância sanitária, isso quase uma década antes da constituição federal de 1988 e a criação do SUS.

No mesmo intento de reverberar uma política fiscalizadora sobre os medicamentos, a Lei

nº 8.080/90², contendo os princípios basilares do Sistema Único de Saúde, como: universalização, equidade, participação popular, regionalização e hierarquização, descentralização e comando único, passou a também estabelecer que estivesse incluída dentre as atribuições do SUS a organização da política de medicamentos. Em seu art.6º, inciso I: a) de vigilância sanitária; b) de vigilância epidemiológica; c) de saúde do trabalhador; d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.

Souza (2002) aponta como uma das mais importantes ações no âmbito da implantação do SUS fora então à criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999³, inaugurando uma nova fase no que tange ao registro e atos de fiscalização de medicamentos e alimentos no Brasil. Além dessas demandas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária passou também a monitorar os preços de medicamentos e de produtos para a saúde; atribuições relativas à regulamentação, controle e fiscalização da produção de fumígenos; suporte técnico na concessão de patentes e controle da propaganda de produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária (SOUZA, 2000).

Nessa esteira, no que tange a aquisição do direito social à saúde à luz da Constituição Federal de 1988, o que se deve tomar a peito é que a judicialização desse mesmo direito cresceu exponencialmente, alarmando o estado e alguns outros setores da sociedade, haja vista que a sua característica sugere um desequilíbrio

² Sendo sancionada pelo então Presidente da República, Sr. Fernando Collor, e decretada pelo Congresso Nacional, foi publicada no Diário Oficial da União em 20 de setembro de 1990. Essa Lei dispõe das condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Vigorando em todo território nacional, para qualquer ação ou serviços de saúde realizado por pessoas ou empresas.

³ A autarquia foi criada no governo Fernando Henrique Cardoso pela lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999, com o objetivo de promover e proteger a saúde da população e intervir nos riscos decorrentes da produção e do uso de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária, em ação coordenada com os estados, os municípios e o Distrito Federal, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde, para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

nas contas do governo, ao passo que as alterações no orçamento podem gerar déficit financeiro aos entes federativos.

O descompasso do estado na oferta da saúde pública e a reserva do possível legal

Lopes e Frias (2014) consideram que o crescimento considerável dos casos e a dificuldade em estabelecer parâmetros para as decisões podem ter sido os principais pontos que chamaram a atenção para a judicialização da saúde no Brasil. Tais problemas seriam relacionados, em grande parte, pela desorganização do sistema de saúde, que transfere para o juiz o poder de deliberar sobre políticas públicas de saúde, ou seja, o judiciário acaba decidindo onde e para quem aplicar os investimentos, ao passo que as maiores demandas judiciais relacionadas à saúde são individuais.

Debruçando sobre o assunto, Barroso (2007) identifica que a excessiva demanda de processos vem, sobretudo, da falta de efetividade das políticas públicas de saúde, decorrente de fatores administrativos, políticos e econômicos. Logo, sendo uma obrigação, coube ao judiciário analisar a solicitação feita pelo requerente, que conforme salienta Barroso, “a mesma ocorre porque existe a norma constitucional permitindo que dela se deduza uma pretensão subjetiva ou objetiva, e ao juiz cabe o dever de conhecer a norma para assim decidir sobre a matéria” (BARROSO, 2007, p.16).

Machado (2008), baseado nos estudos de Tate e Vallinder, discute essa questão citando:

Esta interferência do Poder Judiciário na política não é um fenômeno particular ao Brasil. Tate e Vallinder identificam a interferência de mandados dos tribunais em suas políticas públicas em quase todos os países americanos nos últimos anos. Além disso, os autores ressaltam que mesmo os países-membros da União Europeia já tiveram suas políticas alteradas devido à ingerência da Corte Europeia (MACHADO, 2008, p.80).

Partindo desse prospecto, Scarlet e Figueiredo (2008) defendem a tese de que o poder judiciário deveria ter uma postura mais ativa nos que se refere às intervenções necessárias para a efetivação das disposições constitucionais, uma vez que sendo constantemente acionado, o Poder Judiciário adotou uma postura interventiva para concretização material do direito à saúde.

Para Borges e Uga (2010), a maior demanda judicial é relacionada à política de medicamentos, porém, ao passo que aumenta o número dessas ações, em sua maioria deferidas, aumenta também o orçamento público, o que tem causado preocupação aos gestores do SUS.

Fleury (2012), ao pensar em que a judicialização representa, ao mesmo tempo, uma ampliação da inclusão social e uma debilidade do legislativo, considera que ela passa a ser vista de maneira positiva, pois deixa de ser vista como ameaça e passa a ser aliada do SUS, pois sinaliza as necessidades, aponta as dificuldades e impulsiona os gestores a modificar processos, criar ou alterar políticas.

Ao mesmo tempo em que o estado “sofre” com a judicialização da saúde, nota-se que boa parcela da população tem demanda com bases nas garantias cobertas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente nas ações judiciais para o fornecimento de medicamentos (FLEURY, 2012).

Nesses termos, como mesmo já salientado, o Poder Judiciário tem sido responsabilizado a conferir aos cidadãos os direitos não prestados pelos gestores governamentais. Não obstante, cumpre, por ora, analisar alguns dos aspectos que permeiam a distribuição de medicamentos por intermédio do Poder Judiciário.

À luz do pensamento de Barroso (2007), o papel do estado Constitucional é a de interpretar as leis resguardando direitos previstos no ordenamento jurídico. Nesse sentido, se insere as políticas de fornecimento de medicamentos, uma vez que se funda em normas positivadas na Constituição de 1988.

No prospecto de Lopes e Frias (2014), a política de acesso a medicamentos no Brasil é parte das ações e serviços que integram o direito a saúde, atuando na prevenção, diagnóstico e tratamento de enfermidades. Todavia, partem da premissa de que a judicialização da política de medicamentos gera, em regra, alguns impasses, de modo que é necessário estabelecer parâmetros para definir quais os medicamentos fornecer aos que deles necessitam, e como fornecê-lo, buscando conciliar a necessidade individual com recursos financeiros escassos.

Ainda no que se referem às justificativas apresentadas pelos órgãos de gestão de saúde, no que tange ao não fornecimento de medicamentos, está a ausência do registro de alguns medicamentos pelos órgãos controladores, dentre as quais estão a ANVISA. Nesse caso, deve-se entender que tais medicamen-

tos não podem ser fornecidos ao público sem o devido reconhecimento de sua segurança e eficácia. Lopes e Frias (2014) a tese então de que a Judicialização da Saúde estaria ferindo os princípios basilares do SUS, como os da Universalidade, Equidade e Integralidade da atenção à saúde.

Diante desse impasse, como bem aduz Gouvêa (2003), o indivíduo, ao arrolar todos os Entes Federativos no polo passivo da ação com o objetivo de adquirir determinado medicamento ou procedimento, estaria desmontando a organização idealizada pela legislação, especialmente quanto à municipalização, já que geraria a obrigação solidária entre todos os Entes de fornecer medicamentos.

Dessa maneira, as decisões judiciais obrigam o estado a custear de maneira inesperada serviços de saúde sem que haja licitação, o que acaba gerando desequilíbrio orçamentário nas contas públicas, sobretudo, nas verbas destinadas ao SUS para cobrir despesas coletivas.

Nesse passo, dentro do debate que cerca a exigência do direito ao serviço de saúde pública em detrimento à capacidade econômica do estado de assegurá-la, deve-se atentar para ideia de que o princípio da “reserva do possível” galga no fato de que o cidadão só pode exigir do estado prestação nos limites da razoabilidade financeira estatal, consubstanciando-se em verdadeiro limite material à atuação do estado (FLEURY 2012).

Nesse diapasão, Silva e Vita (2014) ressaltam que no lado oposto do princípio da “reserva do possível” está a tese do “mínimo existencial”, que nada mais seria do que dever do estado em garantir o “mínimo existencial”, ou seja, que o estado assegure os direitos básicos do cidadão. Para os autores, o mínimo existencial pode ser compreendido como a parcela mínima de que cada cidadão precisa para sobreviver, de modo que o estado forneça através de prestações positivas os recursos necessários aos direitos básicos.

Discorrendo sobre o tema, Reis (2008) destaca que a afirmação e o reconhecimento de um direito não pode causar a punição a outro indivíduo, ao passo que cabe ao estado o dever de harmonizar os direitos constitucionalmente tutelados. Por outro lado, no que cabe a questão do direito à saúde, a Constituição Federal de 1988 estabelece no seu art. 6º e 196 que a mesma é direito fundamental, cabendo ao estado garantir o atendimento às necessidades básicas do cidadão.

Fronte a tal questão, nos cerca a ideia exposta por Reis (2008), de que há uma constante tensão entre os interesses sociais e as obrigações constitucionalmente postas aos entes estatais. Sobre Silva e Vita (2014) salientam que é preciso que haja harmonização quando da efetividade e aplicação dos direitos, utilizando-se, sobretudo, do princípio da proporcionalidade, de modo a evitar que apenas um dos lados seja posto como absoluto e ilimitado do que outro.

Nesse cenário, o que se pode inferir é que sem o mínimo existencial, não pode se cogitar liberdade social ou mesmo em igualdade de direitos, pois a dignidade humana se fortalece através dos direitos fundamentais. O certo é que, se por um lado, cabe ao estado assegurar os meios adequados para a satisfação das necessidades básicas, por outro, é importante que a entrega de medicamentos e outros itens determinados pela justiça não comprometa os recursos despendidos para atender as demandas coletivas.

Para isso, é preciso que haja proporcionalidade nas decisões, buscando uma justiça mais equânime e justa. Lopes e Frias (2014) apontam que não seria adequado negar a tutela jurisdicional aos indivíduos que propõem as ações individuais pela simples alegação de que indivíduos contemplados por políticas de saúde universais seriam prejudicados, assim como não seria admissível à obtenção por via judicial de todo e qualquer tipo de prestação jurisdicional.

Pensando na solução desses impasses, Barroso (2007) identificou alguns parâmetros para racionalizar e uniformizar a atuação judicial no fornecimento de medicamentos seja elas em relação às ações individuais ou coletivas.

O primeiro, no âmbito das ações individuais, prevê a atuação do judiciário concedendo somente os medicamentos previstos nas listas elaboradas pelos entes federativos. Assim, o Legislativo e Executivo ao criarem as referidas listas, identificariam as necessidades prioritárias a serem suprimidas e os recursos disponíveis, além de avalizarem os aspectos médico-científicos envolvidos nos casos específicos.

Pairando ainda sobre o argumento democrático, Barroso (2007) leciona que, uma vez que os recursos para custeio de medicamentos é obtido através de impostos pagos por todos, é o próprio povo que deve decidir através dos seus representantes quais são as prioridades que devem atendidas. A ideia seria a de que a princípio o poder judiciário não poderia interferir na distribuição de medicamentos que estejam fora

da lista, ao passo que cabe ao órgão governamental responsável estabelecer com técnica e maior precisão possível onde alocar os recursos para fornecimento de medicamentos.

O segundo parâmetro apontado por Barroso (2007) sugere que as demandas judiciais coletivas sejam capazes de pleitear a alteração das listas de medicamentos ofertados pelo SUS. Dessa forma, embora não caiba ao judiciário refazer as escolhas dos demais poderes, cabe a ele o dever de proteger o cidadão dos abusos, pois mesmo não criando a lista de medicamentos oferecidos pelo SUS, o Judiciário poderá revisar e incluir novos medicamentos a lista. Não obstante, esse parâmetro seria vinculado necessariamente às ações coletivas, posto que as profusões coletivas das ações encorpassem o exame geral do contexto de políticas públicas em saúde, pautando, sobretudo, as necessidades mais eminentes com os recursos disponíveis.

No que se refere ao parâmetro coletivo, Barroso (2007, p. 32) diz que: “é comum o juiz preocupado com os casos concretos, denominados pelo autor de “micro-justiça”, não leve em consideração os limitados recursos para atender demandas ilimitadas: a macro-justiça.

No terceiro e último parâmetro, o jurista preleciona que as decisões tomadas em ações coletivas produzem o efeito erga omnes, de modo a proporcionar um melhor planejamento para os entes governamentais.

Barroso (2007) ainda cita outros parâmetros complementares que poderiam auxiliar nas decisões do poder judiciário, tais como: determinar a inclusão só poderia assim fazer, em lista, de medicamentos de eficácia comprovada, excluindo-se os experimentais e alternativos; devendo optar por substâncias disponíveis no Brasil; da preferência pelo oferecimento de medicamento genérico, de menor custo; ou partindo da consideração de que o medicamento é indispensável para a manutenção da vida.

Sobre o caráter dessas ações arroladas no intento da garantia do acesso aos medicamentos, Lopes e Frias (2014) destacam que são multifacetadas, sendo que as diversas instituições têm buscado meios de reduzir os impactos da judicialização nas contas públicas, seja por meio de audiências públicas ou orientação aos juizes antes de proferirem a sentença.

Diante desse cenário, o Superior Tribunal Federal (STF) tem analisado se o estado tem o

dever em fornecer medicamentos de alto custo e não registrados pela ANVISA. Trata-se dos Recursos Extraordinários 566.471 e 657.718. Até a presente data, votaram os ministros Marco Aurélio de Melo, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Os votos foram apresentados nos seguintes termos:

Em sua tese proposta, o Ministro Marco Aurélio pondera que:

O reconhecimento do direito individual ao fornecimento, pelo Estado, de medicamento de alto custo, não incluído em política nacional de medicamentos ou em programa de medicamentos de dispensação em caráter excepcional, constante de rol dos aprovados, depende da demonstração da imprescindibilidade (adequação e necessidade), da impossibilidade de substituição, da incapacidade financeira do enfermo e da falta de espontaneidade dos membros da família solidária em custeá-lo, respeitadas as disposições sobre alimentos dos artigos 1.649 a 1.710 do Código Civil e assegurado o direito de regresso⁴.

Por sua vez, o Ministro Roberto Barroso considerou:

Cinco requisitos cumulativos devem ser observados: a) a incapacidade financeira de arcar com o custo correspondente; b) a demonstração de que a não incorporação do medicamento não resultou de decisão expressa dos órgãos competentes; c) a inexistência de substituto terapêutico incorporado pelo SUS; d) a comprovação de eficácia do medicamento pleiteado à luz da medicina baseada em evidências; e e) a propositura da demanda necessariamente em face da União, já que a ela cabe a decisão final sobre a incorporação ou não de medicamentos ao SUS⁵.

Por fim, em seu voto, o Ministro Edson Fachin reverberou tal pensamento, e propôs os seguintes parâmetros:

a) prévio requerimento administrativo, que pode ser suprido pela oitiva de ofício do agente público por parte do julgador; b) subscrição realizada por médico da rede pública ou justificada impossibilidade; c) indicação do medicamento por meio da Denominação Comum Brasileira ou

⁴ Brasil. Supremo Tribunal Federal. Pedido de vista adia julgamento sobre acesso a medicamentos de alto custo por via judicial. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326275>. Acesso em 25/09/2017.

⁵ Brasil. Supremo Tribunal Federal. Pedido de vista adia julgamento sobre acesso a medicamentos de alto custo por via judicial. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326275>. Acesso em 25/09/2017.

DCI - Internacional; d) justificativa da inadequação ou da inexistência de medicamento ou tratamento dispensado na rede pública; e e) laudo, formulário ou documento subscrito pelo médico responsável pela prescrição, em que se indique a necessidade do tratamento, seus efeitos, e os estudos da medicina baseada em evidências, além das vantagens para o paciente, comparando-o, se houver, com eventuais fármacos ou tratamentos fornecidos pelo SUS para a mesma moléstia⁶.

Posteriormente, houve pedido de vista do então Ministro Teori Zavascki, que acabou sendo vitimado em um acidente aéreo. Agora, com a nomeação do substituto, o Excelentíssimo Ministro Alexandre de Moraes, a expectativa é que ainda em 2017 retome-se o julgamento a fim de definir a posição final do STF sobre estes temas especialmente relevantes para a sociedade brasileira.

Enfim, deve-se entender que os resultados serão perceptíveis somente ao longo do tempo, quando surgirem novos estudos que subsidiem a justiça para a busca da melhor solução do impasse através de casos concretos.

O impacto da judicialização da saúde no município de Montes Claros-MG

Como já explicitado anteriormente, os casos de judicialização da saúde no Brasil geram onerosidade ao estado à medida que se abrem ordens judiciais invocando da administração pública a garantia do custeio de medicamentos, insumos e tratamentos contínuos.

Diante disso, a fim de atingir um dos objetivos desse estudo, o presente trabalho incide luz sobre os impactos da judicialização da saúde no Município de Montes Claros-MG⁷. Para tanto, a fim de vislumbrar os gastos do município com as demandas judiciais na saúde impetradas no ano de 2017, analisamos os dados disponíveis no

Portal da Transparência do Município⁸.

Os dados do portal sobre despesas, receitas, licitações, contratos e folha de pagamento foram extraídos diretamente do Sistema de Gestão Administrativa contratado pelo município. As demais informações foram produzidas pelos próprios órgãos/entidades correspondentes, conforme suas competências legais.

A quantidade de informações constantes no Portal da Transparência e Acesso à Informação faz com existam diversos fluxos de atualizações. Existem informações atualizadas mensalmente, como no caso da remuneração dos agentes públicos.

Em casos específicos, existem as atualizações bimestrais, quinzenais, semanais e até mesmo diárias, de acordo com a previsão da Lei de Responsabilidade Fiscal e também na busca de converter a transparência passiva (demandada pelo cidadão) para transparência ativa (disponibilizada pelo município).

As informações sobre os valores arrecadados e transferidos para o Município podem ser encontradas no item “Prestação de Contas - Receitas”, do Portal Transparência”, através do qual é possível acessar dados a partir do exercício financeiro e da categoria econômica. Outras informações sobre as receitas do Município podem ser encontradas nos relatórios periódicos disponibilizados no item “Relatórios”, do portal “Transparência”.

No que configura as despesas do município foram extraídas no item “Prestação de Contas - Despesas”, do Portal Transparência, ao qual é possível pesquisar e acompanhar as despesas do Município através do período desejado, histórico da despesa, da identificação do credor (CNPJ/CPF) e, também, pelo número do instrumento jurídico. Ao realizar essa pesquisa, o sistema de dados informa o nome do credor, o número do documento, o valor empenhado, o valor liquidado e o valor pago.

⁶ Brasil. Supremo Tribunal Federal. Pedido de vista adia julgamento sobre acesso a medicamentos de alto custo por via judicial. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326275>. Acesso em 25/09/2017

⁷ Montes Claros é um município brasileiro no norte do estado de Minas Gerais. Pertence à do Norte de Minas, localizando-se a norte da capital do estado, distando desta cerca de 422 km. Ocupa uma área de 3 582,034 km², sendo que 38,7 km² estão em perímetro urbano e os 3 543,334 km² restantes constituem a zona rural. Em julho de 2016 sua população foi estimada pelo IBGE em 398 288 habitantes.

⁸ A prefeitura de Montes Claros, em cumprimento a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, editada na esfera federal, conhecida como a Lei de Acesso à Informação, que vigora desde o dia 16 de maio de 2012, vem tomando as providências necessárias para se adequar as exigências da referida lei. Nesse sentido, foi disponibilizado pela prefeitura do Município um portal eletrônico com informações sobre o Orçamento, Receitas, Despesas, Processos Licitatórios, Recursos Humanos e Legislação Federal. Portal da Transparência. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/sitetransparencia/>. Acesso em: 22/09/2017.

Além disso, apesar de não podermos afirmar com exatidão a relação de gastos do município com demandas judiciais, a pesquisa nos ofertará uma estimativa da demanda oriunda das decisões judiciais e quando o município tem gasto com essas decisões.

Com relação então às despesas orçamentárias previstas para o ano de 2017, os dados fornecidos pelo portal da transparência estimam as receitas e fixa as despesas totais do município de Montes Claros para o ano de 2017. Tais estimativas são elaboradas seguindo a Lei de Orçamento Anual (LOA), que detalha a aplicação dos recursos do município em obras e ações para o exercício seguinte. Elaborada com base nas diretrizes anteriormente apontadas pelo Plano Plurianual (PPA)⁹ e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)¹⁰, ambos definidos pelo executivo, a partir de discussões. Antes de virar lei, a proposta orçamentária é analisada pelos vereadores que podem apresentar emendas ao projeto, de acordo com critérios estabelecidos pela LDO.

Nessa esteira, estima-se que o Município de Montes Claros terá para o orçamento de 2017 a despesa fixa de 1.135.000.000,00. Para a saúde, está prevista uma despesa de R\$ 424.652.000,00, seguidas das seguintes despesas: R\$ 18.719.000,00 destinados aos gastos com o poder legislativo; R\$ 1.710.000,00 com atividades judiciárias; R\$ 104.364.500,00 com gastos da administração; R\$ 29.116.000,00 para a assistência social; R\$ 207.045.000,00 destinados a Educação;

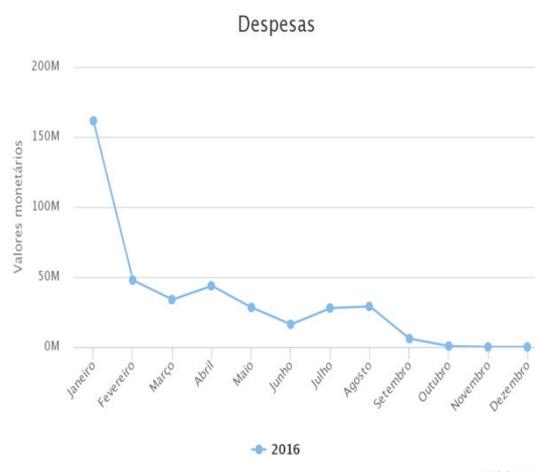
R\$ 5.920.000,00 para a cultura; R\$ 2.450.000,00 para direitos e cidadania; R\$ 177.680.000,00 para urbanismo; R\$ 18.865.000,00 para projetos de habitação; R\$ 11.800.000,00 para despesas com saneamento; R\$ 6.755.000,00 com gestão ambiental; R\$ 14.760.000,00 destinados à agricultura; R\$ 27.940.000,00 para o desporto e lazer; R\$ 29.115.000,00 para encargos especiais; R\$ 500.000,00 para reserva e contingência; R\$ 53.608.500,00 destinados ao Instituto Municipal de Previdência dos servidores Públicos de Montes Claros (PREVMOC), sendo desses, R\$ 3.915.000,00 gastos com a administração; R\$ 44.467.865,00 para a previdência social e por fim R\$ 5.225.000,00 destinados à reserva de contingência.

Cotejando os dados apresentados, podemos verificar que as maiores despesas apresentadas foram com saúde com R\$ 424.652.000,00; educação com R\$ 207.045.000,00; e finalizando o montante de despesas para o ano de 2017, a terceira atividade com maior despesa para o Município de Montes Claros foi a administração, que compreende pessoal e insumos.

Nesse sentido, somente com a saúde, o município de Montes Claros destinará quase a metade dos recursos para o ano 2017, ou seja, em percentuais, as despesas com saúde representaram cerca de 37% do orçamento anual.

O portal ainda oferece algumas informações sobre as despesas em Montes Claros de Janeiro a Setembro de 2017, porém tais informações são imprecisas, uma vez que mostram dados incompletos ou incorretos, como é o caso da tabela abaixo, que apesar da descrição referente ao ano de 2016, apresenta dados do primeiro semestre de 2017.

Gráfico 01 - Despesas do município de Montes Claros em 2017



Fonte: Portal da Transparência da prefeitura municipal de Montes Claros-MG.

⁹ O Plano Plurianual Municipal faz parte dos instrumentos de planejamento de um governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Realizado a cada quatro anos, o Plano contém metas a serem atingidas por determinada gestão de governo – incluindo projetos, atividades, financiamentos, incentivos fiscais, normas, entre outros. O PPA tem uma visão a médio prazo do planejamento público, visando a solução de um problema e gerando ações para combatê-lo, atendendo, assim, à demanda da sociedade.

¹⁰ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO recebeu novas atribuições e tornou-se um instrumento fundamental no processo de planejamento fiscal. A LDO é elaborada anualmente pelo Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo que, após a aprovação, a devolve ao Executivo para sanção.

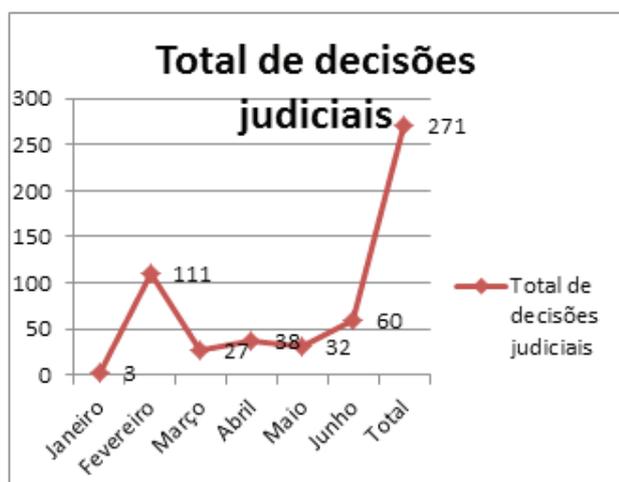
Através da análise do gráfico, verifica-se que as maiores despesas foram apontadas no mês de janeiro, apresentando valores que chegam a R\$ 161.388.252,15, seguidos pelos meses de fevereiro com R\$ 47.576.387,05 e o de abril, com R\$43.579.252,01. O mês que apresenta a menor despesa entre todos os dispostos fora nesse caso o de junho, com aproximadamente R\$ 16.073.835,91.

Diante disso, analisamos a partir de então o impacto da judicialização da saúde em Montes Claros. Para isso, investigamos os dados extraídos do portal da transparência de Montes Claros relativos ao pagamento de medicamentos e insumos obtidos por meio de ordem judicial ou por requisição do Ministério Público. O período analisado é compreendido entre janeiro a junho de 2017.

No que cabe a judicialização da saúde em Montes Claros entre janeiro e junho de 2017, o levantamento de dados referentes às despesas do Município de Montes Claros, analisa todas as despesas oriundas de decisões judiciais, compreendendo os medicamentos, leites, equipamentos e outros, de modo a atender as ordens judiciais.

Nesse sentido, através do gráfico que segue abaixo revela-se a quantidade de decisões judiciais que obriga o poder público a custear medicamentos e insumos.

Gráfico 02 - Total de decisões judiciais para pagamento de medicamentos e insumos

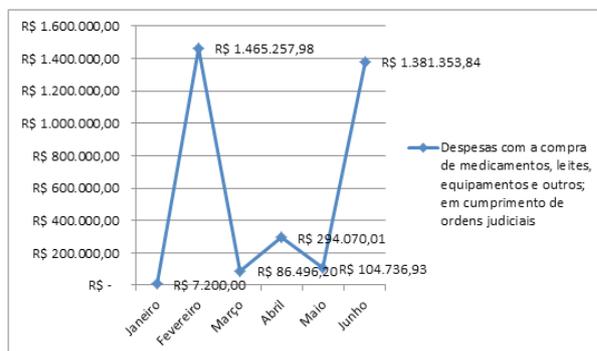


Fonte: Portal da Transparência da prefeitura municipal de Montes Claros-MG.

O gráfico 2 mostra que o município de Montes Claros teve 271 decisões judiciais impondo o poder público o ônus de arcar com as despesas provenientes de medicamentos, fraldas, leites e insumos em geral.

Ainda, a análise dos dados nos permitiu concluir que as decisões judiciais elevaram em grande quantidade as despesas do município, principalmente para os meses de fevereiro e junho de 2017.

Gráfico 03 - Despesas com compra de medicamentos, leites e outros; em cumprimento de ordens judiciais de janeiro a junho de 2017.



Fonte: Portal da Transparência da prefeitura municipal de Montes Claros-MG.

Considerando todo o semestre, o custo efetivo da judicialização da saúde representou para os cofres públicos do município de Montes Claros, o considerável valor R\$3.339.114,96. Somando-se os custos das demandas judiciais em saúde e dividindo pelos meses analisados, consideramos que ordens judiciais impactaram o orçamento público em cerca de R\$ 556.519,16 ao mês.

Os estudos mostraram que esse custeio obedecia a decisões judiciais para a compra de medicamentos (de alto custo ou não), leites, suplementos alimentares, cereais, além de fraldas geriátricas e infantis. Neste valor ainda inclui o pagamento de tratamentos e procedimentos médicos e ainda, insumos e equipamentos médico-hospitalares, todos decididos pela justiça.

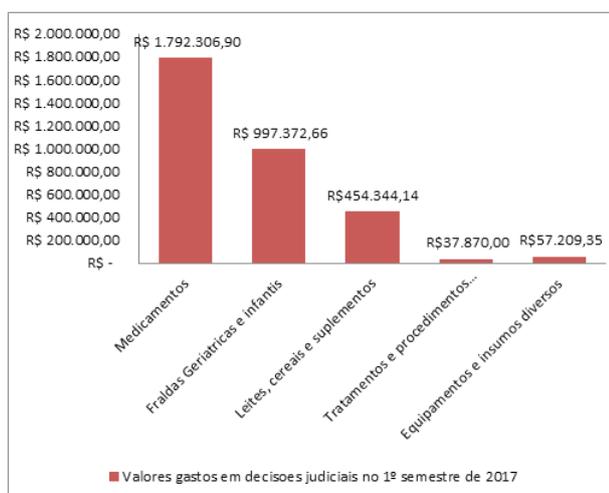
Ainda perlustrando o gráfico, compreendemos que as despesas do município de Montes Claros aumentaram consideravelmente ao longo do semestre. Os meses de janeiro a junho apresentaram as seguintes despesas. O mês de Janeiro teve despesas de R\$7.200,00, seguido de Fevereiro com aproximadamente R\$ 1.465.257,98, Março com R\$ 86.496,20, Abril apresentando o valor de R\$ 294.070,01, Maio R\$ 104.736,93, finalizando com o mês de junho, que teve seu orçamento aumentado em R\$ 1.381.353,84.

Conforme se infere do gráfico 04, as despesas aumentaram substancialmente de janeiro para fevereiro. Após, temos um período de queda acentuada mantendo-se quase estável entre os meses de março, abril, maio, quando se eleva novamente no mês de junho.

Os dados nos permitem seccionar os valores gastos por ordem judicial no primeiro semestre de 2017, dividindo-os por item comprado a saber: medicamentos (R\$ 1.792.306,90); fraldas (R\$ 997.372,66), leites, cereais e suplementos (R\$ 454.344,14), tratamentos e procedimentos (R\$ 37.870,00); equipamentos e insumos (R\$ 57.209,35).

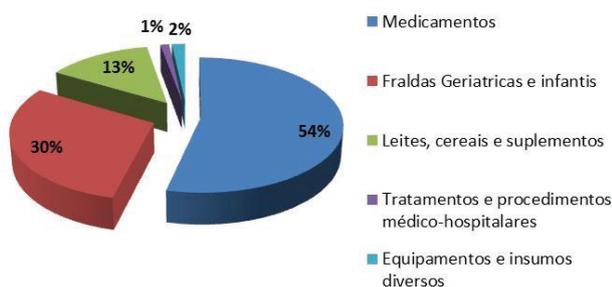
Tais discriminações de gastos resultam em um total de R\$ 3.339.114,96 em seis meses, resultando em um gasto mensal de R\$ 556.519,16 ao mês.

Gráfico 04 - Valores gastos em decisões judiciais no 1º semestre de 2017



Fonte: Portal da Transparência da prefeitura municipal de Montes Claros-MG.

Gráfico 05 - Valores gastos em decisões judiciais no 1º semestre de 2017 em porcentagens



Fonte: Portal da Transparência da prefeitura municipal de Montes Claros-MG.

Essas perspectivas de gastos mostram, de forma relativa, o volume orçamentário que o município precisa despender para atender somente às decisões judiciais. Além disso, em meio a essas despesas “extraordinárias”, é preciso ter presente a ideia da continuidade das despesas orçamentárias relativas aos gastos ordinários com a saúde, com a manutenção de postos de

saúde, pronto-socorro e profissionais, com remédios distribuídos e com tratamentos, entre outros gastos com procedimentos de saúde.

Assim, verifica-se a aguda problemática encarada pela administração municipal em relação ao orçamento disponível, à exigência da demanda judicial e aos demais gastos ordinários de saúde.

Pelo apresentado, o déficit orçamentário da Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG é o equivalente aos valores das demandas judiciais, ou seja, a demanda orçamentária, no ano de 2017, excedeu somente no primeiro semestre o valor de R\$3.339.114,96 devido às decisões judiciais. Isso pode onerar os cofres públicos de tal maneira que não consiga atender as demandas da saúde pública do município, uma vez que a retirada de maneira inesperada de despesas poderá gerar déficit orçamentário, sobretudo nas localidades mais pobres, como é a do Norte de Minas Gerais.

Dessa maneira, é preciso que os gestores da saúde pública programem suas políticas públicas para que toda a população possa ser atendida de maneira mais justa e equânime, colocando as ações judiciais como a última “Ratio”¹¹. Por outro lado, cabe ao judiciário analisar com cautela as demandas judiciais, para que o estado possa arcar com todo e qualquer tipo de despesas oriundas de processos judiciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cabo da pesquisa, entendeu-se que dentro das políticas implementadas pelo Sistema Único de Saúde existe um discurso divulgado pelos gestores, ressaltando aspectos aparentemente agregadores. Porém, o que se observa na realidade é um sistema real marcado por inoperâncias, falta de investimentos e problemas de administração que precisam ser solucionada, de maneira profunda e planejada.

O acesso à saúde no Brasil se deu dentro de um processo de pressões sociais e políticas

¹¹ *Ultima ratio* significa “última razão” ou “último recurso”. É uma expressão com origem no Latim e frequentemente empregada no Direito. A expressão também aparece em “*ultima ratio regum*” cujo significado é “última razão dos reis”. Foi utilizada em circunstâncias de ataques inimigos em que só se utilizaria os canhões em último caso. Ou seja, somente se as conversas na tentativa de convencer o inimigo a travar os ataques não fossem eficazes.

até que fosse arquitetado um serviço de cunho público capaz de universalizar, de forma abrangente e democratizante, o acesso da maioria da população brasileira à saúde. E, apesar dos avanços sociais advindos com a constituição de 1988, abarcando a questão da saúde como direito social, fundando assim o SUS, existem problemas administrativos que acabam gerando impasses na própria concretização do direito a saúde a todos os cidadãos.

Assim, no que se refere à política de fornecimento e distribuição de medicamentos no Brasil, entendeu-se que nem sempre o que está positivado na lei recairá sobre a superfície dos anseios da sociedade. Logo, em muitos casos, o acesso da população aos medicamentos e materiais para a manutenção da saúde não ocorre como previsto em lei, inserindo, por conseguinte a saúde ao tema da judicialização.

Diante dessa obrigação do estado em fornecer medicamentos e insumos de forma gratuita, verificou-se que a saúde no Brasil acabou sendo integrada por um processo exponencial de judicialização. Nesse sentido, estado e alguns outros setores da sociedade se alarmaram à medida que se instala um desequilíbrio nas contas do governo com as alterações no orçamento e que gera o déficit financeiro aos entes federativos. Logo, o que se torna patente é que o Poder Judiciário tem sido responsabilizado a conferir aos cidadãos os direitos não prestados pelos gestores governamentais.

Assim, por tudo quanto analisado, aproximando com o contexto maior, nacional, o estudo apontou o quanto a judicialização da saúde vem impactando o orçamento do município de Montes Claros, uma vez que são impostas ao poder público o dever de arcar com despesas de compra de medicamentos e insumos diversos por meio de decisões judiciais. Os gráficos apontaram que o município de Montes Claros teve 271 decisões judiciais, que representaram para os cofres públicos do município de Montes Claros o considerável valor de R\$3.339.114,96.

Enfim, de forma geral, chegou-se a conclusão de que a gestão da saúde exige um planejamento que deve ser melhor organizado e executado, para que a população possa ser melhor atendida e que o orçamento municipal não seja onerado de maneira que venha impactar o planejamento das políticas públicas articuladas pelo Poder Executivo local para atendimento da população, transferindo para o judiciário a função de, indiretamente, interferir e alterar a programação das ações voltadas para a saúde

local. Isso será possível somente quando o poder público, a sociedade civil e poder judiciário chegar a um consenso na implementação das políticas públicas de saúde.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. C. de. **VI Conferencia Nacional de Saúde**. Tema IV – Políticas Nacional de Saúde – Min. da Saúde, Fundação Visconde de Cabo Frio – Departamento de Congressos. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0217cns_tema4.pdf>. Acesso em: 28 /07/17.

BARROSO, L.R. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito a saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial**. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.conjur.com.br/dl/estudo-barroso.pdf>. Acesso em 10/09/2017.

BORGES, D. C. L; UGA, M. A. D. **Conflitos e impasses da Judicialização na obtenção de medicamentos: Decisões de 1ª Instância nas ações individuais contra o Estado do Rio de Janeiro, Brasil, em 2005**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v26n1/07.pdf>: Acesso em: 10/09/2017.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Capítulo da Ordem Social. 1988. Brasil. Lei Orgânica da Saúde. Brasília, 1990 – lei 8080 e 8142.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, DF, 1986. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção II, p. 33-34.

BRASIL. **Lei n. 8.142, de 28 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1990b. Seção 1, p. 25694-25695.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. O sistema público de saúde brasileiro. Seminário internacional: tendências e desafios do sistema de Saúde das Américas. São Paulo – Brasil, Agosto de 2002.

FALSARELLA, C. **Reserva do Possível como Aquilo que é Razoável se exigir do Estado.** Disponível em: https://www.apesp.org.br/comunicados/images/tese_chistiane_minaout2012.pdf. Acesso em: 14/09/2017.

FLEURY, S. **Judicialização pode salvar o SUS**, Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.36, n. 93, p.160, abr./jun. 2012.

FRIAS, L.; LOPES, N. **A política pública de medicamentos e sua Judicialização.** Cadernos de estudos interdisciplinares v.1, n.1(2014) 27-41. Disponível em: <https://publicações.unifalmg.edu.br/revistas>. Acesso em 12/09/2017.

GOUVÊA, M. M. **O direito ao fornecimento estatal de medicamentos.** Porto Alegre: Ministério Público/RS, s.d. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15709-15710-1-PB.pdf> Acesso em 16/09/2017.

MACHADO, F. R. de S. **Contribuições ao debate da judicialização da saúde no Brasil.** Revista de direito sanitário, v.9, n.2, jul./outubro.2008. Disponível em: <http://periodicos.usp.br/rdisan/article/viewfile/13118/14921> Acesso em: 05/08/2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde.** Descentralização das ações e serviços de saúde: a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei; Brasília, 1993.

Organização Mundial da Saúde. (1978). **Declaração de Alma-ata.** Acessado de <http://www.who.int>.

Organização Mundial da Saúde. (2006). **As Doenças Não Transmissíveis (DNT).** Acessado de <http://www.who.int>.

SCARLET, I. W.; FIGUEIREDO, M F. **Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas aproximações.** Revista da Defensoria Pública, São Paulo, n.1, p.194, jul./dez. 2008.

SCOFIELD, A.S. **Judicialização da saúde: a responsabilidade solidária entre os entes federados para garantia do direito à saúde,** revista científica UNESC v.13, n.16, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/dyhegov/Downloads/98-1553-2-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/dyhegov/Downloads/98-1553-2-PB%20(4).pdf). Acesso em 22/09/2017.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: princípios e conquistas. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2000. Disponível: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf acessado em: 12/7/2017.

SOUZA, R. R. **O sistema público de saúde brasileiro.** Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

LOCAL HISTORY HISTORY TEACHING

Sandro Miranda Luz¹; Carlos César Pereira Almeida Filho²

¹Licenciado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

²Mestre em História Social pelo PPGH/Unimontes.

RESUMO

Em tempos globalizados, em que a cultura a cada dia tem se tornado plural, a valorização do que é local se torna uma forma de resgatar a própria identidade dos indivíduos. Diante da possibilidade de se trabalhar com a abordagem da História Local em sala de aula, surgem as seguintes problemáticas que norteiam esse trabalho: A partir de quando a história local se tornou evidente na realidade acadêmica brasileira? Quais são as possibilidades de se trabalhar a abordagem da história local em sala de aula através da disciplina de história? Como esse tipo de abordagem influencia na construção da identidade do aluno? Diante de tais questionamentos, objetivo geral da pesquisa se faz em discutir as possibilidades de abordagens para se trabalhar História Local na escola. Além disso, busca-se também compreender o próprio processo das mudanças de abordagem da ciência histórica ao longo do tempo como ciência autônoma até se tornar disciplina escolar e analisar a importância da História Local na formação escolar do indivíduo no fortalecimento da cultura regional e da identidade e quais as propostas de atividades que podem ser utilizadas em sala de aula para isso na disciplina de história. A metodologia utilizada para a elaboração da presente pesquisa de cunho qualitativo se faz por meio de uma revisão bibliográfica.

Palavras-Chaves: História Local; Identidade; Ensino de História.

ABSTRACT

In globalized times, where culture has become more and more plural, the valorization of what is local becomes a way of rescuing the identity of individuals. Faced with the possibility of working with Local History in the classroom, the following problems arise that guide this work: Since when has local history become evident in the Brazilian academic reality? What are the possibilities of working the approach of local history in the classroom through the discipline of history? How does this type of approach influence the construction of student identity? Faced with such questions, the general objective of the research is to discuss the possibilities of approaches to work Local History in the school. In addition, it is also sought to understand the process itself of the changes of approach of historical science over time as an autonomous science to become school discipline and analyze the importance of Local History in the school's formation of the individual in the strengthening of regional culture and identity and what activity proposals can be used in the classroom for this in the history discipline. The methodology used for the elaboration of this qualitative research is done through a bibliographical review.

Keywords: Local History; Identity; Teaching History.

INTRODUÇÃO

Para Stuart Hall (1995), identidade é o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares, e, por outro

lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar.

Nesse sentido, a educação tem papel fundamental na formação da identidade do sujeito, haja vista que a educação prioriza a formação de educandos conscientes e comprometidos com a realidade histórica em que está inserida.

Logo, pode-se afirmar então que:

O ensino e aprendizagem de História possibilita a compreensão nos sentidos social, cultural, econômico, local e de tempo, quando em contato com obras humanas (REVISTA BRASIL ESCOLA, 2013 *apud* BRASIL/MEC/SEF, p. 49).

Partindo desse pressuposto, Joana Neves (1997, p.23), considera que: “[...] a construção do conhecimento a partir da vivência, portanto, do local e do presente, é a melhor forma de superar a falsa dicotomia entre a produção e a transmissão, entre pesquisa e o ensino/divulgação, enfim, entre o saber e o fazer”.

Nesse sentido, quando se estuda a história de uma região, torna-se possível compreender o processo de desenvolvimento, trazendo à tona soluções para os problemas cotidianos encontrados pela sociedade local contribuimos para a história nacional.

Esse tipo de abordagem histórica, a História Local, desperta a memória de uma sociedade resgatada por meio dos monumentos, histórias de seus moradores, e pelos próprios acontecimentos locais. Para Circe Bittencourt (2004), “a memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores quanto para o ensino”¹². Assim, o ensino de História Local pode produzir a inclusão do aluno na comunidade da qual faz parte, criando historicidade e se identificando como pertencente a este local, permitir uma interação com a história local é fazer com que ele identifique suas origens e a importância da sua região em relação à história nacional e global.

De acordo com Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009), de modo geral, as obras sobre história local retomam a história de pequenas localidades e essas são escritas por diferentes segmentos sociais, nem sempre historiadores, assim ocorrem certo descaso dos conteúdos de história local. A partir dessa perspectiva, as autoras afirmam que: “Houve uma valorização, por parte dos historiadores, o estudo da história local refletindo nos parâmetros curriculares nacionais, nos quais enfatizam ati-

vidades relacionadas com o estudo do meio e da localidade”.

Nessa perspectiva torna-se importante observar o fato de uma realidade local poder estar ligada culturalmente, politicamente e economicamente a outras localidades. Como fazer esta ligação a outros lugares, outros países talvez, ou processos históricos mais extensos? Torna-se possível resolver tal questionamento através do desenvolvimento do trabalho de valorização não do que é genérico, mas do que é próprio de cada local, possibilitando emergir os diferentes sujeitos com suas experiências, seus valores, crenças, cultura. Estabelecer continuidades e diferenças evidenciando mudanças, conflitos e permanências, e caso do ambiente escolar, criar no aluno atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano, refletindo acerca da realidade local.

Diante das possibilidades de se trabalhar com a História Local, surgem as seguintes problemáticas que fundamentam a presente pesquisa: A partir de quando a história local se tornou evidente na realidade acadêmica brasileira? Quais as possibilidades de se trabalhar a abordagem da história local em sala de aula? E como esse tipo de abordagem influencia na construção da identidade do aluno?

Dessa maneira, para elucidar esses questionamentos, o presente trabalho tem como objetivo geral discutir as possibilidades de abordagens para se trabalhar História Local no espaço escolar. Além disso, busca-se também compreender o processo da história ao longo do tempo e suas transformações como ciência autônoma até se tornar disciplina escolar, como também, analisar a importância da História Local na formação escolar do indivíduo para o fortalecimento da cultura regional e da identidade, apontando quais as possíveis propostas de atividades que podem ser utilizadas para isso no ensino de história.

Justifica-se que o interesse pela história local parte do entendimento que o local na condição de objeto de estudo e de ensino para a formação do sujeito histórico, oferece novas possibilidades de análise, quando confrontando com escalas espaciais mais amplas, como regional nacional e mundial. Assim, considera-se importante debater se essa abordagem histórica vem sendo incorporada ao processo ensino-aprendizagem e como se desenvolvendo, tendo conhecimento das barreiras e limitações que muitas vezes levam o trabalho do docente a pautar-se no senso comum. Além disso, sua im-

¹² Na perspectiva de Jacques Le Goff (1994, p.477), a memória é onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens.

portância se encontra na sua capacidade de trazer à luz reflexões sobre a condição dos alunos entenderem sua própria vida enquanto parte da história, criando em si um cidadão crítico e capaz de modificar o meio em que está inserido através de seu reconhecimento com a própria realidade local.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração da presente pesquisa de cunho qualitativo se faz por meio de uma revisão bibliográfica retomando autores que discutem sobre teoria da História, como José Carlos Reis e Marc Bloch, e autores que discutem sobre história local e ensino de história, como Thaís Nívia de Fonseca e Elison Pain.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um olhar pela história: uma breve análise histórica

Segundo José Carlos Reis, em *História e Teoria* (2006), desde a antiguidade, mais precisamente na Grécia Antiga, entre os anos 1.100 a 146 a.C., a História começou a fazer parte do pensamento do homem, época essa que não existia ainda historiadores oficiais. Todavia, a questão de conhecer o passado já era vista como necessário na construção no modo de vida na Grécia e em seguida, Roma.

Nesses termos, pode-se afirmar que foi na Grécia onde se iniciou o tratamento de história como objeto de pesquisa, fazendo a apartação do que remetiam aos fatos dos que eram tomados como lendas. Heródoto de Halicarnasso (484-425 a.C.), conhecido como o “pai da história”, relatou guerras e se preocupou em conhecer diversos povos, como exemplo: Egito, Península Itálica e Ásia Menor. Assim, durante séculos, a história foi sendo consolidada como importante ferramenta para compreender e constituir sociedades ocidentais. A escrita e o entendimento da história, nesse mesmo período, se adaptaram de acordo com o tempo e eventos históricos. Logo, o homem foi apresentado no centro das narrativas por meio de heróis com intuito de aprender com o passado.

Na Idade Média, por outro lado, a história ganhou outra configuração enquanto campo de pensamento. Segundo Reis (2006), esse período

foi marcado por realidade em que o monopólio do poder se concentrava sob as ordens da Igreja Católica, onde “Deus” era a fonte de explicação do cotidiano, dos fenômenos físicos, racionais e sociais, considerados o fundamento de toda a ordem no mundo. Acreditando numa única verdade, Deus, o centro do universo, a Igreja controlava a vida da população em todos os âmbitos político ou moral, e quem criticasse ou fosse contra a igreja era denominado de “filho herege do diabo” sendo perseguidos, punidos e castigados. O impacto maior do Teocentrismo foi a oposição as ideias científicas e empiristas.

No entanto, March Bloch (2001) considera que foi a partir da expansão marítima no século XV, das quais a economia, política e a cultura sofreram grandes alterações de acordo com o contato de vários povos, que iniciou a era moderna e com ela uma nova concepção de mundo, conseqüentemente da história e sua escrita. A “razão” e o “homem” se estabeleceram em princípios fundamentais para a explicação do mundo fundada no pensamento iluminista, no qual o antropocentrismo passou a ser o ponto central para compreender o mundo da razão e da modernidade¹³.

No entanto, a História enquanto ciência autônoma, com campo metodológico e teórico específico, aparte do grande campo das ciências sociais, somente se consolidou no século XIX com o consenso entre historiadores. Nesse ínterim, os profissionais do campo da história estruturaram-se a partir das ideias liberais pós Revolução Francesa, onde os princípios de liberalismo e nacionalismo se fundamentam para própria formação e maturidade da história como ciência (JESUS; REIS, 2013).

Segundo José Carlos Reis (2006), a partir desse período, o método histórico tornou-se guia e modelo das outras ciências humanas e logo os historiadores adquiram prestígio intelectual e social, pois passaram finalmente a estruturar o conhecimento sobre bases empíricas positivistas, como mesmo teria colocado Leopold von Ranke. A partir dessa investida, deu-se o nasci-

¹³ Segundo o autor todas essas mudanças não ocorreram por mero acaso no campo da história enquanto ciência. Os próprios movimentos intelectuais e sociais que eclodiram nesse processo, como por exemplo, o Renascimento, o Humanismo, a Reforma e a Contra Reforma, o Iluminismo, a Revolução Industrial entre outros, acabaram por transformar o modo de pensar e agir do homem.

mento de uma nova consciência histórica: a que enfatiza as “diferenças humanas no tempo”, pautada no conhecimento das diferenças humanas, em que a história científica deu ênfase ao evento sob a perspectiva do irrepitível, singular, individual, com seu valor intrínseco e único.

Porém, a História como disciplina já havia assim se dado a partir do século XVIII, como mesmo aponta Thaís Nívia de Lima Fonseca (2004), enquanto objeto de estudo na escola, é quase correspondente ao início da Idade Contemporânea, sendo que somente a partir desse período foi que a História começou a adquirir contornos mais preciso, como saber objetivamente elaborado e teoricamente fundamentado.

Katia Maria Abud (2005), no que se refere à história enquanto disciplina no Brasil, aponta que a mesma surgiu logo após quando se formou na Europa, tendo sua origem juntamente com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Fundação que ocorreu de forma quase concomitante com a do Colégio D. Pedro II, no final da década de 1830, no Rio de Janeiro, através da iniciativa de alguns intelectuais que buscavam criar uma identidade nacional.

Na concepção de Francisco Iglesias (2000), no início, o Instituto apresentou uma linha nativista. No entanto, foram os pragmatismos da história e o gosto pela pesquisa pretendendo fazer uma história que tenha função pedagógica orientadora dos povos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados. É o velho conceito da história como mestra da vida que se cultua. Daí certa insistência em biografias de vultos como exemplares¹⁴.

Katia Maria Abud (2005), todavia, ressalta que durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, no Estado Novo, que houve o entendimento sobre a necessidade de se formar o um novo cidadão e, daí em diante, buscou-se empenhar no regulamento do ensino de História e de Geografia a forma ideal para trabalhar o indivíduo a partir de valores nacionalistas. Segundo Nunes (op. cit., p. 106), após a reforma

no ensino secundário, marcada por aspectos positivos da Reforma Capanema em relação à Reforma Francisco Campos, “a diminuição do ginásio para quatro anos, é que houve o maior interesse dado ao ensino da História e da Geografia do Brasil e da América.” Somente a partir de 1961, com o advento da “americanização”, e que teria ocorrido o tecnicismo na Educação e as matérias de Humanas incorreram no risco de perderem espaço na grade curricular.

Durante o regime militar, entre os anos de 1964 a 1985, Kátia Maria Abud, em seu livro: *A História e o ensino temático a educação*, considera que a educação tinha como finalidade formar um aluno que se ajustasse à realidade e não que a transformasse, tendo como prática tão somente a expansão sem qualificação. Houve neste período a exclusão das aulas de Sociologia e Filosofia do currículo básico, no entanto na área humanas História e Geografia, houve alterações importantes.

Maria Aparecida Quadros Borges (2004), porém, descreve que houve uma reformulação do ensino de História no início da década de 1980, que passou a ser engrandecido pelo próprio avanço dos programas de pós-graduação e, também, pelo surgimento da atual Associação Nacional de História (ANPUH) e da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Nesse mesmo ínterim, porém, ocorreu uma busca maior pela produção de uma História Local pelos historiadores de forma geral.

Segundo Oliveira (2003), esse movimento historiográfico da década de 1980 foi resultado das influências postas pela escola dos *Annales* ainda nos anos 20, que ao inaugurar a chamada Nova História, com a renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes, passou a atribuir maior atenção às questões regionais, constituindo novas possibilidades de investigação e de interpretação histórica em busca do específico, do próprio e do particular de determinadas localidades.

A História Local, na concepção de Pierre Goubert (1972), é aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média, um grande ponto ou uma capital estão além do âmbito local, ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum. Para Horn e Germani (2010), a história local pode ser compreendida como aquela que se faz mediante os estudos sobre os pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas.

¹⁴ Na passagem do século XIX ao século XX, o país é abalado por questões políticas que impõem reformas: religiosas, a eleitoral, a militar, a abolição da escravatura e inclusive alterando o regime, com a instalação da República, alterando o pensamento historiográfico brasileiro. O século XX inicia com a Revolta das vacinas em 1904, com a Revolta da Chibata em 1910 e em 1930 vem o Golpe que leva Getúlio Vargas ao poder.

No entanto, segundo Goubert (1972), a abordagem que cerca a História Local nem sempre foi valorizada, sendo que se deu mais importância à história “geral” que era vista e concebida pelos historiadores profissionais. Essa história generalista era política, militar, diplomática, administrativa e eclesiástica. Pois, por exemplo, estudar o estado envolvia o estudo dos estadistas; já sobre guerra possibilitava o estudo das proezas militares dos generais e o estudo da história administrativa, escrita a partir de registros burocráticos, era entendida como sendo o estudo da história de todo um povo.

Nesse caso, se a História Local que antes era tratada com zelo e orgulho, como cita autor Goubert (1972), foi sendo desprezada e sobreposta pela história geral, por seus partidários, e somente a partir da metade do século XX é que a história feita sobre a perspectiva do local ressuruiu. Esse novo ímpeto dado à História Local foi realizado por historiadores como Sebastien Vauban, Messance, Alexis de Tocqueville e Montesquieu e Voltaire.

A história local como proposta de ensino em sala de aula

Mas no que se refere à temática da história local, dão início as questões, como: Para que serve ensinar História Local? Quais as possibilidades de trabalhar a História Local no ensino escolar?

Paim e Picolli (2007) respondem tais questionamentos afirmando que o ensino da história local aborda as questões relativas às especificidades de cada localidade, sendo de grande importância. Pois essa abordagem pode, de diferentes formas, apresentar aos alunos uma história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem empiricamente e, assim, relacionar os acontecimentos locais com os acontecimentos globais.

Nesse sentido, segundo Paim e Picolli (2007), a abordagem que propõe uma História Local torna possível compreender que a realidade histórica de uma dada localidade não está isolada do mundo, mas é parte do processo histórico. Nesses termos, aproximar-se das questões locais é fundamental para compreender as relações existentes entre a região e o restante do mundo. Assim, essa compreensão ajuda a analisar historicamente os acontecimentos, pois proporciona uma visão crítica sobre os fatos, contribuindo desta forma para uma mudança de

atitude com relação à vida.

Não obstante, com relação à abordagem da história local realizada pelo professor do ensino primário e secundário, na acepção de Ossana (1994), enquanto elemento constitutivo da “transposição didática” do saber histórico em saber histórico escolar pode ser vista como uma estratégia de ensino. Para o autor, História Local abordada em sala de aula pode garantir controles epistemológicos do conhecimento histórico a partir de recortes selecionados e integrados em conjunto com o conhecimento. Entre as possibilidades de se trabalhar com essa abordagem está a de produzir a inserção do aluno na comunidade da qual ele faz parte, criando sua própria historicidade e identificação através de propostas de atividades e atitudes investigativas, criadas a partir de realidades cotidianas, facilitando a inserção em atividades que possibilitem trabalhar com diferentes níveis de análise econômica, política, social e cultural.

Nesses termos, Ossana (1994) sustenta a tese de que o trabalho com a História Local no ensino escolar pode ser um instrumento idôneo para a construção de uma História mais plural, menos homogênea, que não silencie as especificidades.

Na verdade, essas propostas já se encontram expressamente nos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia, que apresentam a História Local como eixo para seleção de conteúdos e métodos de ensino-aprendizagem ao destacarem que:

Ao ingressarem na escola, as crianças passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, também, com outro grupo social - estudantes, educadores e outros profissionais -, caracterizados pela diversidade, e, ao mesmo tempo, por relações entre iguais. A própria classe possui um histórico no qual o aluno terá participação ativa. Sendo um ambiente que abarca uma dada complexidade, os estudos históricos aprofundam, inicialmente, temas que dão conta de distinguir as relações sociais e econômicas submersas nessas relações escolares, ampliando-as para dimensões coletivas, que abarcam as relações estabelecidas na sua localidade. Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço (BRASIL, 1997, p. 35).

Sobre esse entendimento dos PCN com relação ao uso da História Local no ensino escolar, Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo, em sua obra *História Local, historiografia e ensino* (2010), aponta que sua abordagem se dá em

dois eixos de análise temporal: os movimentos da população que vive na localidade (analisando a chegada dos primeiros moradores, imigração e emigração), cujas informações devem ser coletadas por intermédio de entrevistas e depoimentos dos atores locais; e o cotidiano dos grupos sociais presentes na localidade, visando encaminhar o trabalho escolar para a construção do conhecimento do passado ao valorizar a memória local. Ademais, para atingir esse objetivo proposto pelos PCNs de História, Toledo (2010) considera que as atividades que tomam como base a abordagem da História Local devem ter como problemas aqueles que girem em torno de questões como: origem da família do aluno, período em que chegaram ao lugar, condições de trabalho e valores culturais dos grupos sociais.

À vista disso, para o desdobramento metodológico dessa proposta de atividades com abordagem da história de uma dada localidade por alunos, a construção da historicidade do local, segundo a proposta do PCN, deve realizar-se por intermédio das atividades professorais relacionadas tanto à pesquisa quanto ao ensino com a participação dos alunos e de seus familiares. Por meio dessa ação, espera-se que o conceito de localidade “assuma uma materialidade espacial de relações sociais vivenciadas” (BRASIL, 1996).

Diante dessas propostas que envolvem a abordagem da história local feita por alunos conjuntamente com a comunidade, os PCNs (1996) expõem que:

Espera-se que nesses depoimentos estejam contidas as respostas acerca das seguintes indagações: “de onde vim” ou “de onde minha família veio” (Migração), “onde trabalho” e “como trabalho” ou “como trabalhava” (Trabalho), “como vivo”, quais os “nossos costumes” (Cotidiano), “como festejamos e brincamos” (Festas), entre outros elementos que podem estar presentes nos relatos (BRASIL, 1996, p. 53-55).

O ensino de história, assim como aponta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é dividido em alguns ciclos: para as 1ª e 2ª séries (1º ciclo); História local e do cotidiano; para as 3ª e 4ª séries (2º ciclo); História das organizações populacionais, para os 5º e 6º anos (3º ciclo); História das relações sociais, da cultura e do trabalho e nas 7ª e 8ª série (4º ciclo); estudam a História das representações e das relações de poder.

Avaliando essas proposições indicados pelo PCN com relação ao trabalho da história local nos quatro ciclos de ensino fundamental, Bar-

bosa (2006) considera que essa abordagem ganha significado e importância nesse estágio de ensino exatamente pela abertura de possibilidades de introdução adiantado na formação de um raciocínio histórico que abarca não apenas a identidade do indivíduo, mas relacionando-a a toda coletividade, apreendendo as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima.

Com ressalvas em relação às reformas curriculares de História, e sobre o estudo da História Local, Prats (2001) critica o que pode vir a se tornar “um ensino de História em migalhas”¹⁵. Todavia, concorda com a proposta do ensino baseando na perspectiva da História Local, lançando algumas imposições, dentre as quais estão: não ter como objetivo que o resultado da aprendizagem seja a elaboração da História (com maiúscula), mas iniciar o aluno no método histórico para que ele possa ser capaz de compreender como se constroem os conceitos e as leis sobre o passado; na hora do trabalho com as fontes, sejam selecionadas as mais próximas dos alunos, pois podem ser mais motivadoras e significativas. Além disso, considera ser importante que o estudo da história local dê, na verdade, bases para propiciar explicações da história geral e não mitigá-la diante de sua integralidade.

No outro norte, Luiz Alberto Marques Alves (2006), defende a ideia de História Local, como um processo de construção de identidade, se torna um marco inicial para que o aluno compreenda as diferentes construções identitárias numa sociedade em permanente mutação. Segundo o autor, essas identidades tanto se referem às raízes, como ao patrimônio, à memória como aos valores, ao presente como ao futuro. Sendo assim não é um dado adquirido, mas é um processo em construção.

Nessa esteira, as publicações locais, escritas por moradores, livros, literatura de cordel, músicas, poesias, fotografias, o patrimônio histórico material e imaterial, os documentos e arquivos, explorar as fontes vivas através de depoimentos orais, devem ser utilizadas dentro do espaço escolar como forma de oportu-

¹⁵ Neste sentido, Prats (2001) faz uma comparação com as reflexões do historiador François Dosse quando este critica a atomização do saber histórico em sua obra *A História em migalhas*. Dos anais à nova história. São Paulo: Ensaio/Campinas: Unicamp, 1992.

nizar o aprendizado da história local. Assim, esse trabalho de valorização poderá se tornar efetivado por meio de aulas dinâmicas que tirem o aluno da rotina de uma aula tradicional marcada pela deficiência dos livros didáticos, utilizando da pesquisa em outras fontes, como documentos, museus, literatura e letras de música, de escritores e compositores locais, o artesanato, a arte e publicações de jornais ou revistas.

Por serem publicações e material de origens municipais, trazem, além da história, a experiência do autor da cidade, e torna-se um objeto de investigação mais interessante, como afirma Rocha (2003):

Um dos caminhos a serem trilhados, para que o ensino de História seja mais eficaz e interessante, é oportunizar ao aluno o contato com documentos de diferentes épocas, com textos produzidos por autores especializados, a leitura e interpretação de obras literárias, pinturas, gravuras, textos jornalísticos que tenham sintonia com os conteúdos enfocados (ROCHA, 2003, p.6).

Posto isso, são diversas as possibilidades do trabalho com a história local como estratégia de aprendizagem, que, segundo Schmidt e Cainelli (2009), tornam possível inserir o aluno na comunidade da qual faz parte, criando nele historicidade e sua identidade; despertando atitudes investigativas, com base no seu próprio cotidiano, o ajudando a refletir sobre a realidade que o cerca e seus diferentes níveis, econômico, político, social e cultural. Assim, a análise sobre esse espaço menor, o local, possibilita ao aluno a visão de continuidade e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências podendo instrumentalizá-lo para uma história da pluralidade, onde todos os sujeitos da história tenham voz.

CONCLUSÃO

Após análise inicial acerca da evolução da história enquanto uma ciência humana, concluiu-se que, após atender as grandes narrativas, aos grandes fatos e as personalidades políticas e militares ligados às questões nacionais, a ciência histórica, influenciada pela escola dos Annales, no século XX, se voltou para o interesse pelas questões locais, regionais e do cotidiano, transferindo essa nova influência inclusive no ensino em sala de aula a partir dos anos 1980 no Brasil.

Além disso, foi possível vislumbrar como uma das possibilidades para o desenvolvimento de atividades com a História Local em sala de aula o trabalho com documentos e materiais auxiliares, como cartas, entrevistas com pessoas das antigas gerações, documentos em arquivos locais que traçam informações sobre a própria comunidade onde se encontra inseridas a escola e o aluno.

Não obstante, com relação à abordagem da história local e do cotidiano em sala de aula foi possível verificar que os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais apontam essa necessidade de análise histórica logo nas primeiras séries iniciais de ensino. Isso, pois, justificado pela importância que se tem de sua presença no desenvolvimento do aluno enquanto “pessoa”, criando a partir dessa abordagem a capacidade de desenvolver um raciocínio histórico capaz de levá-lo a compreender as relações sociais estabelecidas e sua própria identidade diante de sua realidade mais próxima explorada através das atividades propostas.

Por fim, conclui-se de maneira geral, que refletir por meio da História Local não significa romper com a história tradicional ou valorizar uma acima da outra, mas refletir seu valor e aprimoramento e situar o indivíduo enquanto sujeito ativo da história partindo de suas questões mais próximas e cotidianas.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **Currículos de História e políticas públicas**: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. O saber história na sala de aula (org.). 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Coleção Repensando o Ensino). p. 29-30

_____. **A História e o ensino temático**. In: BLAJ, Ilana; MONTEIRO, John. (orgs.). História e Utopia. São Paulo: ANPUH, 1996.p. 494-498

ALVES, L. A. M. **A história local como estratégia para o ensino da história**. Porto: Universidade do Porto, 2006.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8786/2/4880.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Ensino de História Local: redescobrimos sentidos**. Saeculum - Revista de História: João Pessoa, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. Editora Cortez: São Paulo, 2009.

_____. **Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 209, set. 1992/ago. 1993. (Memória, história e historiografia - Dossiê Ensino de História, ANPUH; Marco Zero).

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Maria Aparecida Quadros; BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. **O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental**. Revista On-line Unileste-MG. 2004, vol. 1, pp. 04-05.

BRASIL ESCOLA, Revista, 2013 apud BRASIL/MEC/SEF, p. 49

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares da educação**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 21.

GOUBERT, Pierre. **História Local**, IN: Estudos Históricos Hoje. Ed.by Felix Gilbert e Stephen R. Grabard.N.Y. Norton & Co, 1972. Trad: Marta M. Lago

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1995.

HORN, G. B.; GERMINARI, G. D. **Ensino de história e seu currículo: teoria e método**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

JESUS, Allyson Luiz de Freitas; Reis, Luciene Cordeiro. **Introdução ao ensino de história**. Caderno Didático de História UAB- 1º período, 2ªed.Unimontes, 2013, p. 13-14.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **Memória**. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

NEVES, Joana. **História Local e Construção da Identidade Social**. Saeculum - Revista de História. João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, jan./dez. 1997.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. São Cristóvão (SE): Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**, Salvador, UNEB, 2003.

OSSANA, Edgardo. **Una alternativa en la enseñanza de la Historia: o enfoque desde El local, lo regional**. In.VAZQUEZ, J.Enseñanza de la historia. B.Aires:Interamer,1994

PAIM, ElisonAntonio; PICOLLI, Vanessa. **Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios**. História & Ensino: Londrina, 2007.

PRATS, Joaquim. **El estudio de la historia local como opción didáctica. ¿Destruir o renovadora**. Mérida: Junta de Extremadura, 2001.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **História e Teoria: Historicismo. Modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. **Proposta metodológica para o ensino de história**. Revista de Ciências Humanas, v. 4, n. 4.: Erechim, 2003.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

O COTIDIANO DA ESCOLA SEGUNDO AS CONCEPÇÕES DE HEIDEGGER

EVERYDAY SCHOOL ACTIVITIES ACCORDING TO THE CONCEPTIONS OF HEIDEGGER

Brunna D'Luise Turato Lotti Alves¹

¹Mestranda em Geografia Humana pela USP. Professora da rede particular de Jundiaí-SP.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo refletir como o cotidiano dos alunos pode ser usado nas aulas de geografia. A revisão literária se pautou pelas concepções do filósofo Heidegger sobre a identidade, lugar e sentimentos. Os resultados mostram que há poucas pesquisas que abordam a geografia ensinada em sala de aula, sendo então indispensáveis trabalhos sobre esse tema.

Palavras-chaves: Educação. Heidegger. Cotidiano.

ABSTRACT

This work has the objective of reflecting on how the everyday activities of the students may be used in geography classes. The literature review was based on the conceptions of Heidegger about identity, place and feelings. The results show that there are few researches that approach the geography taught in the classroom, therefore works in these areas are indispensable.

Keyword: Education, Heidegger, Everyday activities.

INTRODUÇÃO

“Abriga algo muito decisivo: o fato de não mais se fazer a experiência de que habitar constitui o ser do homem, e de que não mais se pensa, em pleno, que habitar é o traço fundamental do ser-homem” (HEIDEGGER, 2002, p.128).

O objeto da ciência Geográfica resulta na mediação entre a Natureza e Sociedade, como ressaltado com as concepções de Martins (2007, p.39) “a Geografia nasce, portanto com a relação entre a sociedade e a natureza”. É possível, então, uma imbricação, dado que a Natureza é construída para dar sentido à sociedade. Nesse contexto, Gonçalves (1978, p.8) discute a apropriação da natureza:

A partir do momento em que os homens se organizam socialmente não é mais possível fazer-se uma rígida separação entre história da natureza e a história da sociedade, pois estas se imbricam, dando origem a uma só história.

Entre as categorias da geografia ‘entes’ surgem na existência (espaço, tempo, movimento e existência), sendo reflexo da produção do

homem com a natureza, ou seja, para Martins (2007, p.40) a Geografia deve ser vista como categoria da existência, e as categorias são por sua expressão subjetivas. Somos a Geografia que construímos, uma miscelânea do espaço, tempo, movimento e relações intrínsecas. Refletindo sobre tal afirmação deve-se perguntar: ‘essa Geografia me pertence?’.

Nas concepções de Heidegger (2002), a ideia de Habitat não se refere ao ato de possuir uma residência, mas se traduz no modo que o homem se relaciona com o mundo, guia cada gesto do homem no cotidiano, gesto que nasce da relação do homem com as coisas do mundo. Nesse sentido, refinando a pergunta: ‘qual é nosso nível de identidade com a Geografia?’.

REVISÃO DE LITERATURA

Ao trabalhar com a escala do cotidiano proposta por Heidegger (1927/1988), que remete ao fenômeno da impessoalidade, no qual é o modo que o homem se relaciona com as coisas e com os outros. Na educação percebe-se quando isso acontece: os costumes se reproduzem determinando o tipo de educação do indivíduo.

Segundo Paviani (1988, p. 11):

O importante é saber que não somos totalmente livres para termos a educação que queremos, pois nosso querer desde que nascemos vem sendo *educado* por idéias e comportamentos que ultrapassam nossa consciência das coisas. Sob a educação formal que nos é transmitida existe uma educação invisível cuja força nem sempre é levada em conta em nossos estudos. A escola como aparelho doutrinário certamente exerce influência, mas também recebe influência da educação *informal* que se transmite através dos grupos sociais, meios de comunicação, organizações sindicais etc.

Assim, percebe-se que o impessoal precede a ausência de autonomia do político-ideológico, sociocultural, dado que este é o parâmetro de comportamentos de algumas relações. Esse fenômeno é verificado também no ensino de Geografia, no qual o impessoal é o modo básico e habitual de se apresentar no cotidiano ou, segundo Heidegger (1927/1988), “uma modificação existencial do impessoal”, movimento que permite aproximação e apropriação de si mesmo.

A importância do saber geográfico para a formação cidadã e a vivência em sociedade já é consenso entre teóricos do ensino de Geografia.

Na verdade, tais questões são premissas para analisar como o ensino de Geografia pode levar os alunos a compreender seu entorno e, assim, poder exercer sua cidadania.

Para operacionalizar o desenvolvimento da proposta, a pesquisa inseriu-se no contexto intraescolar, em salas de aula de Geografia, a fim de identificar as representações sociais dos alunos e dos professores acerca do uso de novas linguagens em sala de aula.

A Geografia é uma disciplina indispensável para se entender a relação homem e natureza, o que indica utilizar a realidade do aluno para a leitura e compreensão da análise espacial como uma construção histórico-social. Percebe-se, porém, muitas situações em que o ensino de Geografia está atrelado ao tradicionalismo. Segundo Bonfim (2006, p.107), para a maioria dos alunos a aprendizagem nas aulas se reduz somente à memorização, sem fazer referência aos parâmetros socioespaciais.

Reafirmando tal conceito percebemos que ainda hoje muitos alunos pensam, assim como Lacoste (1993), que a Geografia ensinada na sala de aula é maçante, ou seja, o conhecimento adquirido possui escassa utilização na vida real fora da escola.

Trazendo essa temática para a Geografia,

Pontuschka (2007, p. 262) explica que a era da globalização possibilita a rapidez das informações por meio da televisão, rádio, computador e vídeos e o professor tem um papel importante como mediador, podendo enriquecer o seu trabalho com todos esses recursos para propiciar que o aluno compreenda o mundo em que vive.

É em virtude da rapidez que se deve ter para enfrentar situações diferentes a cada momento que se utiliza mais o processamento multimídia e, por sua vez, os meios de comunicação, principalmente a televisão e suas diversas linguagens (MORAN, 2006).

No ensino de geografia é relevante conhecer o cotidiano da vida dos estudantes para entender quais geografias eles levam para a escola, desse modo, o cotidiano é percebido como campo das possibilidades para que possa conceber de alguma das esferas da totalidade, como apresentado por Heller (1972, p.17):

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

A cultura dos alunos fomenta um diálogo com o próprio ensino de geografia e o professor como mediador deve ajudá-lo a construir o processo de ensino-aprendizagem do raciocínio geográfico. No entanto, muitas vezes o professor marginaliza o aluno enquanto sujeito do processo de conhecimento. Assim, os conteúdos em sala de aula acabam ignorando o saber do aluno, impedindo a interação entre sujeito e objeto a ser estudado.

As percepções geográficas se relacionam com o espaço vivido do aluno e suas faces do cotidiano. Para Heidegger (1979, p. 142), o cotidiano tem a força de trazer o esquecimento e inquietação: “o homem se limita à realidade corrente e passível de ser dominada mesmo ali onde decide o que é fundamental”.

Nessa perspectiva, cada ser humano é mais que singularidade: passa a ser totalidade e o cotidiano é uma das geografias que o aluno traz consigo para a escola, sua percepção de entorno. A escala do indivíduo é tão perceptível que a literatura também dela se apropria, como por exemplo, a poesia de Carlos Drummond de Andrade, Confidência do Itabirano, ao indicar o lugar não como algo frio, mas sim repleto de sentimentos:

Alguns anos vivi em Itabira. Principalmente nasci em Itabira. Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro. Noventa por cento de ferro nas calçadas. Oitenta por cento de ferro nas almas. É esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.

Assim como a literatura, as séries são elementos lúdicos na aprendizagem do aluno, permitindo um relacionamento entre a teórica e a prática com o conhecimento da realidade circundante.

Como o poema, a noção de pertencimento permuta na relação homem e seu meio. Para Saramago(2012, p.200), o filósofo Heidegger “não se restringe, contido, os instrumentos e seus lugares, mas se expande, desdobrando-se em relações de pertencimento de proporções ainda mais ampla entre os próprios lugares de uma determinada conjuntura”.

O estudante deve ser motivado a considerar suas percepções de mundo, interpretando seu universo de vivência em diversas escalas a fim de reconhecer que o meio que se vive também é objeto e tema da reflexão escolar. Segundo Resende (1986, p.20): “Se o espaço não é encarado como algo em que o aluno está inserido, a verdade geográfica do indivíduo se perde e a Geografia tornar-se alheia para ele”.

A leitura do mundo é fundamental para que se possa exercer a cidadania. Uma forma de ler o mundo é por meio da geografia na escola, utilizando para isso o processo de alfabetização, como, por exemplo, a leitura do espaço que traz em si todas as marcas da vida do homem. Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura cartográfica, mas sim da vida, construindo cotidianamente o que expressam as utopias, tanto do âmbito da natureza quanto da sociedade (cf. Callai, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais o papel da geografia na escola é ajudar o aluno a compreender que as paisagens que se vê são resultados da vida em sociedade e a eterna busca dos homens na busca da satisfação das suas necessidades (cf. Callai, 2005).

Dado o desafio que se diz à geografia ensinada em sala de aula e as poucas pesquisas voltadas para aprendizagem dos alunos, a pesquisa sobre essa temática torna-se indispensável, tendo em vista que há muito a se fazer e per-

correr para avanços na formação de um cidadão mais consciente do seu entorno e também da sua geografia.

A contribuição em ensino de geografia em termos de pesquisa acadêmica que tange a escola e o professor tem sido muito limitada ao comparada com outros campos da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

Andrade, Carlos Drummond. **Antologia Poética**. ed12. Rio de Janeiro: José Olympio. ps. 36-37.1978.

BOMFIM, Natanael Reis. A imagem da Geografia e do ensino da Geografia pelos professores das séries iniciais. **Revista Estudos Geográficos**. Rio Claro, junho 2006. p. 107-116.

CALLAI, Helena Copetti. APRENDENDO A LER O MUNDO: APRENDENDO A LER O MUNDO: A GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p.227-247, maio 2005. Trimensal.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A geografia está em crise. Viva a geografia! **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n.55, p.5-29, nov. 1978;

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo (v. I)**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1988 (Trabalho original publicado em 1927).

HEIDEGGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar**. In: Ensaios e Conferências. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002.

HEIDEGGER. **Sobre a essência da verdade**. Conferências e escritos filosóficos. São Paulo: Abril Cultural. p.127-154.1979.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LACOSTE, Yves. Uma disciplina simplória e enfadonha? In: LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1993. p. 21-30.

MARTINS, Êlvio Rodrigues. Geografia e Ontologia: O Fundamento Geográfico do Ser. **GEUSP**, São Paulo, n. 21, p.33-51, out. 2007.

MORAN, José Manuel et al. Ensino e Aprendizagem Inovadores com Tecnologias Audiovisuais e Telemáticas. In: MORAN, José Manuel; BEHRENS, Marilda Aparecida; MASETTO, Marcos T. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2006. Cap. 1. p. 11-66

PONTUSCHKA, Nidia Nacib; CACETE, Núria Hanglei; GEOGRAFIA, Para Ensinar e Aprender. A Linguagem Cinematográfica no ensino de Geografia. In: PONTUSCHKA, Nidia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007. Cap. 2. p. 261-287. (Docência em Formação ensino Fundamental).

PAVIANI, Jayme, (1988). Problemas de filosofia da educação. 4.^a ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

RESENDE, Márcia Spyer. **A Geografia do Aluno Trabalhador**: Caminhos para uma prática de ensino. São Paulo: Loyola, 1986. 179 p. (Coleção Educação Popular).

SARAMAGO, Ligia. Como a ponta de lança: o pensamento do lugar em Heidegger. In: MARRANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; SARAMAGO, Ligia. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 193-225.

APRENDIZAGEM AUTÔNOMA E DIFERENTES MÍDIAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

AUTONOMOUS LEARNING AND DIFFERENT MEDIA IN DISTANCE EDUCATION

Lilliam Freitas Souza¹¹Especialista em Educação a Distância pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG.

RESUMO

O trabalho que ora se apresenta aborda questões acerca do uso dos diferentes tipos de materiais didáticos/mídias como forma de promover a aprendizagem autônoma do estudante na Educação a Distância. Diante disso, tem-se como objetivo identificar as características específicas de cada mídia (impressa, audiovisual e virtual) e discutir como cada uma colabora para a promoção da aprendizagem autônoma em seu uso como recurso didático. Buscamos também verificar como essas mídias podem atuar de forma conjunta para o aprendizado do aluno na EaD considerando suas vantagens e limitações nessa modalidade. Para isso, foram selecionados artigos científicos e outros trabalhos previamente realizados sobre as temáticas em questão por meio dos quais foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as principais características de cada suporte para materiais didáticos na EAD, bem como sobre os conceitos de autonomia e aprendizagem autônoma, posteriormente relacionados entre si. Por meio dessa investigação, foi possível concluir que as diferentes mídias possuem potencialidades em aspectos específicos e se complementam no processo educativo a distância assim como no alcance dos objetivos dessa modalidade, de modo que a autonomia em cada tipo de material didático se manifestará em consonância com a função e relevância de cada mídia/material no processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Material Didático. EaD. Mídias. Autonomia.

ABSTRACT

The present paper addresses issues regarding the use of different kinds of media/teaching materials as a way of providing an autonomous learning to the Distance Education student. It aims to identify the specific features of print, video/audio and web-based media and discuss how each of them contributes to promoting autonomous learning when used as teaching resources. It also aims to verify how these media can act jointly for promoting learning considering their strengths and limitations when used in this educational modality. For this purpose, we selected scientific articles, books and other works previously produced on the topics under discussion through which a bibliographic review was done on the main features of each media used in Distance Education, as well as on the concept of autonomy and autonomous learning, later related. Through this investigation, it was possible to conclude that different media hold potentiality in specific aspects and complement each other in the educational process, as well as in fulfilling the goals of this educational modality, so that in each kind of material, the incentive to autonomy occurs in accordance with the function and relevance of each medium on the learning process.

Keywords: Teaching Material. Distance Education. Media. Autonomy.

INTRODUÇÃO

A função do material didático em qualquer modalidade de ensino é a mediação do processo de ensino-aprendizagem. No caso da Educação a Distância (EaD) (que se faz mediante ao uso das

novas tecnologias da informação e da comunicação e flexibiliza tanto o espaço quanto tempo de se ensinar e aprender) soma-se a função de estimular a aprendizagem autônoma, o que leva esses materiais a serem elaborados de forma específica.

A EaD sofreu várias modificações ao longo dos anos principalmente no que diz respeito ao uso de recursos, que se iniciou com materiais impressos por correspondência, evoluindo para rádio e TV e, mais recentemente, para a internet e novas tecnologias.

Atualmente, no que diz respeito a seus recursos, a EaD é caracterizada pelo uso diferentes mídias para oferecer materiais didáticos, que podem ser oferecidas de forma articulada ou com foco em uma determinada mídia, dependendo de vários fatores, como a proposta do curso, público-alvo, recursos disponíveis dentre outros. Os cursos oferecidos na modalidade de educação a distância possuem basicamente três mídias para o oferecimento de materiais didáticos aos estudantes, a saber, mídias impressas, audiovisuais e virtuais. Cada uma dessas mídias oferece recursos específicos de aprendizagem, tendo em comum o fato de estimularem a aprendizagem de forma mais independente e autônoma por parte do aluno.

Diante de tais fatos, cientes da importância e especificidades existentes nas mídias para a elaboração dos materiais didáticos capazes de estimular aprendizagem autônoma na modalidade de ensino a distância, surgem alguns questionamentos que norteiam o presente estudo: Como cada mídia e seus recursos atuam como mediadores da aprendizagem autônoma do aluno na EaD? Quais são as vantagens e limitações de cada mídia nesse aspecto?

Dessa forma, frente a tais questionamentos, o estudo tem como objetivo geral compreender como os recursos específicos de cada mídia atuam como mediadores da construção do conhecimento de forma autônoma na EaD. Ademais, procuramos identificar os principais aspectos que compõem a elaboração de materiais em cada mídia bem como caracterizar os estímulos à aprendizagem autônoma verificados em cada recurso. Por fim, procuramos também verificar como essas mídias podem atuar de forma conjunta para o aprendizado do aluno na EaD considerando suas vantagens e limitações nessa modalidade.

Para tanto, a título metodológico, tomou-se como percurso uma revisão bibliográfica lastreada na análise de artigos publicados e livros que versam acerca da referida temática.

Justifica-se a importância dessa pesquisa ao passo que compreender como os recursos específicos de cada mídia atuam como mediadores da construção do conhecimento de forma autônoma e configura-se como uma questão chave a ser discutida no âmbito da EaD. Tais informações, na

verdade, contribuem para o trabalho de elaboração, seleção e organização dos materiais pelos professores autores, sua utilização e aplicação pelos professores formadores e tutores bem como sua utilização e aproveitamento pelos alunos.

Inicialmente apresentamos uma discussão sobre o conceito de autonomia e suas variações. Em seguida, abordamos os conceitos de mídias e materiais didáticos bem como seu uso na EaD. Por fim, propomos uma discussão sobre cada mídia e suas vantagens e limitações em relação à autonomia.

REVISÃO DE LITERATURA

A aprendizagem autônoma na EaD: um debate conceitual

Como bem pontuam Oliveira e Nunes (2011, p.6), a autonomia não é um conceito oriundo da EaD ou mesmo de raízes pedagógicas. Segundo as autoras, a autonomia pode ser definida como “a capacidade que a razão tem de pensar a si própria e de se autoatribuir regras e leis”. Nessa mesma vertente, Silva (2009, p. 92) considera que a autonomia “pode ser entendida como a capacidade de agir por si e de formular juízos morais independentes”.

Ao trazermos esse conceito para a aprendizagem, Gotardi (2015, p.113) define: “No contexto da relação pedagógica que se estabelece, a autonomia reside na capacidade de o sujeito tomar para si sua própria formação”. Mais especificamente no contexto pedagógico da EaD, o conceito de autonomia tem sido visto por alguns autores, como são os casos de Serafini (2012) e Gottardi (2015), como bastante complexo e controverso, pois ocorre em equilíbrio com uma noção aparentemente oposta: a de aprendizagem colaborativa e interativa,¹⁶ que também são características da EaD.

¹⁶ O conceito de aprendizagem colaborativa surge da ideia de que o conhecimento é construído socialmente. De maneira geral pode ser definida como resultado de uma interação entre duas ou mais pessoas na qual ocorre auxílio mútuo na construção do conhecimento. Nesse modelo de aprendizagem, o aluno torna-se sujeito ativo na construção do conhecimento, em oposição a um ensino passivo e centrado no professor (TORRES; IRALA, 2004). Já a interação envolve trocas entre indivíduos e grupos, em oposição à aprendizagem individual, isolada.

Nesse sentido, Correa (2015, p. 130), afirma que “a autonomia e a interação em EaD não devem ser consideradas conceitos excludentes, mas, sim, práticas complementares e essenciais para o ensino e aprendizado dos alunos nesta modalidade”. Nessa mesma linha, Seraffini (2012, p.72) postula que “a promoção da autonomia do sujeito, bem como a sua formação, se dá à medida que participa na construção coletiva do conhecimento e da comunicação”.

Essas noções podem se mostrar muito gerais no que diz respeito a que competências se fazem necessárias para atingir tal feito. Com base nos trabalhos de Ciola (2006) e Silva (2014), podemos dizer que a aprendizagem autônoma envolve competências tanto comportamentais, que dizem respeito à motivação, atitudes e práticas que devem ser adotadas, quanto cognitivas, referentes ao trabalho mental e processamento de informações na construção do conhecimento.

No que refere às atitudes e posturas do aluno, Ciola (2006) apresenta algumas ações que constituem essa aprendizagem autônoma: 1) decidir que quer aprender, 2) adotar uma postura ativa diante da aprendizagem, 3) selecionar quais materiais e quais meios serão utilizados para facilitar seu aprendizado, 4) escolher as melhores estratégias, 4) optar por aprender sozinho ou com outros, 5) dividir e organizar seu tempo de aprendizado e 6) controlar e avaliar se está tendo sucesso no seu aprendizado.

No que se refere ao trabalho com a informação, Silva (2014) pontua as questões necessárias para a construção do conhecimento de forma autônoma: 1) estabelecer contatos, por si mesmo, com fatos e ideias, analisando-as; 2) ter capacidade de compreender fenômenos e textos e de usá-los espontaneamente; 3) planejar, por iniciativa própria, ações e buscar soluções para o problema; 4) desenvolver atividades que possibilitem manejar as informações mentalmente, de forma independente.

Enfim, diante de tais apontamentos acerca das questões necessárias para o estudo autônomo conjuntamente com o acesso as informações obtidas no processo de aprendizagem, o que se deve considerar é que a principal forma de se desenvolver tais características nos alunos de cursos a distância é por meios das mídias e das informações obtidas por meio dos materiais didáticos ofertados pelos cursos nessa modalidade, instrumentos para a materialização e mediação da aprendizagem.

Materiais didáticos e Mídias na EaD

As noções de mídias e materiais didáticos na EaD estão diretamente ligadas. Parte-se de tal assertiva ao passo que Moraes e Vieira (2009, p. 42), que consideram que a mídia pode ser definida como “um meio de comunicação, um processo, que pressupõe a existência de uma infraestrutura composta de suporte para a sua emissão, a sua transmissão e a sua recepção”. Por outro lado, Bandeira (2009, p.14) define o material didático definido como “produtos pedagógicos utilizados na educação e, especificamente, como o material instrucional que se elabora com finalidade didática”.

Sob tal perspectiva, como também ressalta Bandeira (2009), a definição de material didático vincula-se ao tipo de suporte que possibilita materializar o conteúdo, assim, o que classificamos como mídia, no contexto da EaD, também classificamos como material didático, isto é, a forma como o conteúdo é disponibilizado se define como um determinado tipo de material didático.

Com base no tipo de suporte, as principais mídias/materiais didáticos utilizadas na EaD são as mídias impressas, audiovisuais e virtuais (abordadas mais detalhadamente adiante), que apresentam linguagem e recursos específicos. De acordo com os Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância¹⁷ “em consonância com o projeto pedagógico do curso, o material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo” (BRASIL, 2007, p. 13). Como afirma Correa (2013, p. 135), “cada mídia tem sua especificidade e pode contribuir para se atingir determinados níveis de aprendizagem, com maior, ou menor grau de facilidade. Nesse sentido, cabe pensar que cada mídia tem vantagens e limitações”, o que reitera a necessidade de se considerar o uso de diferentes mídias na disponibilização dos materiais didáticos.

Sobre as particularidades de cada mídia no processo de ensino-aprendizagem, Bento (2017)

¹⁷ Os Referenciais de Qualidade para Educação a Distância são princípios e diretrizes definidos pelo Ministério da Educação (MEC) a serem seguidos e aplicados pelas instituições que oferecem cursos nessa modalidade de modo a garantir a qualidade dos cursos a distância e evitar sua precarização.

reforça que o diferencial dos materiais didáticos em diferentes mídias está no fato de que cada uma possui uma linguagem específica, o que viabiliza a apresentação de um mesmo conteúdo por meio de linguagens distintas.

Enfim, o que deve ser levado a peito diante do exposto é que por apresentarem linguagens específicas, as diferentes mídias podem se mostrar mais adequadas ou mais apropriadas para objetivos pedagógicos específicos. Nesses termos, a seguir, abordaremos cada uma das três mídias mencionadas acima, bem como suas características, potencialidades e limitações em relação à aprendizagem autônoma.

Material didático impresso: Linguagem escrita e interação

Segundo Silva (2014, p.90), “o material didático impresso é a mídia mais utilizada na Educação a Distância e assume várias formas, incluindo livros didáticos, manuais e guias de estudo”. Segundo Horn (2014, p.120), “o material didático impresso é o elemento essencial para o processo de ensino-aprendizagem a distância, principalmente porque é o responsável pela comunicação professor-aluno.” Além disso, esse tipo de material é a principal ferramenta para a transmissão do conteúdo. Silva (2014, p.91) corrobora essa ideia ao afirmar que “é por intermédio do uso do material didático impresso nos cursos a distância que o trabalho com o conteúdo/conhecimento poderá promover aprendizagem autônoma do aprendiz”.

Partindo desse apontamento, e com base nos princípios de autonomia e aprendizagem colaborativa, o principal desafio do material didático impresso é então facilitar a construção do conhecimento ao incentivar e promover um trabalho crítico por parte do aluno sobre o conhecimento ao qual tem acesso e ao mesmo tempo promover diálogo e interação.

Levando em conta tais apontamentos e também com base nos trabalhos de Silva (2014), Zanetti (2009) e Horn (2014), definimos como as principais características dos materiais impressos: 1) elaborado em linguagem predominantemente escrita, por meio da qual o aluno realizará a interação com o professor e com o conteúdo/tema; 2) transmite de forma eficiente grandes volumes de informação, sendo o principal meio de disponibilização de conteúdo;

3) apresenta linguagem dialógica, específica para a EaD, elaborada de modo a permitir diálogo mesmo sem a presença do professor; 4) representa toda a estrutura da disciplina (conteúdo, atividades de aprendizagem e autoavaliação, sugestões de leitura, recomendações de uso de outras mídias, orientações sobre o estudo, glossário); e 5) permite flexibilidade de tempo e espaço, podendo ser facilmente adaptado às necessidades individuais.

Nesse caso, a principal característica do material impresso é a sua linguagem, caracterizada como dialógica, aspecto fundamental que diferencia o material para a educação presencial do material para a educação a distância. A escrita dialógica caracteriza-se como uma estratégia de comunicação na qual se cria um diálogo mesmo sem a presença direta do interlocutor, simulando uma interação face a face entre professor e aluno. Segundo Bento (2017), algumas características da escrita dialógica são a organização do texto com linguagem clara e objetiva, de modo que não de margem para construções ambíguas e confusas; proximidade com o professor ao representar uma “conversação”; parágrafos redigidos de modo a facilitar a localização de ideias e exemplos relacionados à realidade dos alunos, considerando seu conhecimento prévio.

Tais aspectos da escrita dialógica direcionam para uma aprendizagem autônoma. Sobre isso, Silva (2014, p. 92) assevera que: “a linguagem utilizada nos materiais impressos para a Educação a Distância tem importância fundamental por garantir a atenção, a motivação e a interatividade em um meio de comunicação unidirecional, permitindo a autonomia de aprendizagem”. Diante disso, Horn (2014, p. 124) considera que “a não presencialidade do professor exige do aluno maior responsabilidade por sua aprendizagem e vivência com a linguagem”.

Dessa forma, a escrita dialógica substitui e/ou minimiza a necessidade de elementos de interação face a face, como questionamentos, reiteraões, comentários, entre outros favorecendo, portanto, a construção do conhecimento por parte do próprio aluno ao passo que ele desenvolve a capacidade de esclarecer suas próprias dúvidas, buscar soluções para os problemas, tirar as próprias conclusões dentre outras questões.

Ainda em relação à linguagem do material didático, Sales (2005, p.6) chama a atenção

ainda para o conceito de hipertexto¹⁸ (comumente associado às mídias virtuais), no material impresso. Segundo a autora “mesmo com baixo índice de uma prática interativa, o material impresso deve, também, obedecer à lógica do hipertexto, com uma linguagem clara, objetiva que proporcione uma orientação real do processo de aprendizagem, isso de maneira não linear”.

O hipertexto dá autonomia para o aluno acrescentar sua própria autoria em relação ao material, pois fica a seu critério organizar todo o conhecimento e recursos disponíveis no material didático, trazendo para si as funções de selecionar, ordenar, associar, adicionar ou excluir conteúdos ao seu processo de estudo. A própria escrita dialógica e a estrutura do material impresso contribuem para isso (como mencionado antes, a escrita dialógica organiza as informações de modo que sejam facilmente encontradas pelo estudante, facilitando uma leitura não linear). Outro aspecto-chave do material impresso que colabora para isso é a sua estrutura, que representa toda a disciplina e coloca a disposição dos estudantes (além do próprio conteúdo e atividades) elementos extras, como indicações de leitura, glossários, usos de outras mídias, o que contribui para que o aluno construa sua leitura com base em suas necessidades.

Uma das características essenciais da Ead, já mencionada anteriormente, é a liberdade de tempo e espaço, de modo que qualquer mídia permitirá tal flexibilidade. Por não requerer nenhum recurso extra para sua utilização, o material impresso destaca-se das outras mídias nesse aspecto, pois é visto como de fácil manuseio e transporte bem como capaz de atingir todos os públicos. Essa flexibilidade característica da Ead é um ponto chave para a autonomia, pois viabiliza que o aluno construa sua própria rotina de estudos.

Embora apresente tantas potencialidades, o material impresso apresenta limitações no que diz respeito à interação (embora apresente certo grau de interação por meio da escrita dialógica) e à aprendizagem colaborativa, assim

como no uso de apenas uma linguagem (predominantemente escrita, podendo estar associada a outros recursos visuais estáticos). Tais carências são compensadas por meio da associação de outras mídias, como abordaremos a seguir.

Material Audiovisual: Diferentes Estímulos

De acordo com Bettentini (1996, *apud* Bandeira, 2009, p. 20), a mídia audiovisual “consiste de um produto, objeto ou processo que, ao trabalhar com estímulos sensoriais da audição e da visão, objetiva uma troca comunicacional”.

Visto como um recurso complementar no contexto da educação, o audiovisual pode ser um importante aliado na construção do conhecimento. Segundo Zanetti (2009, p. 105), “O uso de áudio e vídeo em EaD tem sido defendido, dentre outros motivos, devido à capacidade da linguagem audiovisual desenvolver a concentração, atenção e imaginação do aluno”, aspectos que estimulam e impulsionam a autonomia.

Nesse contexto e também com base nos trabalhos de Zanetti (2009) e Neto (2008), definimos como principais características dos recursos audiovisuais no contexto da EaD: 1) a combinação de diferentes estímulos (textual, auditivo e visual simultaneamente); 2) o emprego de muitos formatos e linguagens, como rádio, TV, videoconferências e 3) dinamismo na apresentação do conteúdo, destacando-se das mídias estáticas.

Partindo do princípio da interação entre aluno, conteúdo e professor como forma de estimular a autonomia, percebemos que o uso das mídias audiovisuais intensifica essa relação ao explorar estímulos ao valorizar as diferentes linguagens na transmissão do conteúdo, em oposição à linguagem predominantemente escrita do material impresso. Na concepção de Vieira (2008), os recursos audiovisuais crescem valor ao ensino aprendizagem ao oferecer novos recursos, que promovem maior proximidade, diálogos dinâmicos, interação e autonomia. Os materiais disponibilizados em formato audiovisual trazem a oralidade ao diálogo e a figura de outros sujeitos (como o professor em uma videoaula), diminuindo a sensação de isolamento.

Nesse prospecto, ao combinar diferentes estímulos, o material audiovisual funciona também como um meio de facilitar e auxiliar o processamento de informações por parte do aluno, o que reforça a afirmação de Bento (2017) so-

¹⁸ Ao ser aplicado apenas à escrita, o hipertexto pode ser definido como uma forma de leitura não linear que permite a reorganização das informações por parte do leitor. Já no contexto virtual (abordado mais adiante) define-se como forma de apresentação de informações conectadas por meio de links eletrônicos.

bre a necessidade de se utilizar diferentes linguagens para um mesmo conteúdo e o fato de elas se complementarem: o que pode parecer limitado na linguagem escrita pode ser melhor explorado com recursos audiovisuais, por exemplo. Recursos que colaborem para a compreensão e o processamento do conteúdo podem ser considerados grandes estímulos à autonomia (como a escrita dialógica no material impresso), pois favorecem uma ação crítica e reflexiva, estimulando a manejo de informações de forma mais independente e espontânea. Nesse mesma perspectiva, o dinamismo conferido ao conteúdo pelo material audiovisual pode ser um importante aliado para manter o interesse e a motivação do aluno, pois pode ser empregado para demonstração e ilustração de situações aproximando teoria e prática.

Outro aspecto importante a se destacar no que se refere ao material audiovisual diz respeito à existência de diferentes estilos de aprendizagem¹⁹. Segundo Dias, Gasparini e Kemczinski (2009, p.489), “[...] cada pessoa possui uma forma de aprendizagem e se adapta a uma interface com recursos diferenciados de acordo com as suas características e preferências individuais”, ou seja, o perfil cognitivo de cada aluno pode responder de forma diferenciada a cada tipo de estímulo (uns se adaptam melhor a escrita, outros ao visual, por exemplo). O audiovisual configura-se como um recurso que permite a construção de um processo de aprendizagem personalizado, sendo capaz de atingir diferentes públicos não só no que diz respeito ao suporte midiático, mas também em relação a características individuais.

Diferentemente do material impresso, o audiovisual requer recursos adicionais, dependendo do seu formato, para ser disponibilizado. Tanto o material impresso quanto ao audiovisual estão centrados no estudo individual (embora apresentem estratégias para suprir a falta de interação entre os sujeitos envolvidos) fornecendo ao aluno meios para que possa suprir suas necessidades educacionais de forma mais

independente. Veremos a seguir como as mídias virtuais aparecem como forma de equilibrar o estudo individual e colaborativo.

Mídias virtuais: Interação e colaboração

Com o surgimento das novas tecnologias, e o uso da internet na educação, surgem também novas possibilidades. Segundo Bento (2017, p. 73), “um dos principais benefícios que a internet trouxe para a EaD foi a ampliação dos processos de comunicação e de interação entre professor/ tutor e alunos, e alunos entre si. [...] Na EaD *online*, são utilizados os ambientes virtuais de aprendizagem para disponibilizar o curso aos alunos”.-

Com base no pensamento de Bento (2017), podemos definir então como as principais características dos ambientes virtuais de aprendizagem: 1) a sua potencialidade para interação, elemento facilitador da aprendizagem colaborativa; 2) a integração de outras mídias e o hipertexto e 3) a diversidade de recursos ao disponibilizar ao mesmo tempo conteúdo, atividades, avaliação, etc.

Retomando o conceito de hipertexto, agora em seu contexto mais específico (o das mídias virtuais), Bento (2017, p. 75) o considera como “um texto em que se anexam outros textos, palavras, imagens ou sons, e que podem ser acessados na internet por meio de links”. Ainda segundo a autora, através do hipertexto é possível ao aluno intervir no material, favorecendo a tomada de decisões e escolhas para nortear a aprendizagem.

De acordo com Almeida, Vieira e Luciano (2001, p.432), os ambientes virtuais de aprendizagem “envolvem interfaces que favorecem a interação de aprendizes. Inclui ferramentas para atuação autônoma, oferecendo recursos para aprendizagem coletiva e individual”. Nesse sentido, podemos classificar as ferramentas dos ambientes virtuais como de uso individual (como diário, portfólio e lição) e coletivo (fórum, *chat*, *wiki*).

As ferramentas de uso individual colaboram para a manifestação do estudo autônomo principalmente no que diz respeito a sua função de organizar, gerenciar e avaliar o próprio aprendizado. O *diário*, por exemplo, permite que o aluno teça reflexões e faça um resumo de sua aprendizagem, enquanto o *portfólio* permite reunir os materiais produzidos ao longo do curso, colaborando para uma organização pessoal do

¹⁹ O estilo cognitivo de aprendizagem (ECA) representa “preferências individuais de receber e processar as informações para adquirir conhecimento e aprender.” Essas preferências estão relacionadas a forma como a informação é recebida, percebida, organizada processada e compreendida pelo aluno no processo de aprendizagem, assim alguns (DIAS, GASPARIINI; KEMCZINSKI, 2009).

aprendizado. A *lição*, por outro lado, disponibiliza conteúdo em vários formatos, que permite autonomia na organização e seleção do conteúdo de acordo com suas necessidades individuais.

No que se refere às ferramentas de uso coletivo, estas colaboram para a manifestação do estudo autônomo no que diz respeito a sua relação equilibrada com a aprendizagem colaborativa e interativa. O *chat* e o *fórum* são ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona respectivamente, indicados para discussões e exposições, por exemplo, sendo, portanto ferramentas altamente interativas em que a presença de vários sujeitos é fundamental. O *glossário* permite a construção coletiva de uma base de dados (um dicionário, por exemplo,) compartilhada por todos os membros do grupo, de forma semelhante, a *wiki* possibilita a construção coletiva de um texto, favorecendo a aprendizagem colaborativa.

Nesse sentido, segundo Irala e Torres (2014), a aprendizagem colaborativa acaba estimulando o pensamento crítico, o desenvolvimento das capacidades de interação, negociação de informações e resolução de problemas, além da autorregulação do processo de ensino-aprendizagem, que têm como consequência tornar os alunos mais responsáveis e autônomos.

Enfim, ao representar toda a estrutura do curso, os ambientes virtuais se tornam ambientes bastante amplos com uma grande variedade de recursos, viabilizando inclusive a integração de outras mídias (o material impresso e o audiovisual podem ser disponibilizados em formato eletrônico e por meio de links). Logo, é nesse cenário que o aluno deverá adotar estratégias para selecionar os recursos da forma que melhor atenda suas necessidades, de modo a tirar maior proveito dos recursos disponíveis em seu benefício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a discussão que ora se fez nesse estudo, compreendemos que o material impresso estimula a autonomia de forma mais focada no estudo individual e autoinstrução, disponibilizando grande parte dos recursos necessários para que o aluno seja capaz de responsabilizar-se pelo próprio conhecimento (conteúdo, atividades de aprendizagem, atividades de autoavaliação, instruções de estudo, bibliografia complementar entre outros), porém se mostra limitado no que diz respeito à interação e colaboração (suprida parcialmente pela escrita dialógica) e a predo-

minância da linguagem escrita abrangendo apenas alguns estilos de aprendizagem.

Nessa mesma linha, vislumbrou-se que o material audiovisual aparece como uma forma alternativa de se apresentar o conteúdo, estimulando a autonomia ao valorizar os diferentes estilos cognitivos de aprendizagem e facilitar o processamento de informações através da associação de diferentes estímulos por parte do aluno, suprimindo tal carência no material impresso.

Já o material virtual destaca-se como vantagem, principalmente, pelo seu potencial interativo e como forma de equilibrar individualidade e interação, ao oferecer recursos que promovem tanto o autoestudo quanto o estudo colaborativo, este com poucas possibilidades de ser explorado pelos materiais impressos e audiovisuais. No entanto, assim como o audiovisual, está limitado ao uso de recursos eletrônicos e internet para sua disponibilização.

Partindo então de tais considerações, reiteramos o fato de que as diferentes mídias se complementam ao promover a construção da aprendizagem na EaD de modo a atingir diferentes públicos e objetivos pedagógicos e concluimos, portanto, que o estímulo à aprendizagem autônoma aparece de forma equilibrada e consoante com a proposta do uso de cada mídia nessa modalidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cláudia Zamboni; VIEIRA, Martha Barcelos; LUCIANO, Naura Andrade. **Ambiente Virtual de Aprendizagem: uma proposta para autonomia e cooperação na disciplina de informática.** In: Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 12., 2001, Vitória. *Anais...* Vitória: [s.n.], 2001. p. 431-438.
- BENTO, Dalvací. **A produção de material didático para EaD.** São Paulo: Cengage Learning, 2017. 92 p.
- BETTETINI, G. L. **Audiovisivo: dal cinema ai nuovi media.** Milao: Bompiani, 1996 *apud* BANDEIRA, Denise. **Materiais Didáticos.** Curitiba: IESDE, 2009. 448 p.
- CIOLA, Ana Carla Lanzi. **Autonomia e Estratégias de Aprendizado.** In.: BRASILIANISCHER DEUTSCHLEHRERKONGRESS, 4., 2006, São Paulo. *Anais Eletrônicos...* Disponível em: < www.abrapa.org.br/cd/pdfs/Ciola-AnaCarla.pdf >. Acesso em: 05 jun. 2017.

CORREIA, Michele Antunes. Os Materiais Didáticos como recursos Fundamentais da Potencialização da Qualidade do Ensino Aprendizagem na EAD. **E-Tech: Tecnologias para a Competitividade Industrial**, v. 6, n. 1, p.125-140, 2013. Disponível em: < revista.ctai.senai.br >. Acesso em: 08 jun. 2017.

DIAS, Carla Cristina Lui; GASPARINI, Isabela; KEMCZINSKI, Avaniilde. **Identificação dos estilos cognitivos de aprendizagem através da interação em um Ambiente EAD**. In.: Workshop sobre Educação em Computação, 17., 2009, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: SBC/CSBC, 2009, p. 489-498. Disponível em: < http:// csbc2009.inf.ufrgs.br/anais/pdf/wei/st03_01.pdf >. Acesso em: 05 jun. 2017.

GOTTARDI, Mônica de Lurdes. **A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância. São Paulo. v. 14, p. 109 - 123, 2015.

HORN, Vera. **A linguagem do material didático impresso de cursos a distância**. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 42, p. 119-130, jul./dez. 2014.

MORAES, Marialice de; VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. **Introdução à EaD**. 2.ed. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2009. 92 p.

NETO, Antonio Simão. **Cenários e modalidades da EAD**. Curitiba. IESDE, 2008, 220 p.

OLIVEIRA, José Renato Gomes; NUNES, Maria Motta. **Sobre a autonomia do estudante na educação a distância**. In: CONGRESSO NACIONAL DE AMBIENTES HIPERMÍDIA PARA APRENDIZAGEM, 5., 2011, Pelotas. Anais eletrônicos... Pelotas: CCE/UFSC, 2011, p. 1-9. Disponível em: < http://wright.ava.ufsc.br/~alice/conahpa/anais/2011/>. Acesso em: 08 jun. 2017.

SALES, Mary Valda. **Uma reflexão sobre a produção do material didático para EAD**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 12., 2005, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: [s.n.], p. 1-7. Disponível em: < http:// http://www.abed.org.br/congresso2005 />. Acesso em: 05 jun. 2017.

SERAFINI, Alessandra Nunes de Santos. **A autonomia do aluno no Contexto da educação a Distância**: **Revista Educação em Foco**, v. 17, n. 2, p.61-82, jul./out. 2012. Disponível em: < www.ufjf.br/revistaedufoco >. Acesso em: 07 jun. 2017.

SILVA, Andrea Villela Mafra. **A Interação Entre Aluno e Conteúdo Material Didático Impresso na Educação a Distância**. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: < http:// seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica >. Acesso em: 05 jun. 2017

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Educação a distância e o seu grande desafio: o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem**. 2004. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 11., 2004, Salvador. Anais eletrônicos. Disponível em: <http:// www.abed.org.br/congresso2004 > acesso em: 25 jul.. 2017.

TORRES, Patrícia Lupion.; IRALA, Esron Adriano F. **Aprendizagem colaborativa: teoria e prática**. In.: TORRES, Patrícia Lupion (Org). **Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento**. Curitiba: SENAR-PR, 2014. p. 61-93.

VIEIRA, Beatriz; SCHONS, Claudini; PEREIRA, Alice Teresinha Cybis. **Uma abordagem sobre os materiais audiovisuais na educação a distância**. In.: CONGRESSO NACIONAL DE AMBIENTES HIPERMÍDIA PARA APRENDIZAGEM, 3., 2008, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: 2008.

ZANETTI, Alessandra. **Elaboração de materiais didáticos para educação a distância**. Biblioteca Virtual do NEAD/UFJF. 2009.

[DIRETRIZES PARA SUBMISSÕES]

A Revista Multitexto do CEAD/Unimontes é aberta a acadêmicos, professores e a pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento e, em especial, Educação a Distância, por meio de diálogos interdisciplinares entre as ciências. A revista publica artigos provenientes de projetos de pesquisa, ensino, extensão, gestão e inovação.

Os textos são recebidos para as seções Artigos Originais (AO), Artigos de Revisão (AR) e Relatos de Experiência (RE). As normas e definições para cada seção devem ser observadas rigorosamente, conforme:

1. Artigos Originais: são trabalhos resultantes de pesquisas inéditas e de temáticas relevantes à área pesquisada, apresentando os principais resultados de pesquisa, analisados e discutidos por meio de lacuna do conhecimento e revisão. Devem ser apresentados com uma estrutura constituída de Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão, Conclusão ou Considerações Finais e Referências. Os trabalhos enviados para essa seção devem possuir no máximo 20 laudas ou até 40 mil caracteres (contados os espaços).
2. Artigos de Revisão: são trabalhos que têm por objetivo resumir, analisar, avaliar ou sintetizar trabalhos teóricos e/ou de investigação já publicados. O artigo de revisão deve apresentar as seções Introdução, Revisão da Literatura, Considerações Finais ou Conclusões e Referências. Os trabalhos devem possuir até 15 laudas ou até 30 mil caracteres (contados os espaços).
3. Relatos de Experiência ou Relato de Caso: são publicados relatos de experiência vivenciados pelo próprio autor do trabalho diante de um objeto de estudo ou projeto de pesquisa, ensino, extensão, gestão e inovação. Pode ser um relato acadêmico ou profissional relevante à área de estudo. O corpo do texto deve conter as seções Introdução, Desenvolvimento, Considerações finais e Referências. O relato de experiência ou relato de caso deve apresentar, no máximo, 12 laudas ou até 25 mil caracteres (contados os espaços).

Os trabalhos submetidos devem ser inéditos, não tendo sido publicado em outro periódico científico ou livro. Caso contrário, deve ser apresentada no momento da submissão uma justificativa das razões pelas quais o trabalho deve ser considerado para publicação. As colaborações são publicadas apenas em língua portuguesa. Quanto à autoria, os trabalhos não poderão exceder o número de 7 (sete) autores (isto é, 1 autor principal mais 6 coautores).

As submissões deverão obedecer aos seguintes requisitos:

Formatação

- a. **Formato de apresentação:** os textos deverão se apresentados no programa de edição de textos Microsoft Word[®] (.doc ou .docx com compatibilidade) em formato de papel A4.
- b. **Dimensões:** margens esquerda e superior com 3 cm, direita e inferior de 2 cm.
- c. **Título:** fonte Arial, tamanho 14 pontos, caixa alta, negrito e centralizado.
- d. **Autoria:** deve-se apresentar o nome completo dos autores em fonte Arial, tamanho 12, alinhado à direita, seguindo de numeral sobrescrito indicando ordem. Devem ser seguidos, logo abaixo, da apresentação da titulação máxima do autor, vínculo profissional/instituição e cidade/estado com fonte Arial, tamanho de 10 pontos, alinhado à direita. Como por exemplo:

ROCHA, Mariana Santos¹

¹Doutora em Educação pela UFMG. Docente do Departamento de Educação da Unimontes. Montes Claros/MG.

- e. **Resumo:** deve ser preparado de modo informativo e sintético, incluindo objetivo, descrição breve dos métodos empregados, resultados e conclusão ou considerações finais. O título resumo deve ser apresentado em fonte Arial, tamanho de 12 pontos, caixa alta, negrito e justificado. O texto do resumo deve estar em fonte Arial, tamanho de 12 pontos, espaço entrelinhas simples e redigido em parágrafo único e justificado. O resumo deve possuir até 300 palavras.
- f. **Palavras-chave:** Abaixo do resumo, devem ser apresentados de 3 a 5 termos que identifique a temática abordada no trabalho, separados pelo sinal de ponto final.
- g. **Títulos das seções:** observadas os títulos de cada tipo de seção (artigos originais, de revisão e relatos de experiência ou de caso), os títulos devem ser apresentados em fonte Arial, sem numeração precedente, caixa alta, negrito, justificado, espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos, respeitando o espaço de 1 parágrafo após o início do texto ou do subtítulo subsequente.
- h. **Subtítulos:** devem ser apresentados abaixo dos títulos de seção com espaço de 1 parágrafo antes e 1 parágrafo depois. A formatação deve ser em fonte Arial, tamanho 12 pontos, caixa alta e baixa, justificado e espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos.
- i. **Corpo do texto:** deve ser apresentado com paragrafação de 1,5 pontos, fonte Arial, tamanho 12 pontos, espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos e justificado.
- j. **Tabelas, figuras, quadros e gráficos:** devem ser apresentados de maneira nítida e legível, precedida de título e número indicativo de ordem e sucedida de fonte (caso não seja de autoria própria). Os títulos devem ser apresentados com a indicação do tipo de recurso (exemplo “Tabela 1 - Perfil da amostra” ou “Figura 1 - O educador Paulo Freire”) e um título

correspondente ao seu conteúdo em fonte Arial, tamanho de 12 pontos e centralizados. Já a indicação de fonte deve ser indicada com a palavra Fonte e sua indicação em Arial, tamanho 12 pontos, alinhado à esquerda. Caso seja de origem da internet, deve-se indicar o link e data de acesso com os termos “Disponível em:” e “Acessado em:”. Recomenda-se calorosamente o envio de figuras, gráficos, tabelas e quadros com boa resolução e, se possível, além de constarem no corpo do texto, que sejam enviadas separadamente no momento da submissão (em formato jpeg, png ou similar).

- k. **Citações:** recomenda-se a adequação das citações no texto conforme as normas da NBR 10520/2002.

ABNT. NBR 10520/2002. Informação e documentação. Citação em documentos. Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

- l. **Referências:** As referências devem ser dispostas conforme as indicações da NBR 6023/2002. O título referências deve ser redigido em fonte Arial, tamanho 12, caixa alta, negrito, espaçamento simples e justificado. O texto das referências deve ser redigido em Arial, tamanho 12 pontos, espaçamento simples, justificado, observando a marcação de negrito específica como indica a NBR 6023/2002. A cada referência, o espaço de 2 parágrafos deve ser concedido.
- m. **Recomendações gerais:** recomenda-se que se observem as normas da ABNT referentes a apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022/2003), apresentação de citações em documentos (NBR 10.520/2002), apresentação de originais (NBR 12256), norma para datar (NBR 5892) e resumos (NBR 6028/2003), bem como a norma de apresentação de tabulação do IBGE.
- n. **Apêndices e Anexos (se houver):** devem ser precedidos do título anexo ou apêndice com fonte Arial, tamanho de 12 pontos, caixa alta, negrito e justificado. Seu texto (caso não seja de um documento pré-formatado) deverá observar as normas de formatação da apresentação de texto, conforme item i.

Envio

As submissões devem ser feitas adotando-se o seguinte procedimento:

- Observar as diretrizes de submissão.
- Caso o autor seja um novo usuário, cadastrar-se na plataforma de submissão da Revista Multitexto pelo link <http://www.ead.unimontes.br/multitexto>.
- Submeter o arquivo original conforme especificações e, quando possível, arquivos de imagens, gráficos e tabelas em separado com alta ou média resolução.
- Encaminhar o mesmo arquivo para o e-mail pesquisa@ead.unimontes.br.

Dúvidas e esclarecimentos

Quaisquer informações podem ser obtidas pelos contatos da Equipe de Pesquisa do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes, responsável pela curadoria e editoração da Revista Multitexto.

Unimontes - Campus Darcy Ribeiro

Centro de Educação a Distância - CEAD

Avenida Ruy Braga, s/n, Prédio 7, 2º piso, sala 10, Pesquisa.

(38) 3229-8303 - revistamultitexto@ead.unimontes.br

www.ead.unimontes.br/multitexto

